

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Adriana Mônica Pinto de Oliveira

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COAGRICULTORES
ACERCA DA AGROECOLOGIA, DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA E DA COMUNIDADE**

**Taubaté – SP
2023
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO

Adriana Mônica Pinto de Oliveira

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COAGRICULTORES ACERCA DA AGROECOLOGIA, DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA COMUNIDADE

Dissertação apresentada à banca de Defesa em Pesquisa da Universidade de Taubaté, requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação

Linha Pesquisa: DH, Identidade e Formação

Orientadora: Prof^ª. Dra Alexandra Magna Rodrigues

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro

**Taubaté – SP
2023**

**SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS – SIBI
GRUPO ESPECIAL DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO – GETI
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

O48r Oliveira, Adriana Mônica Pinto de
Representações sociais de coagricultores acerca da agroecologia,
da economia solidária e da comunidade / Adriana Mônica Pinto de
Oliveira. -- 2023.
133 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Pró-reitoria
de Pesquisa e Pós-graduação, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues,
Departamento de Nutrição.

Coorientação: Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro,
Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Representação social.
3. Comunidade que sustenta a agricultura. I. Universidade de
Taubaté. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Humano. II. Título.

CDD – 3338.1

ADRIANA MÔNICA PINTO DE OLIVEIRA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COAGRICULTORES ACERCA DA AGROECOLOGIA, DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA COMUNIDADE

Dissertação apresentada à banca de Defesa em Pesquisa da Universidade de Taubaté, requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof^ª. Dra Alexandra Magna Rodrigues
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro.

Data:

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra Alexandra Magna Rodrigues

Assinatura: _____

Prof^ª. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro.

Assinatura: _____

Prof^ª. Dra. Patrícia Diana Edith B. S. E. C. Ortiz Monteiro.

Assinatura: _____

Prof^ª. Dr^ª. Silvia Eloiza Priori – Universidade Federal de Viçosa –
MG

Assinatura: _____

Dedico este trabalho a Deus, pela força concedida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus, por sempre estar ao meu lado;

À minha mãe, Maria Eunice, que, neste plano, sempre me apoiou e, agora, em outro plano, continua a me apoiar;

Às minhas filhas, Letícia Vitória e Rebecca Helena, que me fazem querer, cada dia mais, dar bons exemplos de que a vida sem conhecimento é uma vida inútil;

Ao meu esposo, Eliseu, pela paciência e privação de momentos em prol da pesquisa e da escrita;

Aos meus amigos, que, em geral, deixei a esperar por momentos de viagens, pedaladas, festas e bate-papos;

Ao meu pai, Vicente (*in memoriam*), por me encorajar a ser valente, forte e não desistir dos meus sonhos;

Às professoras que admiro, mulheres cheias de graça, força, sabedoria;

Às minhas orientadoras, que me conduziram com sabedoria, paz e me ajudaram a vencer cada etapa;

A todas as pessoas que me apoiaram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho;

Aos coagricultores, por potencializarem a construção de muitos saberes bem como a reflexão sobre as questões sociais e políticas;

À minha orientadora, Profa. Dr^a. Alexandra Magna Rodrigues, pelos saberes que me ajudou a construir e pelos conhecimentos transmitidos desde o início da minha trajetória acadêmica até hoje. Orientadora e amiga “Forever”;

À minha coorientadora, Prof^a. Dr^a. Suzana Lopes Salgado Ribeiro, que, literalmente, foi uma mão amiga;

Às professoras Dr^a. Patrícia Ortiz, Dr^a. Wendry Paixão, das bancas do Seminário I, II e da Qualificação, com a Prof^a. Dr^a. Silvia Eloiza Priore, pelo apoio, conhecimento e ideias compartilhados e pelas sugestões e incentivos.

Aos professores da Banca Examinadora de Defesa, por aceitarem participar desta etapa e pelas contribuições dadas.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)
pela bolsa concedida.

Romaria

É de sonho e de pó
O destino de um só
Feito eu, perdido em pensamentos
Sobre o meu cavalo
É de laço e de nó
De gibeira o jiló
Dessa vida cumprida a Sol
Sou caipira, Pirapora, nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida
Sou caipira, Pirapora, nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida
O meu pai foi peão
Minha mãe solidão
Meus irmãos perderam-se na vida
À custa de aventuras
Descasei, joguei, investi, desisti
Se há sorte, eu não sei, nunca vi
Sou caipira, Pirapora, nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida
Sou caipira, Pirapora, nossa
Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura e funda
O trem da minha vida
Me disseram, porém,
Que eu viesse aqui
Pra pedir de romaria e prece
Paz nos desaventos
Como eu não sei rezar
Só queria mostrar
Meu olhar, meu olhar, meu olhar

Canção de Renato Teixeira

RESUMO

Coagricultores são pessoas que escolheram fazer parte de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura. A partir daí, deixam de ser consumidores e se tornam, coagricultores e o que muda, neste caso, são as relações que as pessoas das cidades têm com os agricultores e com o alimento. Diferentemente de consumidores que vão aos mercados comprar os alimentos apresentados como produtos e com um preço, os coagricultores financiam a produção dos seus alimentos, sabem de onde eles vêm, o que comem, conhecem quem o produziu e participam de atividades da Comunidade. Eles representam novos arranjos nas relações entre produtores e sociedade que ultrapassam a lógica de mercado, espelhando anseios de ambos, que buscam por uma forma mais consciente de tratar o cultivo e o consumo. Esta pesquisa teve como objetivo conhecer as representações sociais de coagricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura do Vale do Paraíba paulista acerca da agroecologia, da economia solidária e da comunidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e de abordagem quali-quantitativa. Na primeira fase, foram aplicados questionários com perguntas referentes às questões sociodemográficas. Na segunda fase, os coagricultores que participavam da Comunidade há mais de um ano e se dispuseram foram entrevistados, seguindo o roteiro de entrevista semiestruturada. Os dados quantitativos foram tratados por estatística descritiva e os dados qualitativos, com o auxílio do programa IRaMuTeQ, discutidos à luz da Teoria das Representações Sociais. Participaram da primeira fase do estudo 38 coagricultores e, na segunda fase, participaram 16 coagricultores, representando cinco Comunidades que Sustentam a Agricultura da região. A maioria dos coagricultores eram mulheres, casadas, com idade média entre 30 e 50 anos, com alto nível de instrução e salários, comparados à média brasileira. A alimentação saudável, produzida sem agrotóxicos, visando à sustentabilidade foi a questão inicial que os motivaram a participarem da Comunidade. As principais representações sociais identificadas relacionadas à comunidade remetem à contribuição e à participação. No que diz respeito à economia solidária, as representações sociais estavam relacionadas à solidariedade ao agricultor e às novas formas de relações e de sistema alimentar. A agroecologia foi representada como alimentos orgânicos, saudáveis e respeito à natureza. A atitude preconceituosa em relação ao Movimento dos Sem-Terra relatada pelos coagricultores, antes de ingressarem na Comunidade que Sustenta a Agricultura situadas em sítios de assentamentos, foi transformada em consciência política e ambiental favorável ao movimento com a permanência do coagricultor dessas comunidades. Conclui-se que as representações sociais encontradas nesse estudo estão relacionadas a questões de saúde, ambientais e relacionais, que influenciam e são influenciadas pelo grupo e pela subjetividade humana.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Representação social. Comunidade que sustenta a agricultura.

ABSTRACT

Co-farmers are people who chose to be part of a Community that Supports Agriculture, from then on, they stop being consumers and become co-farmers and what changes, in this case, are the relationships that people in cities have with farmers and with the food. Unlike consumers who go to the markets to buy food presented as products and with a price, co-farmers finance

the production of their food, know where it comes from, what they eat, know who produced it and participate in Community activities. They represent new arrangements in relations between producers and society that go beyond market logic, reflecting the desires of both, who seek a more conscious way of dealing with cultivation and consumption. This research aimed to understand the social representations of co-farmers from the Community that Sustains Agriculture in Vale do Paraíba in São Paulo regarding agroecology, solidarity economy and community. This is exploratory, descriptive research with a qualitative and quantitative approach. In the first phase, questionnaires were applied with questions relating to sociodemographic issues. In the second phase, co-farmers who had participated in the Community for more than a year and were willing were interviewed, following the semi-structured interview script. Quantitative data were treated using descriptive statistics and qualitative data, with the help of the IRaMuTeQ program, were discussed in light of the Theory of Social Representations. 38 co-farmers participated in the first phase of the study and in the second phase, 16 co-farmers representing five Communities that Support Agriculture in the region participated. The majority of co-farmers were women, married, with an average age between 30 and 50 years old, with a high level of education and salaries compared to the Brazilian average. Healthy food, produced without pesticides, aiming for sustainability was the initial issue that motivated them to participate in the Community. The main social representations identified related to the community refer to contribution and participation. With regard to the solidarity economy, social representations were related to solidarity with the farmer and new forms of relationships and the food system. Agroecology was represented as organic, healthy food and respect for nature. The prejudiced attitude towards the Landless Movement reported by co-farmers before joining the Community that Supports Agriculture located in settlement sites was transformed into political and environmental awareness favorable to the movement with the permanence of co-farmers in these communities. It is concluded that the social representations found in this study are related to health, environmental and relational issues that influence and are influenced by the group and human subjectivity.

Keywords: Human Development. Social representation. Community sustaining agriculture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gênero dos coagricultores de CSA do Vale do Paraíba paulista.....	72
Tabela 2 – Faixa etária dos coagricultores CSAs Vale do Paraíba paulista.....	73
Tabela 3 – Estado civil dos coagricultores de CSAs Vale Paraíba paulista.....	73
Tabela 4 – Grau de escolaridade dos coagricultores de CSAs Vale do Paraíba paulista.....	74
Tabela 5 – Renda mensal familiar de coagricultores do Vale do Paraíba paulista.....	75
Tabela 6 – Com quem residem os coagricultores do Vale do Paraíba paulista.....	76
Tabela 7 – Cidades em que residem os coagricultores das CSAs Vale Paraíba paulista.....	76
Tabela 8 – Tempo de participação nas CSAs (meses ou anos). Vale Paraíba paulista.....	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista e Litoral	33
Figura 2 – Agropecuária e agricultura de São José dos Campos	35
Figura 3 – Agropecuária e agricultura de Taubaté	36
Figura 4 – Agropecuária e agricultura de Monteiro Lobato	37
Figura 5 – Dendograma.....	80
Figura 6 – Mapa Conceitual Classe 3: RS sobre Agroecologia	81
Figura 7 – Mapa Conceitual Classe 2:RS sobre Comunidade.....	83
Figura 8 – Mapa Conceitual Classe 1 e 5: RS sobre Economia Solidária	86
Figura 9 – Mapa Conceitual Classe 4: RS sobre CSA e MST.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivação para participação na CSA. Vale do Paraíba paulista	78
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de artigos e dissertações por descritores.....	59
--	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADAO	–	Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica
ASCOFAM	–	Associação Mundial de Luta Contra a Fome
BPC	–	Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social
CAISAN	–	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CNA	–	Comissão Nacional de Alimentação
CSA	–	Comunidade Sustenta Agricultura
DHAA	–	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	–	Food and Agriculture Organization
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	–	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
INAN	–	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	–	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	–	Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ODS	–	Objetivos Desenvolvimento Sustentável
ONG	–	Organizações Não Governamentais
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	–	Programa de Alimentação do Trabalhador
PCA	–	Programa de Complementação Alimentar
PLANAF	–	Plano Nacional da Agricultura Familiar
PMA	–	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	–	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNS	–	Programa de Nutrição em Saúde
PNATER	–	Política Nacional de Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
POF	–	Pesquisa de Orçamento Familiar
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	–	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	–	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SAS	–	Sistema Alimentar Sustentável

SASAN	–	Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional
SENAES	–	Secretaria de Economia Solidária
SISAN	–	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UNICEF	–	United Nations International Children Emergency Fund
USAID	–	Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	29
1.1 Problema.....	31
1.2 Objetivos.....	32
1.2.1 Objetivo geral.....	32
1.2.2 Objetivos específicos.....	32
1.3 Delimitação do Estudo.....	32
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	38
2.1. Teoria das Representações Sociais: Conceito e Histórico	38
2.2. Agricultura familiar	42
2.3 Comunidade que Sustenta a Agricultura (csa) no mundo e no Brasil	46
2.4 Os Pilares da CSA: Agroecologia, Economia, Solidariedade e Comunidade.	50
2.4.1 Agroecologia	51
2.4.2 Economia solidária.....	53
2.4.3 Comunidade.....	59
2.3 Estado da Arte sobre CSA	69
3 METODOLOGIA.....	65
3.1 Tipo de Pesquisa.....	66
3.2 Participantes	67
3.3 Instrumentos de Pesquisa.....	68
3.4 Procedimentos Para Coleta de Dados.....	69
3.5 Procedimentos Para Análise de Dados.....	69
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	71
4.1 Perfil sociodemográfico dos participantes.....	71
4.2 Representação Social comunidade, agroecologia e economia solidária	79
4.2.1 Agroecologia.....	81
4.2.2 Comunidade.....	83
4.2.3 Economia Solidária e Caminhos sustentáveis.....	86
4.2.4 CSA e MST	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES	115
Apêndice I – Formulário enviado online aos coagricultores	115
Apêndice II – Roteiro para entrevista semiestruturada.....	122

Apêndice III – Estado da Arte – Comunidade que Sustenta a Agricultura.....	123
DECLARAÇÕES.....	137
ANEXOS	137
Anexo I – Declaração.....	137
Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	138

QUEM SOU EU?

Me chamo Adriana Mônica, sou a primogênita em um lar com 3 irmãos. Nasci em Ilícínia/MG, uma pequenina cidade do interior do estado mineiro.

Meus avós maternos, Teresa e José, foram sitiantes e plantavam milho, batata, arroz, feijões e, por último, formaram lavouras cafeeiras.

Minha mãe, Eunice, viveu do trabalho na roça até seus 26 anos de idade e sempre nos contou, em seus relatos, sobre a vida sofrida dos lavradores.

Meus avós paternos, embora viveram em sítios, não eram os proprietários, trabalhavam como retireiros e/ou caseiros.

Meu pai, Vicente, desde cedo, aprendeu ofícios, tais como: a produção de queijos, a capina, o plantar, o tocar gados e foi sustentado, por meio dessas atividades, até seus 13 anos de idade.

Viveu, após isso, uma trágica situação de maus tratos, que o fez sair precocemente do seu “lar”. Com ele, também saíram sem rumo o tio José, com 14 anos, e o tio Eurípedes, com 11 anos. Chegaram à cidade, crianças sem instrução, cheios de marcas que o desamor e a pobreza lhes propiciaram. Formaram ali uma família, compostas pelos três irmãos. Aprenderam de tudo um pouco, se viraram como podiam, trabalharam como engraxates, jornaleiros, serventes, pedreiros, construtores e, com muita luta, após 8 anos, os três garotos somaram suas economias e compraram a sua primeira casa na cidade de Cássia/MG.

A vida dura os fez homens muito cedo. O sofrimento, a luta contra as pragas nas lavouras, as doenças derivadas da pobreza absoluta (Doença de Chagas) que assolou toda a minha família paterna e lhes ceifou a vida precocemente. Essas histórias eram sempre lembradas nas conversas entre nós.

Meus pais se casaram: ela, aos 24 anos, e ele, aos 27 (maduros para aquela época) e viveram ainda na pequena cidade de Ilícínea/MG por dois anos. Cansados e em busca de uma vida diferente e melhor, meu pai saiu a procura de uma boa oportunidade de trabalho e a encontrou aqui na cidade de Taubaté/SP, onde nos estabelecemos.

Toda minha memória de infância é cercada de falas e aprendizados sobre como é passar fome, as dificuldades da roça ao se enfrentar as geadas, as chuvas torrenciais, o calor e a seca em excesso, que castigam a plantação e o agricultor.

Na atualidade, sou nutricionista e a minha escolha temática está enraizada na minha história de vida e na curiosidade e afinidade com o assunto.

1 INTRODUÇÃO

Por definição, pessoas que escolheram fazer parte de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA's) deixam de ser apenas consumidores e tornam-se coagricultores/as e passam a financiar toda a produção no campo, sabem de onde vem, o que plantam e comem, conhecem o agricultor que produziu seu alimento. Participam de atividades propostas pelas CSA's.

O tema deste estudo trata sobre participação dos coagricultores nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). A necessidade de mapear quem são os coagricultores e o que buscam quando apoiam as CSAs é o propósito a ser investigado.

A agroecologia é abordada a partir da integração de princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, somadas aos avanços tecnológicos dos sistemas alimentares e à sociedade. Além do ponto de vista técnico, também abarcam as dimensões culturais, ecológicas e sociais. É tida como uma ciência que envolve um conjunto de práticas sobre os seguintes princípios básicos: a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço, a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos (ALTIERI, 2004; ALTIERI, 2012).

A maioria das culturas agroecológicas são predominantemente conduzidas pela agricultura familiar. No Brasil, a agricultura familiar envolve, aproximadamente, 4,4 milhões de famílias e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo e, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 80% da comida da população mundial é proveniente desse sistema (DALMORO et al., 2017).

A agricultura familiar conta com legislação própria, e, portanto, é considerada:

[...] aquela que promove atividades no meio rural em terras de área inferior a quatro módulos fiscais, que são definidas como uma unidade de medida em hectares que tem seu valor estipulado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), para cada município de acordo com o tipo de exploração existentes que também gerem renda, e o conceito de propriedade familiar, que emprega ou não mão de obra da própria família e tem sua renda vinculada à produção resultante desse estabelecimento (BRASIL, 2006; DALMORO et al., 2017).

Após três décadas de mobilização social e de recomendações de órgãos internacionais, o Brasil aprovou, em 2003, a lei que trata da agricultura orgânica. Tal documento se constitui como eixo orientador do marco regulatório, englobando diversos sistemas alternativos, como a biodinâmica, o biológico, a ecológica, a natural, a orgânica, a permacultura (BRASIL, 2003).

A partir dessa lei e da continuidade da pressão social, outros avanços relacionados ao incentivo e ao apoio à agricultura familiar orgânica ocorreram com a publicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012) e com o lançamento do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2013).

É na perspectiva da produção agroecológica que a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) se insere como uma possibilidade de se contrapor ao modelo hegemônico de produção, de comercialização e de consumo de alimentos. Trata-se de uma forma de economia solidária que reúne agricultores e coagricultores¹, por meio de relações interpessoais, para produção de alimentos agroecológicos (orgânicos, biodinâmicos, naturais etc.), para buscar uma vida mais saudável, mitigando o impacto sobre o meio ambiente, utilizando água de forma racional, recuperando fertilidade do solo, além de buscar garantir dignidade ao trabalho no campo (CSA BRASIL, 2021).

A CSA tem como princípios o apoio mútuo entre as necessidades e capacidades de cada participante, agricultor e coagricultores; a transmutação da cultura do preço em cultura do apreço, valorizando o cultivo e o consumo de alimentos não como na lógica capitalista, mas como um ato de colaboração mútua e de cuidado com a terra; a diversificação do cultivo, possibilitada pela desvinculação das relações de comércio e potencial cultivo da terra (RANIERI; ZANIRATO, 2021); a relação interpessoal mais fraterna, no qual o coagricultor aceita receber e consumir alimentos da época, respeitando o ciclo da natureza e a gestão horizontalizada compartilhada entre os membros, nas quais a distribuição dos alimentos é independente, feita pelos agricultores e coagricultores sem a intermediação de terceiros. Dessa forma, é possível fortalecer a cultura local com estabilidade e aprendizado mútuo sobre os conhecimentos do campo e a troca de saberes (CSA BRASIL, 2021).

Os coagricultores (que na lógica de mercado seriam chamados de consumidores) têm papel fundamental nas iniciativas das CSA, participam com doações monetárias para rateio do custo dos plantios anuais e podem ou não oferecer sua mão de obra de outras formas, tais como administrativamente, educativamente e de outras formas. Essa simbiose entre as famílias de agricultores e coagricultores reforça a importância social do homem no campo e lhes assegura

¹ **Coagricultores:** quem escolhe fazer parte de uma CSA deixa de ser um/a consumidor/a e se torna um coagricultor ou coagricultora. O que muda é a relação que as pessoas da cidade têm com os agricultores e com o seu alimento. Diferentemente de um consumidor que vai ao mercado comprar os alimentos apresentados como produtos e com um preço, o coagricultor de uma CSA financia toda a produção do seu alimento, sabe de onde vem o que come, conhece quem o produziu e participa de atividades da comunidade. A CSA Brasil criou o lema “da cultura do preço para a cultura do apreço”, que explica em poucas palavras esta transformação proposta pelo movimento da CSA. (CSA Brasília. **O que significa coagricultores.** 2022. Disponível em: <https://csabrasilia.wordpress.com/duvidas/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

poder contar com um salário e fazer um rateio dos prejuízos, caso venham a acontecer por forças da natureza, fazendo os agricultores se sentirem valorizados e amparados (GAIGER; KUYVEN, 2019).

Ao entender a importância deste modelo agroecológico, orgânico, familiar e economicamente sustentável, surge a necessidade de entender como se forma a representação social (RS) dos coagricultores que participam dessas comunidades que sustentam a agricultura. Dessa forma, buscou-se descrever como surgiu a Teoria das Representações (TRS) e de que forma ela nos possibilitará olhar essas interações sociais.

As TRS foram idealizadas pelo sociólogo Serge Moscovici na França. Elas são definidas como “conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações de senso comum, são formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana, construída nas relações estabelecidas entre sujeitos ou através das interações grupais”, nas quais o autor propõe a socialização da psicanálise e uma forma sociológica de Psicologia Social (MOSCOVICI, 2012; SÁ, 1995).

A partir dessa abordagem, espera-se, no presente estudo, compreender as RS que os coagricultores da região do Vale do Paraíba paulista têm acerca de princípios que envolvem a CSA: comunidade, agroecologia e a economia solidária.

1.1 Problema

A CSA é um modelo de economia solidária e que tem como base a agroecologia, com relações diferentes entre os coagricultores e os agricultores, que são movidos pela cultura do apreço, quando comparadas ao consumidor e produtor que vivem a cultura comercial, representada pelo preço.

A CSA reúne pessoas que buscam uma alimentação mais saudável e/ou sustentável e que apoiam a alternativa de comércio de alimentos. O fortalecimento de laços sociais de cooperação e de solidariedade entre as partes conectadas em mercados de proximidade favorece a ação política local, o desenvolvimento endógeno e a revalorização da identidade alimentar territorial; incentivo à organização, à cooperação e ao compartilhamento de riscos e benefícios entre os atores sociais envolvidos; negociação aberta e plena das condições de produção e de distribuição final das mercadorias em padrões sustentáveis; estímulo à adoção de boas práticas agrícolas, à adesão aos padrões orgânicos de produção, à sustentabilidade e à proteção do meio ambiente e da biodiversidade alimentar, dados os menores níveis de exigência em relação aos

padrões estéticos das mercadorias, um maior nível de adaptação ecológica da produção e a garantia de pleno escoamento das safras que reduz os desperdícios (JUNQUEIRA, 2018).

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Compreender as representações e práticas sociais de coagricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura do Vale do Paraíba paulista acerca da agroecologia, da economia solidária e da comunidade.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dos coagricultores;
- Identificar as motivações que levaram os coagricultores a participarem da CSA;
- Indicar as crenças, as atitudes, as opiniões e os valores dos coagricultores sobre comunidade, agroecologia e economia solidária.

1.3 Delimitação do Estudo

A presente pesquisa foi realizada em três municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Paulista distantes 44 km entre si. É considerada uma das regiões mais ricas do país (HENRIQUE et al., 2011; SCHERRER, 2020), conforme Figura 1.

A Região, constituída por 39 municípios (EMPLASA, 2022), está localizada no eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Considerando sua disposição geográfica e o fato de ser percorrida pela Rodovia Presidente Dutra, que liga essas duas grandes capitais, a região apresenta níveis bem diferenciados de evolução na economia (ARRUDA, 2013).

As cidades que estão localizadas às margens da rodovia tiveram maior desenvolvimento industrial e de urbanização. A região tem também uma vasta área rural com grande importância na economia primária local. As necessidades da população rural que não são assistidas trazem

um constante êxodo rural da população, que busca oportunidades nos centros urbanos da região (ARRUDA, 2013).

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista e Litoral



Fonte: Emplasa, 2022 - Adaptado pela pesquisadora.

Por sua localização estratégica, a região tem papel importante no escoamento da produção industrial, visto que constitui um parque industrial com presença de empresas importantes dos setores automobilístico, aeroespacial, petrolífero e farmacêutico. Tem importância também para o polo científico e tecnológico, reunindo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA (EMPLASA, 2015)

O turismo, considerado uma das atividades que mais crescem no mundo, é outro fator de destaque nessa região, constituída por áreas serranas que foram institucionalizadas como áreas de proteção ambiental, como são os casos das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Federais do Rio Paraíba do Sul e da Serra da Mantiqueira, parte da APA Estadual de Silveiras e parte do Parque Estadual da Serra do Mar (EMPLASA, 2015).

As cidades de São José dos Campos e Taubaté apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de (0,807 e 0,800), segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLASBR, 2015), na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para esse índice é a Longevidade, com índice de (0,804 e 0,778), seguida de Renda, com índice de (0,855 e 0,883) respectivamente.

1.3.1 São José dos Campos

Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista, São José dos Campos faz parte das cidades da sub-região 2. Está localizada a 92,6 km da capital do Estado, São Paulo.

De acordo com o IBGE (2023), é uma cidade que abriga empresas em vários segmentos, tais como o automobilístico, o de aviões, o de tecnologia e também abriga o Comando de Aviação da Aeronáutica. Em 2020, o salário médio mensal era de 3.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 29.6%.

São José dos Campos é considerada a cidade mais populosa da região, com população estimada em 2023, de 697.428 mil habitantes, sendo 12.815 habitantes na zona rural, 1,85% da população total (IBGE, 2023).

Trata-se de uma cidade mais voltada às tecnologias e às indústrias, ainda assim contribui para a produção agrícola na região. Em 2007, produziram 469 toneladas de arroz, 73 de feijão e 368 de milho.

Na figura abaixo, podemos observar a participação agropecuária de São José dos Campos.

Figura 2 – Agropecuária – Município de São José dos Campos/ SP – IBGE (2021)

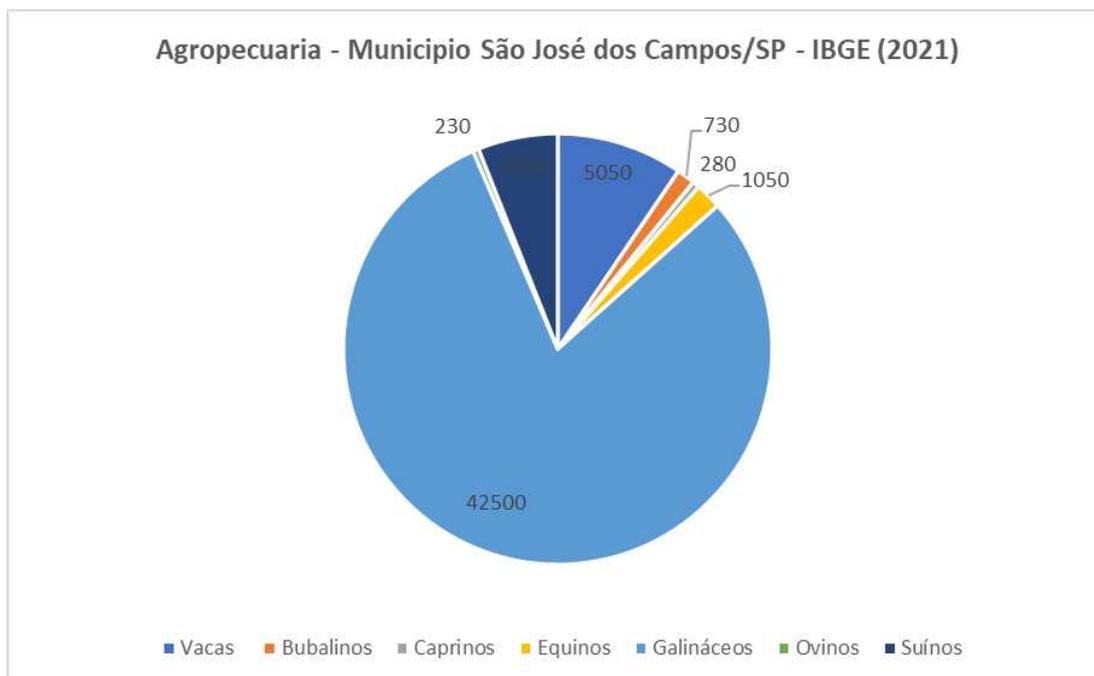


Figura elaborada pela pesquisadora.

A dedicação agropecuária está mais concentrada na avicultura, que, na prática, exige menores espaços para essa modalidade de criação.

1.3.2 Taubaté

Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista, Taubaté faz parte das cidades da sub-região 2. Está localizada a 130 km da capital do Estado, São Paulo (IBGE, 2023; SANTANA, 2017).

De acordo com o IBGE (2022b), nela existem empresas automobilísticas, de aço, cervejeiras, atuantes no município, e abriga também o Comando de Aviação do Exército.

Em 2022, o salário médio mensal era de 2,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27,0%.

É considerada a capital da literatura, segunda cidade mais populosa da região, com população estimada em 2023, de 320.820 mil habitantes, sendo 5.974 habitantes na zona rural, em torno de 1,8% da população total (IBGE, 2023).

Taubaté mostra que também segue a sua vocação rural e se destaca no Vale do Paraíba e Litoral norte paulista pela sua produção agrícola, que foi de 3600 toneladas de arroz, 2408 toneladas de feijão e 9185 toneladas de milho.

Na figura abaixo, podemos também ilustrar a força no manejo pecuário.

Figura 3 – Agropecuária – Município de Taubaté/ SP – IBGE (2021)

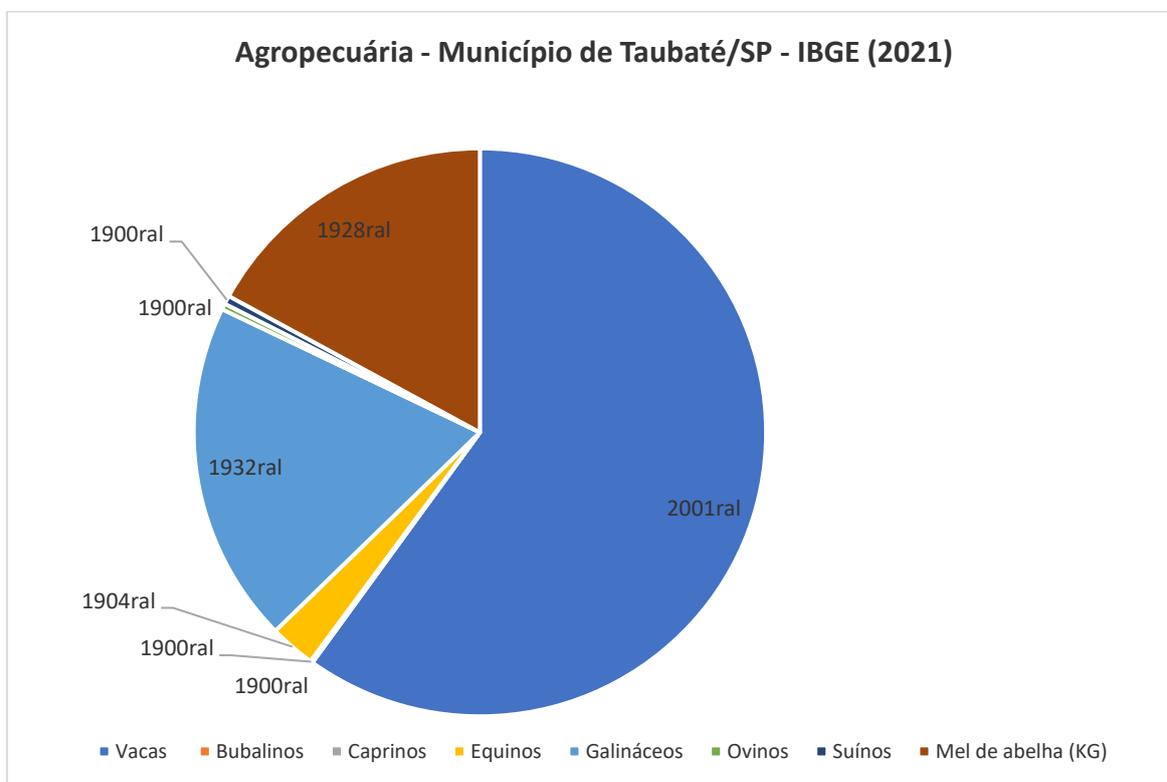


Figura elaborada pela pesquisadora.

Destaca-se criação de vacas leiteiras. Cabe ressaltar que, na cidade, temos uma beneficiadora láctea (Comevap), que absorve grande parte dessa produção em seus produtos, tais como iogurtes, queijos, requeijão, manteiga e o leite tipo A, B e C.

A produção de mel também é uma economia atraente e rentável e vem ganhando espaço notável e força na região.

1.3.3 Monteiro Lobato

Monteiro Lobato, faz parte das cidades da sub-região 2. Está localizada a 126 km da capital do Estado, São Paulo.

Em 2020, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13.9%. Monteiro Lobato tem uma população estimada, em 2023, de 4.739 mil habitantes, sendo 2.100 habitantes na zona rural, 44% da população total (IBGE, 2023).

Monteiro Lobato, em 2007, produziu 36 toneladas de arroz, 15 toneladas de feijão e 157 toneladas de milho.

Figura 4 – Agropecuária – Município de Monteiro Lobato/ SP – IBGE (2021)

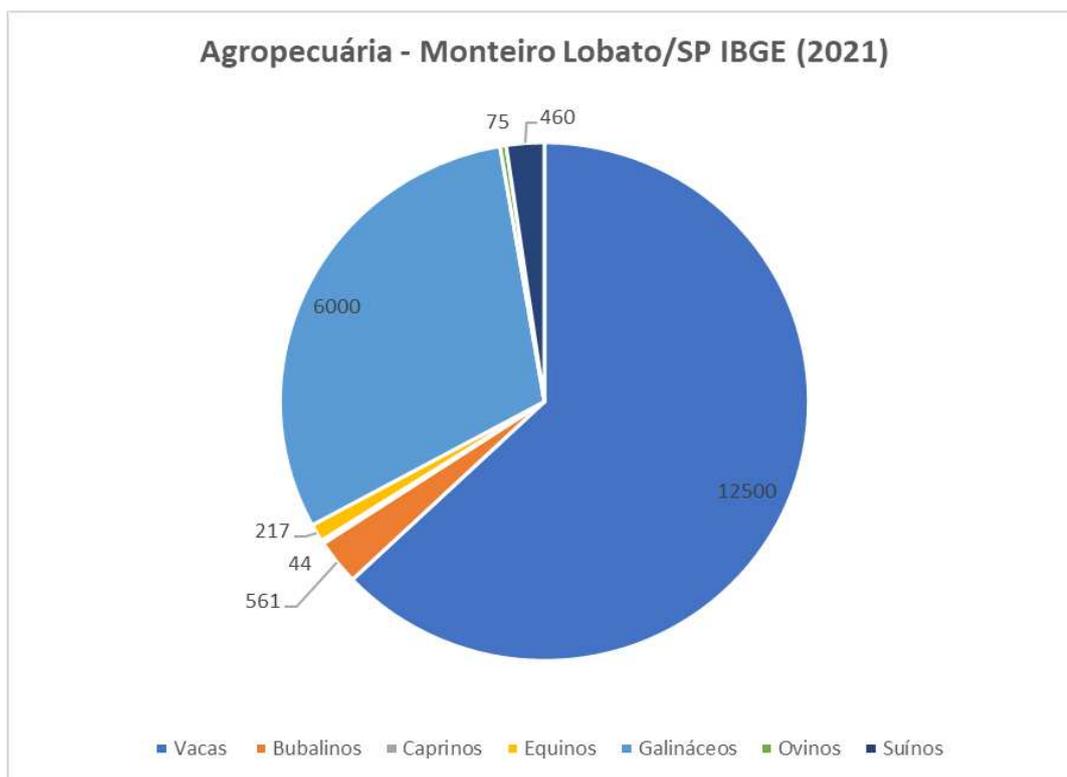


Figura elaborada pela pesquisadora.

Na pecuária do município de Monteiro Lobato, há predominância na criação bovina e de galináceas, como podemos ver na figura acima. A escolha dessas três cidades se justifica pelo fato de abrigarem todas as CSAs do Vale do Paraíba paulista.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Teoria das Representações Sociais: Conceito e Histórico

Serge Moscovici, romeno, psicólogo social, sob a influência da base teórica das representações coletivas de Durkheim, desenvolve um primeiro esboço da teoria das representações sociais para investigar as representações dos parisienses sobre a psicanálise. Esse trabalho culminou na obra “A Psicanálise”. Sua imagem e seu público (MOSCOVICI, 2004, 1981, 2012), em 1961. Moscovici afirma que “as representações coletivas não contemplam a individualidade contemporânea, pois os fenômenos sociais atuais são muito mais ligados ao cotidiano do indivíduo”. Isso posto, Moscovici (2012) desenvolve o conceito das representações sociais, em que o indivíduo faz parte da construção da representação, isto é, ele participa em sua individualidade da elaboração dela (SANTOS; BARROS, 2015).

Para Jodelet (2017, p. 24), os fenômenos que constituem as representações sociais são “[...] produtos mentais que podem ser abordados no plano individual e coletivo, enquanto sistemas de conhecimentos; saberes e significados”. Jodelet explica cada um destes sistemas: o conhecimento é prático e objetivo, criado a partir do saber positivo, já o pensamento é subjetivo e experiencial, responsável por tornar a vida consciente, comunicável, compartilhável e compreensível. Em resumo, o saber é o processo que permite ao mesmo tempo a modificação do sujeito e a construção do objeto. Essa diferenciação favorece o entendimento de “[...] como os sujeitos dão sentidos à sua prática e sua experiência no mundo social da vida” (JODELET, 2017, p. 25).

O objetivo da Teoria das Representações Sociais é explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade. Uma conceituação formal, entretanto Moscovici se negou a fazê-la de forma contundente: “A demanda por exatidão de significado e por definição precisa de termos pode ter um efeito pernicioso, como eu acredito ter tido frequentemente nas ciências do comportamento”, isso é o que diz Sá (1995, p.30). Portanto, a Teoria das Representações Sociais, propagada por Moscovici, é principalmente concernente ao estudo das simbologias sociais, tanto no nível de macro como de microanálise, com o estudo das trocas simbólicas infinitamente desenvolvidas em nossos ambientes sociais e nas nossas relações interpessoais, e de como esses símbolos influenciam a construção do conhecimento compartilhado e da cultura.

Considerando o contexto histórico das representações sociais, pode-se dizer que elas se definem pelo fato de que, ao serem apresentadas como uma "modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos" (MOSCOVICI, 2004, p. 26), são firmadas tanto por conhecimentos extraídos da sapiência cotidiana, como pelas reapropriações de significados historicamente consolidados.

Portanto, considera-se que as representações sociais são resultado, de um lado, da reapropriação de conteúdos vindos de períodos cronológicos distintos e, de outro, daqueles gerados por novos contextos, em uma perfeita sintonia entre o passado e o presente (MOSCOVICI, 2004).

Temos por finalidade compreender, abstrair significados das novas informações e fatos que chegam a todo momento em função da produção dos centros de pesquisas científicas, da fatura de ideias e de "filosofias" abertas e disseminadas pelos meios de comunicação de massas e, também, criadas pelos atores "sábios amadores" nas ruas, bares e esquinas do senso comum e operacionalizá-los em nossos cotidianos. A criação e a transformação da informação levam a uma modificação de nossos valores, que, conseqüentemente, irão influenciar as diretrizes dos relacionamentos humanos, na forma como o ser humano se percebe no mundo e com o outro – o que era certo para a geração anterior, para a geração atual não o é. De forma simples, desconstrói um pensamento oriundo das gerações anteriores, os põe em xeque. Como resultado se apresenta uma nova forma de se pensar, que é, ao mesmo tempo, enriquecedora e transformadora dos nossos esquemas cognitivos anteriores, no que for possível e aceitável à nossa peculiaridade; como também ressignificar e adaptá-la a nossos antigos esquemas cognitivos, na busca de manter o nosso mundo estável e seguro (OLIVEIRA, 2004)

[...] a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas [...] a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, e as imagens sobre a 'realidade' (MOSCOVICI, 2012, p. 55).

Partindo dos estudos de Moscovici, nasceram inúmeras pesquisas sobre diversas representações sociais, no campo da educação, da saúde e da linguística aplicada.

Villas Boas descreve de forma prática e resumida as representações sociais como

“[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (VILLAS BOAS, 2004, p. 155).

Há muitas formas de gerar e de abordar as representações sociais, relacionando-as ou não ao pensamento social. Vale ressaltar que as representações sociais são modalidades de

pensamento prático, direcionados e orientados para a compreensão e para o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica (MOSCOVICI, 2012).

Uma das finalidades das representações sociais é tornar familiar algo estranho, isto é, classificar, categorizar e nomear novos acontecimentos e fatos com as quais não tínhamos tido contato anteriormente, possibilitando, assim, a compreensão e a manipulação dessas novas situações a partir de ideias, de valores e de teorias preexistentes e internalizados por nós e amplamente aceitos pela sociedade,

[...] as representações que fabricamos – de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal [...] as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados [...] (MOSCOVICI, 2010, p.58).

Nesse contexto, com o objetivo de trazer o (desconhecido) não familiar para o familiar, são utilizados dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem capta e fixa ideias estranhas, as reduz em categorias e em imagens comuns, colocando-as em um contexto familiar para o indivíduo. Segundo Moscovici (2010, p. 63),

[...] categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa dele. [...] nós não podemos nunca dizer que conhecemos um indivíduo, nem que nós tentamos compreendê-lo, mas somente que nós tentamos reconhecê-lo, isto é, descobrir que tipo de pessoa ele é, a que categoria pertence e assim por diante (MOSCOVICI, 2011, p. 64).

O autor afirma ainda que:

[...] é impossível classificar sem, ao mesmo tempo, dar nomes. Na verdade, essas são duas atividades distintas. Em nossa sociedade, nomear, colocar um nome em alguma coisa ou em alguém, possui um significado muito especial, quase solene. Ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na matriz de identidade de nossa cultura (MOSCOVICI, 2010, p. 66).

O segundo mecanismo da representação é a objetivação, que significa transformar o abstrato em algo concreto, ou melhor, algo que está somente na mente em algo que exista no mundo físico.

A materialização de uma abstração é uma das características mais misteriosas do pensamento e da fala. Autoridade políticas e intelectuais, de toda espécie, a exploram com a finalidade de subjugar as massas. Em outras palavras, tal autoridade está fundamentada na arte de transformar uma representação na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra (MOSCOVICI, 2003, p. 71).

Objetivar é reproduzir com exatidão e fidelidade uma ideia, é reiterar um conceito em uma imagem. Comparar é representar, encher o que está naturalmente vazio com uma substância. O autor dá um exemplo conhecido: "Temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem podemos responder como tal" (MOSCOVICI, 2003, p. 72).

Os dois mecanismos ocorrem na elaboração das representações, são inseparáveis, interdependentes e acontecem de forma articulada (MOSCOVICI, 2010).

A estrutura da representação apresenta dois aspectos que são indissociáveis entre si, a face figurativa e a face simbólica. Isto é, toda representação tem uma imagem e uma ideia. Moscovici (2010, p. 46) define as duas faces como:

[...] interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem. [...] A própria linguagem, quando ela carrega representações, localiza-se a meio caminho entre o que é chamado de linguagem de observação e a linguagem da lógica; a primeira expressando puros fatos – se tais fatos existem – e a segunda, expressando símbolos abstratos. Este é, talvez, um dos mais marcantes fenômenos de nosso tempo – a união da linguagem e da representação.

As representações sociais têm funções e aplicabilidades (ABRIC, 2000) nos grupos sociais. São elas: a do saber ou cognitiva, a identitária, a orientadora e a justificadora.

A função do saber permite aos grupos compreender e explicar a realidade que os cerca. Essa função possibilita aos grupos reconfigurar um determinado fenômeno social para o senso comum, tornando-o uma realidade compreensível para o grupo.

A função identitária situa os grupos sociais dentro de sua cultura e de suas características específicas, além de proteger seus significados identitários.

A função de orientação orienta as práticas sociais, os comportamentos e as condutas no grupo social.

A função justificadora permite que os atores sociais expliquem e justifiquem suas posturas e condutas nos diversos espaços sociais.

Segundo Moscovici (2010), as representações sociais têm tais aplicabilidades porque são modalidades de ancoragem, que permite que os conhecimentos particulares e ideias estranhas sejam reduzidas a categorias e a imagens comuns, colocadas em um contexto familiar. Possibilita à objetivação, que é o segundo mecanismo, executar a função de elaborar comportamentos e de fazer a comunicação entre o grupo social.

2.1.3 Agricultura familiar

Segundo Sousa Júnior (2020), a melhor caracterização para agricultura familiar foi descrita por Altafin (2007), a partir do resultado da divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com essa autora, o estudo realizado pela FAO e o INCRA define agricultura familiar como sendo:

[...] A partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e o investimento nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entrelaçamento sanguíneo ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecido pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA e FAO (1996 apud ALTAFIN 2007).

Uma década antes, Abramovay (1997) relatou que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

A agroecologia não existe isoladamente. Considera os saberes tradicionais e populares das populações rurais, em especial o papel exercido pela agricultura de base familiar, comunidades indígenas e camponesas. Assim, a agroecologia busca formas de melhorias nos sistemas de produção, aliados à consciência e à preocupação com o ecossistema onde se encontram inseridas (BENTHIEN, 2007 apud SOUZA JUNIOR, 2020),

De acordo com Assis e Romeiro (2005, p. 157):

na medida que expressa em seus princípios, que para sua prática é necessário um ser humano desenvolvido e consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração para com a natureza (Altieri, 1989), a agroecologia se apresenta no Brasil como uma forma de resistência contra a devastadora onda modernizadora e contra a expropriação completa dos agricultores (Canuto, 1998). O que integra propostas agroecológicas com outras voltadas a desenvolver a agricultura familiar.

A agricultura familiar, com o decorrer do tempo, veio sofrendo mutações, as quais têm sido impostas pelo sistema capitalista no qual vivemos. Tal sistema provocou profundas mudanças na estrutura predominante da população rural, quando comparadas às populações nas

décadas de 1940/1950, que comercializavam o excedente da produção agrícola (FELDEN, 2018).

Após o processo de modernização das lavouras, as novas gerações passaram a pensar no campo como um “negócio” rentável e abortaram o antigo modo de sistema de produção familiar, que se resumia em uma atividade em que o plantio era destinado ao consumo próprio e a mão de obra era quase exclusivamente familiar, em que o excedente das colheitas era trocado com os vizinhos por algo que lhes fosse interessante ou vendido em feiras locais. (FELDEN, 2018).

No entanto, a agricultura familiar atual está buscando formas de resistir à exclusão imposta pelo atual modelo, que favorece o agronegócio e o processo de modernização. Apesar da sua fidelidade às características de base (agricultura), estão focados em (ter) mais propriedades e ao retorno financeiro. Abandonaram atividades voltadas ao caráter de subsistência, caracterizando assim uma possível “decomposição do caráter familiar da unidade de produção” (SANTOS et al., 2014; FELDEN, 2018; SOUSA JUNIOR, 2020).

Observando o desenvolvimento antropológico-econômico, fica clara a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente e ao capitalismo. A natureza passou de parceira à escrava, explorada pela “moderna agricultura” (SAVOLDI e CUNHA, 2010; FELDEN, 2018, p.14, 2018; WANDERLEY, 1996; MAZOYER; COSTA, 2010).

Sob este fino véu que encobre a verdadeira realidade mercantil, algumas justificativas são exaltadas, como, por exemplo, o aumento da produção de alimentos no mundo para que a humanidade seja suprida e não haja fome (SOUZA JUNIOR, 2020).

Com esse sentimento de promoção de melhorias, os fazendeiros e os latifundiários recebem recursos a fim de aumentar a capitalização com a produção agrícola. As ferramentas manuais foram substituídas pelas máquinas e a utilização de insumos sintéticos (agrotóxicos) foram instituídos no lugar de compostos orgânicos. A produção passou a ter como principal foco as monoculturas destinadas ao mercado de exportações. Isso desvaloriza a agricultura familiar, fazendo com que esse modelo fique rapidamente à margem das atividades e da economia no país em comparação com a agricultura patronal, favorecida pelo Estado (SOUSA JUNIOR, 2020).

Com esse pensamento, Gonçalves Neto (1997, p. 78) relata que:

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e

adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também.

Dessa forma, conforme Assis (2006, p.76):

Pensou-se ser indispensável oferecer alternativas, apropriadas (ou “intermediárias”), para a melhoria dos sistemas produtivos que fossem financeiramente acessíveis a esses produtores e lhes permitissem iniciar uma trajetória de capitalização para, no futuro, adotarem o pacote mais eficiente.

Essa modificação na forma de lidar com as mudanças impostas pelo capitalismo no campo pode ser explicada pelo modernismo e pelo privilégio à agricultura patronal, voltada para a exportação de *commodities*. No Brasil, segundo Chã (2016), o agronegócio faz referência a processos bem heterogêneos, marcado por diferenças setoriais e regionais, mas que, também, é de grande homogeneização e imposição de regras internacionais. “Representa, quase sempre, uma aliança de classe que associa latifundiários, empresas transnacionais, capital financeiro e mídia burguesa, com forte apoio de políticas de estado” (BRUNO, 2016; CHÃ, 2016, p. 30; LEITE; MEDEIROS, 2012; GOMES; RAFAEL, 2020; GLIESSMAN, 2000; CAPORAL; COSTABEBER, 2004b).

Por outro lado, medidas protetivas e de desenvolvimento sustentável precisaram ser criadas. O “novo” mundo rural passou a ter que dividir sua atenção entre atividades agrícolas e não agrícolas para complementação da renda familiar. Aliado ao Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), que, em meados de 1990, surgiu como uma iniciativa para estimular e impulsionar as atividades do setor e, mais adiante, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em busca de um desenvolvimento de forma sustentável e agregador de valor. No caminho contrário ao êxodo rural, as possibilidades de melhorias na qualidade de vida das populações do campo se inserem na importância das relações com a Agroecologia, como ciência agregadora de valor e que possibilite o resgate de conhecimentos locais e familiares de forma sustentável (SILVA, 1999; NAVOLAR; RIGON; PHILLIPPE, 2010; AMBIENTES BRASIL, 2021).

Nesse contexto, por meio das práticas agroecológicas, objetiva-se a permanência das famílias no campo com o manejo sustentável dos solos, com a conservação dos recursos naturais, com a valorização dos saberes locais e com a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador (COSTA, 2010).

Tal cenário indica que, para contrapor-se a esse agronegócio, os agricultores familiares precisam buscar investimentos mais igualitários. Para Altieri (1989), seu principal propósito é

proporcionar bases técnico-científicas, para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para o de agricultura sustentável.

Emergentes de diferentes nacionalidades, segundo Hitchman (2015), mostram que experiências alternativas têm conseguido balancear e representar grandes avanços para descentralizar os sistemas agrícolas (BRUNO, 2016).

Segundo Wezel et al. (2009), o termo “Agroecologia” foi usado pela primeira vez pelo agrônomo russo Basil Bensin, em 1928. A partir dos anos 2000, em diversas partes do mundo, resgataram-se novamente esses princípios sobre a agroecologia e passaram a trabalhar com as preocupações ecológicas, o que foi chamado de “Agricultura Orgânica”, trazendo sempre a reflexão sobre os prejuízos à saúde humana, animal e ambiental, decorrentes do uso indiscriminado de insumos sintéticos (agrotóxicos) (HAMER SCHIMIDT; SILVA; LIZARELLI, 2005).

Reafirmando e complementando o exposto acima, Assis (2006), compilando pensamentos de outros autores, mostra que:

A agroecologia é uma ciência surgida na década de 1970 (Hecht, 1989, p. 25), como forma de estabelecer uma base teórica para esses diferentes movimentos de agricultura não convencional (Hecht, 1989, p. 33). É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas (Gliessman, 2000, p. 61) complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir autoregulação e, conseqüentemente, sustentabilidade (ASSIS, 2006, p.77).

Assis e Romeiro (2005, p.157) observam ainda que:

A organização social da produção agrícola baseada no trabalho familiar favorece a conciliação entre a complexificação desejada e a supervisão e controle do processo de trabalho necessário, de tal forma que Carmo (1998) a considera como o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, em função de suas características de produção diversificada, integrando atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas.

O conceito presente na PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2007) – do extinto MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – é de que a Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis.

2.3 Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no Mundo e no Brasil

Em tópicos anteriores, foi discorrido sobre a modernização da agricultura e sobre como isso provocou profundas modificações nas formas de produção dos alimentos e como a intensificação do uso de máquinas, de implementos e de insumos sintéticos na agricultura trouxe impactos positivos do ponto de vista capitalista por aumentar as *commodities* voltadas à exportação, para que assim se impulsionasse a economia do país, porém trouxeram impactos muito negativos na forma de tratativa com o meio ambiente, na saúde humana e animal, com a utilização dos agrotóxicos, e no impacto direto na população rural, com a constante desvalorização do seu trabalho. Esse distanciamento dos consumidores com a realidade enfrentada pelos agricultores, que são indispensáveis para a manutenção da vida, mostra como essa economia se encontra desmotivada e, por vezes, desamparada por seus governantes e pela sociedade como um todo (CSA BRASIL, 2015; MELO, 2020).

Cabe, então, definir o termo “CSA”, que vem do termo em inglês Community supported Agriculture ou Community-shared Agriculture (ANDREATTA; RHYNE; DERY, 2008; BROWN; MILLER, 2008; COOLEY; LASS, 1998; CONNER, 2003; ENDRES; ARMSTRONG, 2012; HENDERSON; VAN EN, 2007; McFADDEN, 2004; URGENCI, 2016a), mas que também recebe outras denominações, como o *Teikei* no Japão (CSA BRASIL, 2015; HENDERSON; VAN EN, 2007; McFADDEN, 2004; URGENCI, 2016a), Agriculture Soutenue par la Communauté, nomenclatura utilizada no Canadá, Groupes d’achat solidaires de l’agriculture paysanne, como é chamado na Bélgica, Gruppi di Acquisto Solidale, denominação recebida na Itália, Associations pour le maintien d’une agriculture paysanne, como é dito pela França (LAVILLE, 2009), e Gemeinschaftlich getragene Landwirtschaft, como é referido pelos agricultores e consumidores da Alemanha (CSA BRASIL, 2015).

Melo, Freitas e Calbino (2020) descrevem a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) como organizações coletivas associativas que praticam parceria local e solidária entre os produtores e consumidores. No Brasil, ela é denominada como CSA.

Melo, Calbino e Freitas (2018) salientam que as CSA’s compreendem um modelo diferente, quando comparado às relações tradicionais de vendas, em que os coagricultores passam a compartilhar, junto a seus agricultores, os riscos da produção, proporcionando o suporte para se concentrar nas atividades de cultivo, e com a qualidade da produção e o cuidado da terra, de maneira a não a agredir. Os coagricultores passam a conhecer de onde vêm seus

alimentos, como são cultivados e quem os produz, estabelecendo-se, assim, uma conexão entre os agricultores e os membros da comunidade.

Como discutido em tópicos anteriores, os agricultores familiares foram marginalizados durante o processo de modernização da agricultura e se reuniram, formando as organizações associativas e cooperativas, para que tivessem poder de mercado, e se mantivessem nas atividades no campo. Atualmente ela está presente nos cinco continentes do planeta, abarcando agricultores e consumidores em diferentes regiões para uma nova perspectiva de produção, de comercialização, de consumo e de relações interpessoais (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

Observa-se, nas últimas três décadas, em diversos países industrializados e com diferentes graus de urbanização, um crescente número de movimentos de consumidores e de produtores que buscam reconectar os elos da cadeia alimentar, processo social que abrange a exponencial expansão de núcleos de projetos CSA (MARTINS, 2017).

O modelo CSA nasceu no Japão, onde, na década de 1960, como resultado da contaminação dos alimentos por agroquímicos e por mercúrio (o famoso desastre de Minamata), um grupo de donas de casa japonesas procurava obter alimentos mais seguros para si e para suas famílias diretamente dos agricultores orgânicos locais, em troca de valores financeiros de pequena expressão. Essa iniciativa ficou conhecida como Teikei (WILKINSON, 2001), que significa, em japonês, cooperação ou parceria, ou, ainda, comida com cara do agricultor (do inglês *“food with face of the farmer”*) (URGENCI, 2016b; JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

A rede Teikei, até hoje, continua a crescer no Japão. O movimento adquiriu abrangência global com a rede Urgenci, que congrega diversas redes nacionais, reunindo atualmente bem mais de um milhão de pessoas, tanto produtores como consumidores (HITCHMAM, 2015; MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

O pioneiro da iniciativa foi o líder nipônico de cooperativas agrícolas Teruo Ichiraku. Registra-se, também no Japão, o nascimento do modelo das CSAs como contemporaneamente conhecidas, através do brilhante trabalho de Yoshinori Kaneko, que realizou o primeiro acordo coletivo de produção, envolvendo dez famílias de agricultores, em 1975. Nesse sentido, a Teikei foi a iniciativa que deu origem à CSA no Brasil. Para a Associação Japonesa de Agricultura Orgânica:

[...] “Teikei” é uma ideia para criar um sistema de distribuição alternativo, não dependendo do mercado convencional. Embora as formas de “teikei” variem, é basicamente um sistema de distribuição direta. Para realizá-lo, o(s) produtor (es) e o consumidor (es) mantêm conversas e contatos para aprofundar seu entendimento

mútuo: ambos fornecem trabalho e capital para apoiar seu próprio sistema de entrega. [...] O movimento da agricultura orgânica japonesa começou com esse sistema “teikei”. “Teikei” não é apenas uma ideia prática, mas também uma filosofia dinâmica para fazer as pessoas pensarem em um modo de vida melhor, seja como produtor ou como consumidor através da sua interação (JAPAN ORGANIC AGRICULTURE ASSOCIATION, 1971, s/p, com tradução nossa).

Historicamente, passa a ser reconhecida a contribuição do filósofo austríaco Rudolf Steiner, que, nos anos de 1920, já apontava a direção e trouxe contribuições no globo terrestre, ao unir conceitos da tecnologia social aos princípios da agricultura biodinâmica. Foi por meio da influência do próprio Steiner que as primeiras CSAs se disseminaram pela Europa, ao longo dos anos 1970/1980 e, a partir de 1984, no continente norte-americano, por iniciativa do horticultor suíço Jan Vander Tuin, na Indian Line Farm, Massachusetts, que foi inspirado pela relação de aliança entre produtor e consumidor observada em Genebra (WILKINSON, 2001; ALLEN; GUTHMAN; MORRIS, 2006; ECKERT, 2016), e, em 1986, em New Hampshire, no Temple/Wilton Community Farm (ADAM, 2006; MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

Por iniciativa da rede Urgenci (organização internacional), fundada em 2004, em Aubagne na França, tem como objetivo disseminar e defender as conexões entre redes nacionais e locais de CSA a tomarem proporções globais; além de difundir os valores centrais e as crenças compartilhadas em relação à: Agroecologia: Soberania Alimentar, Economia Solidária e Biodiversidade. Em quase 10 anos de existência, a Urgenci alcançou reconhecimento internacional, e o movimento CSA agora envolve cinco continentes e 1,5 milhão de pessoas (URGENCI, 2016b).

A China não ficou para trás nesse movimento e, hoje, tem mais de 800 CSAs com 100 mil consumidores e estão, no cenário atual, contribuindo para novos sistemas alimentares em mais de uma dúzia de cidades no território chinês (HITCHMAM, 2015).

No Reino Unido, as CSAs tiveram início em 2013. São liderados por uma diretoria representativa, qualificada e profissional, que delega responsabilidades operacionais às equipes de forma dinâmica por intermédio de cooperativa multissetorial para fazendas. Na atualidade, são mais de 150 membros agrícolas, representando mais de 25.000 pessoas que desfrutam de produtos de CSAs e estão em pleno crescimento (NAVES, 2020).

No Brasil, o modelo de CSA chegou em períodos mais recentes. Há relatos de que a primeira experiência ocorreu do ponto de vista do interesse histórico e sua primeira implantação ocorreu na cidade de Fortaleza (CE), pela Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO), em 1997 (DAROLT, 2012; JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

A CSA Brasil é uma organização sem fins lucrativos que constrói, como modelos, projetos agrícolas baseados na comunidade, nos quais os agricultores podem se orientar para garantir um futuro a pequenos empreendimentos agrícolas. A CSA Brasil também acompanha e supervisiona esses projetos em forma de rede, que já se espalhou por todo o Brasil. O objetivo é, ao contrário de uma monocultura, desenvolver uma diversidade na agricultura na qual as fazendas e seus trabalhadores têm garantia de uma rede equilibrada, sólida e são apoiadas no processo de uma transição para uma agricultura ecológica (CSA BRASIL, 2018, s/p).

No Brasil, a CSA de Botucatu teve início em 2011, na Fazenda Demétria, e como reflexo das tendências de dispersão, por iniciativa de Júlio Bernardes, que liderava o movimento de expansão da tecnologia social pelo país. Todo esse movimento próspero e fértil ocorreu a partir da realização do Fórum Mundial Social, em Porto Alegre (RS). Nasciam ali as primeiras discussões para implementação da rede CSA Brasil, e, desde então, houve um crescimento exponencial, totalizando em mais de 70 CSAs espalhadas por todas as regiões brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, já se conta com aproximadamente 32 CSAs (NAVES, 2020; MELO; FREITAS; CALBINO, 2020; YAMAMOTO, 2006; CONSEA, 2017; OLIVEIRA; PEREIRA; CALBINO, 2019).

Esse movimento tem sido importante para o fortalecimento da agricultura familiar, para o escoamento da produção agroecológica, para o desenvolvimento das regiões, para a proposição de novas relações entre agricultor-consumidor e para a preservação do meio ambiente em muitas regiões brasileiras (NAVES, 2020; MELO; FREITAS; CALBINO, 2020; CSA BRASIL, 2021).

As CSAs é uma organização da comunidade em torno da agricultura, sem fins lucrativos e que tem por objetivo, segundo a CSA Brasil (2021):

Promover o desenvolvimento da economia associativa por meio da agricultura comunitária entre agricultores e consumidores, em âmbito nacional, para se chegar a uma Escultura Social (Arte Social), com ações de apoio e educativas para que o agricultor deixe de vender seus produtos por meio de intermediários e conte, para organização e financiamento de sua produção, com a participação dos membros consumidores, colaborando para o desenvolvimento sustentável, comércio justo e fraterno, assegurando a oferta de produtos (CSA BRASIL, 2021).

Em geral, em uma CSA, os coagricultores se comprometem a comprar de um produtor ou grupo de produtores, sendo que o compromisso implica comprar com regularidade e por pelo menos toda uma estação produtiva. Isso significa que eles compartilharam riscos e benefícios daquele determinado período de produção. Em geral, o pagamento é feito antecipadamente, mas pode variar, para permitir que aqueles em pior situação econômica

também tenham a possibilidade de consumir frutas e legumes frescos e saudáveis. Os agricultores fornecem, semanalmente, a sua produção para os coagricultores sob a forma de cestas de hortaliças, legumes e frutas, garantindo produtos frescos, da estação e produzidos de forma agroecológica (COOLEY; LASS, 1998; CASTELO BRANCO, et al., 2011; CSA BRASIL, 2021). Assim, produção e consumo são lastreados pela confiança, e o sistema se conforma por meio da co-responsabilidade de todos os envolvidos (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

A CSA pode ser considerada ecológica, pois se propõe a desenvolver uma diversidade na agricultura com princípios orgânicos. É social, pois auxilia os agricultores nas suas fazendas a se desenvolverem de forma sustentável e justa, além de apoiar a agricultura familiar e, nesse contexto, cria-se um maior intercâmbio entre a população urbana e rural, e quem ganha nesta interação são as famílias rurais, que passam a manter as suas crianças e os seus jovens com oportunidades no campo, evitando o êxodo rural (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020; CSA BRASIL, 2021).

É de se lembrar que a economia solidária é a base fundamental da CSA, e, até hoje, o que domina segmentos importantes da agricultura é a de comercialização. Segundo Singer, a CSA:

surge com a reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção e mais recentemente, também por parte dos industriais que lhes vendem sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos mecânicos etc. (SINGER, 2001, p. 107).

Esmagados por grupos de compradores que tiram proveito e massacram o pequeno produtor, a saída lógica foi se organizar em empresas solidárias que realizassem, em nome dele, as compras e as vendas, proporcionando-lhe, com isso, o que os economistas chamam de poder de mercado, ou seja, poder de barganha, além de ganhos de escala (SINGER, 2001, p.107). Mediante o crescimento global das CSAs, com forte tendência aqui no Brasil, e em especial no Vale do Paraíba do Sul, segue o crescimento próspero e envolto no sistema alternativo de economia justa.

2.4 Os Pilares da CSA: Agroecologia; Economia Solidária e Comunidade

2.4.1 Agroecologia

Agroecologia é uma ciência que busca entender a dinâmica dos sistemas agrários e as relações sociais e ecológicas estabelecidas nos diversos ambientes. É um resgate dos conhecimentos, tendo como premissa a preocupação e o cuidado com o ecossistema em que se encontra inserida. Dessa forma: “A agroecologia é uma ciência que resgata o conhecimento agrícola tradicional desprezado pela agricultura moderna, e procura fazer sua sistematização e validação de forma que este possa ser (re)aplicado em novas bases (científicas)” (ASSIS; ROMEIRO, 2005).

É um campo de conhecimento transdisciplinar. É um processo que conjuga tanto o pensamento teórico-científico, quanto o pensamento popular básico e prático. Busca contribuir com agrossistemas sustentáveis, com a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida (EMBRAPA, 2006, p.26). Visa reduzir os danos causados pelo monocultivo, com o uso dos fertilizantes industriais, agrotóxicos e sementes transgênicas (SALES, 2019; AMBIENTE-BRASIL, 2021).

Alguns autores, tais como Altieri (2001 e 2012b); Sales (2019); Leff (2002); Ambiente-Brasil (2021); Warmiling; Moretti-Pires (2017); Wezel et al., (2009); Carvajal, (2011); Caporal (2004); Azevedo; Pelicione, (2012) e Wanderley (1996) concordam com a definição:

Manuseio de abordagem ecológica dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva para o estabelecimento de sistemas de controle participativo e democrático, nos campos da produção e circulação de alimentos” e acrescentam sobre a capacidade dos sistemas agroecológicos manterem a existência através dos saberes e experiências locais dos agricultores; para a viabilização do manejo de sistemas de produção sustentáveis, preservação de recursos naturais e a produção de alimentos seguros. Com objetivo claro de reverter os impactos econômicos e ambientais do agronegócio (Gusmán, 2010, p. 10).

O modo de produção agroecológico enfoca a justiça social, o fortalecimento das ações locais e da identidade do agricultor familiar, resgatando suas raízes culturais e sua autonomia (CARVAJAL, 2011; CARPORAL FR, 2004; AZEVEDO; PELICIONE, 2012; WARMLING, 2017). Já na sociedade civil organizada, a Agroecologia é concebida, frequentemente, como um estilo de agricultura a ser construído ou como princípios/conceitos a serem aplicados com a finalidade de se constituir uma agricultura considerada sustentável. Essas organizações, em geral, reafirmam a necessidade de se levar em conta aspectos éticos e sociais e a importância das interações entre agricultores e consumidores com outros atores, envolvendo reciprocidade e cooperação entre os envolvidos (AZEVEDO; PELICIONE, 2011; WARMLING, 2017). Isso nos remete a uma nova concepção, não apenas para a agricultura, mas também com o comércio

local de pequeno porte, que permite a construção de relações mais horizontais de produção e de consumo no sistema agroalimentar (DALGAARD et al., 2003; FRANCIS et al., 2011; AZEVEDO; PELICIONE, 2011; WARMLING, 2017), muitas vezes a partir de uma perspectiva de realocização (LAMINE, 2012; NORDER et al., 2016; ALTIERI, 2001; WARMILING, 2017; SALES, 2019; GUSMÁN, 2010; ALTIERI, 2012a e 2012b; GUHUR e TONÁ, 2015; McMICHAEL, 2016).

Segundo Altieri (2009), a associação entre os diferentes saberes pode ser frutífera e significativa para se avançar na proposta da agroecologia:

Sem dúvida, o conjunto de práticas tradicionais de gestão ainda usada por muitos agricultores com poucos recursos representa um recurso rico para pesquisadores que procuram criar novos agroecossistemas bem adaptado às circunstâncias agroecológicas e socioeconômicas locais dos camponeses. Os camponeses eles usam uma variedade de técnicas, muitas das que são bem adequados às condições locais. As técnicas tendem a ser intensivo em conhecimento, em vez de capital intensivo, mas claramente nem todos são eficazes ou aplicável, portanto, eles podem ser necessários modificações e adaptações (ALTIERI, 2009, p. 05, tradução nossa).

Essa relação entre a agroecologia, a ciência e a tecnologia são necessária, principalmente porque a agroecologia é a guardiã de um saber legítimo, e os sujeitos são privilegiados ao conservarem e reproduzirem esses conhecimentos por milênios. Não se faz em detrimento da ciência e da tecnologia, mas trata da necessidade de haver diálogo entre os saberes (SALES, 2019; GUHUR e TONÁ, 2015). Para que uma transformação ecológica ocorra, tem de haver profundas modificações nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas, e isso só se dá por meio das profundas relações entre a agricultura e as diferentes dimensões ambientais, uma vez que essas “moldam e determinam a agricultura” (ALTIERI, 2009, p. 10).

A necessidade desse diálogo é indicada por Martínez Alier (2012):

O movimento pela justiça ambiental tem fornecido exemplos de ciência participativa, como os que respondem pela denominação de “epidemiologia popular”. No Terceiro Mundo, a combinação de ciência formal com a informal, a concepção de “ciência com pessoas”, antes que uma “ciência sem as pessoas”, caracteriza a defesa da agroecologia tradicional de grupos camponeses e indígenas, com os quais há muito que ser aprendido através de um autêntico diálogo de saberes (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 36).

A agroecologia é uma forma de resistência e de resposta às complexas demandas socioambientais para que o acesso aos alimentos e a qualidade da alimentação, especialmente das famílias mais vulneráveis, não sejam comprometidos e a vida no planeta seja protegida, especialmente quando se considera a existência simultânea da mudança climática, a obesidade e a subnutrição por Swinburn et al, (2019), que estão associadas aos desafios sanitários, sociais, econômicos e políticos impostos pela pandemia e agravados pelas desigualdades estruturais no

Brasil e no mundo (MATTA et al, 2021), bem como a desvalorização das políticas sociais de segurança alimentar e nutricional que ocorrem no Brasil desde 2015 (OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, 2022).

Segundo Proença et al (2022), sistemas alimentares mais sustentáveis, saudáveis e justos, como os de base agroecológica, priorizam a produção e o consumo de alimentos in natura em nível local ou regional, em contraposição ao sistema hegemônico caracterizado por altos índices de industrialização, centralização e comodificação dos alimentos processados e ultraprocessados. Dessa forma, o fortalecimento da agricultura familiar interfere positivamente na rota de um sistema alimentar, que é historicamente marcado pela monocultura, pela produção de commodities e pela concentração da propriedade da terra que geram impactos socioambientais que resultam em desmatamentos, em comprometimento da biodiversidade e da agrobiodiversidade e na exploração do trabalhador (OPAS, 2017).

O incentivo e o apoio para a produção orgânica e a transição para a produção agroecológica são apontados, na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e pelas propostas do objetivo número 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS2), como iniciativas que propõem aumentar o cultivo e a oferta de alimentos in natura, ampliando o acesso físico e financeiro desses alimentos à população brasileira e dialogam com proteção e promoção da sociobiodiversidade, também previstas no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e na Soberania Alimentar (OPAS, 2017).

2.4.2 Economia Solidária

A Economia solidária nasce no Brasil na década de 1980, como resposta à crise econômica e à falência das indústrias, vividas e potencializadas entre a década de 70 e 80. Apesar de abrangente e heterogênea, sempre esteve alicerçada na seguinte conjectura: mediante as desigualdades sociais, ainda é possível produzir e vender produtos para além do circuito do mercado (capitalista), pois a sociedade é heterogênea e permite o convívio de modelos econômicos (e políticos) diversos. É partindo desse olhar analítico que Paul Singer, a maior referência da economia solidária no país e que esteve ligado à extinta SENAES – Secretaria de Economia Solidária –, como secretário, consolidou um arcabouço teórico em consonância ao projeto inaugurado pelo governo Lula: o de realizar a até então difícil conciliação entre movimentos sociais identificados com as lutas populares e um Estado de matriz neoliberal, a priori avesso a tais reivindicações (SINGER, 2002a, p.89).

A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está tímida, algumas iniciativas fundamentais já foram concluídas e vencidas. Considerando o tamanho do território e da população brasileira as suas dimensões ainda são modestas, mas não pequenas, já que dezenas de milhares de pessoas já se libertaram pela solidariedade. Segundo Singer, o esforço investido na economia solidária por si só traz entusiasmo, pois reflete diretamente no resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens (SINGER, 2002a, p.127).

O economista Marcos Arruda tem para si que a expressão socioeconomia solidária vem dar conta de aspectos mais abrangentes para melhor se ressaltar o grande objetivo da economia solidária, que se traduz em ser uma economia a serviço do ser humano, com uma maior valorização dos laços afetivos, de solidariedade e de amizade (ARRUDA, 2003).

Tanto Singer (2002) como Santos (2002) apresentam uma importante concepção sobre a economia solidária e defendem que ela deve se apresentar como um projeto viável e livre. Na atualidade, a fase é propícia à prática da economia solidária, devido as melhores condições para sua realização, por meio da participação ativa dos agricultores, trabalhadores-proprietários, que normalmente têm uma vocação de integração com outras comunidades em que estão localizadas e podem ser, de fato, “protótipos da especialização flexível de que falam Piore e Sabel” (SANTOS, 2002, p.36).

Segundo Sales (2019), apesar de serem vistas como “improdutivos” e “atrasados”, os policultivos em pequenas propriedades são consideravelmente mais produtivos do que as grandes propriedades que se dedicam exclusivamente ao monocultivo. Além disso, a diversidade de culturas é eficiente contra as perdas produtivas por doenças e pragas, combatem a erosão dos solos, são mais resistentes às mudanças climáticas, fazem controle de infestantes, melhoram o aproveitamento hídrico e solar e são menos vulneráveis às perdas de produção e às flutuações econômicas. Tais fatores contribuem diretamente para a permanência, em condições dignas, do trabalhador rural no campo (SALES, 2019; ALTIERI, 2009; ALTIERI, 2012^a; FBES, 2008; GAIGER; KUYVEN, 2002).

Foram documentados amplamente, por meio de estudos, que os pequenos agricultores podem produzir a maior parte da comida de que as comunidades rurais e urbanas precisam. (UPHOFF; ALTIERI, 1999).

“A evidência é conclusiva: os novos métodos agroecológicos e tecnologias encabeçadas por agricultores, ONGs e algumas organizações locais ao redor do

mundo já estão contribuindo o suficiente para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional” (ALTIERI, 2012a, p. 28).

A alta produtividade, combinada à conservação e à preservação da biodiversidade, compõe a dimensão econômica da agroecologia, conforme percebido por Machado e Machado Filho (2015), em que, além de gerar lucros, é de grande importância que os fatores sociais e ambientais sejam compatíveis, que o solo seja preservado e que não haja necessidade de uso de agrotóxico, nem de fertilizantes de síntese química, evitando, assim, produzir efeitos deletérios ambientais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 192).

O maior desafio na defesa da agroecologia e da agricultura familiar como prática sustentável é o capitalismo, que apoia projetos que visam ao fortalecimento das práticas homogeneizadora e monopolistas de produção. É um desafio pensar agroecologia e assumir que existem interesses nas diferentes esferas públicas e institucionais que também estão ligadas à ciência e:

[...] continuam respaldando a pesquisa e o desenvolvimento agroindustrial, enquanto a pesquisa e o desenvolvimento da Agroecologia e dos enfoques sustentáveis têm sido ignorados ou mesmo condenados ao esquecimento na maioria dos países (ALTIERI, 2012b, p. 17).

Têm-se notado o avanço e a notoriedade dos movimentos sociais em relação à luta e à denúncia do sistema agroalimentar hegemônico e a realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Esses movimentos são identificados por Guzmán (2010) como expoentes para a criação de formas mais justas para a produção, para a distribuição e para o consumo de alimentos, com vistas à soberania alimentar (SALES, 2019).

“Nesse sentido, diagnósticos participativos e reavaliação das formas locais de governação dos recursos naturais, como processo de acompanhamento aos movimentos camponeses que desenvolvem a Agroecologia, eles pretendem gerar mercados alternativos, onde aparecem mecanismos que impedem a extração excedente, outro aspecto essencial para o bem desenvolvimento da soberania alimentar” (GUZMÁN, 2010, p. 14).

Entre as formas sociais mais justas, estão as comunidades que sustentam a agricultura (CSA), que provêm o abastecimento para o mercado local por meio dos circuitos curtos, ou seja, sem atravessadores. Em relação à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos, é notado que há correspondência em três dimensões: Ecológica – com o manejo ecológico e sustentável dos recursos naturais; Socioeconômica – por tratar de ações locais de desenvolvimento endógeno e a dimensão Sociopolítica – que traz a capacidade de gerar

processos de transformação social e de cuidar da relação entre agricultores e consumidores, e, junto a movimentos sociais, influir em políticas públicas que são muito importantes, uma vez que essas são capazes de consolidar o potencial produtivo das práticas agroecológicas, por meio de fomento de novas experiências (GUSMÁN, 2010; ALTIERI, 2012b; SALES, 2019).

A economia solidária rural contempla projetos agrícolas baseados e pensados na comunidade. Segundo Guélin (1998):

[...] ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros (GUÉLIN, 1998, p. 13).

A economia solidária também pode ser definida como “uma outra economia”, que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares (SINGER, 2002).

Já Laville, em 1994, caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas, cuja lógica é diferente tanto da lógica do mercado capitalista como também da lógica do Estado. O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles (SINGER, 2002).

“O trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e tudo é dividido por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Empresas solidárias são, quase sempre, administradas por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando a empresa é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores” (SINGER, 2002; LAVILLE, 1994, p. 211).

Em países em desenvolvimento, como os da África e os da América Latina, o termo mais adequado é “economia popular”, segundo os autores Nyssens e Larrachea (1994) e Nyssens (1996), que são inspirados em Luís Razeto (NYSSENS; LARRACHEA, 1994; NYSSENS, 1996). Outra expressão seria “terceiro setor”. Mesmo imperfeita é a que recebe a nível internacional o maior consenso quando se trata da América Latina (DEFORNY, DEVELTERE; FONTENEAU, 1999).

No Brasil, a economia solidária surgiu no final do século XX, teve sua intensificação a partir da década de 80 e só ganhou oficialidade na década de 90. Para que ela se tornasse uma problemática, teve de aparecer como um setor próprio e digno de interesses específicos de ordem teórico-político-ideológica (LECHAT, 2001), à medida que surgiam iniciativas econômicas baseadas na livre associação de pessoas reconhecidas por sua índole participativa

e por seus princípios de cooperação, de autogestão, de democracia, de solidariedade, de respeito à natureza, de comércio justo e de consumo solidário (GAIGER; KUYVEN, 2020).

Surgem nas literaturas no Brasil, pela primeira vez, conceitos ligados à economia solidária, em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, em que o autor chileno Luís Razeto os descreve como:

[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p: 40).

Economia solidária, em palavras mais simples, é um jeito diferente de fazer a atividade econômica de produção, de oferta de serviços, de comercialização, de finanças ou de consumo baseado na democracia e cooperação, o que chamamos de autogestão. Os benefícios são ímpares, por se tratar de uma alternativa promissora e justa para a redução das desigualdades por meio da melhora no capital econômico das pessoas menos favorecidas (GAIGER; KUYVEN, 2002).

Na 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, definiu-se que a economia solidária é uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e solidário, com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas (FBES, 2008).

“A Economia Solidária possui as seguintes características: a cooperação como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva que podem agregar um conjunto grande de atividades individuais e familiares; a autogestão é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento; a solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos 15 processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; e a ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios

de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais” (FBES, 2008).

A trajetória da economia solidária no Brasil e em outros países tem uma longa história. Iniciou-se com os indígenas, que culturalmente praticavam a economia com base na partilha e na solidariedade. Segundo Paul Singer, a origem urbana da Economia Solidária vem das lutas históricas dos trabalhadores. Nas áreas rurais, a economia solidária vem sendo adotada como modelo organizativo das atividades produtivas nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, nas atividades extrativistas tradicionais de pesca e de apicultura, entre outros. As comunidades e os povos tradicionais, como os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos também compreendem, cada vez mais, a economia solidária como estratégia de promoção do etnodesenvolvimento (desenvolvimento com respeito às características étnicas e culturais desses povos (SINGER, 2002; FBES, 2008).

2.4.3 Comunidade

Por definição, comunidade é um grupo de pessoas que, simultaneamente, se relacionam, apresentam semelhanças e compartilham uma mesma cultura em um território definido (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

Comunidade é uma palavra carregada de bons sentimentos, com a sensação boa de pertencer a um lugar aconchegante, seguro, que nos protege, livrando-nos das ameaças do mundo real. Em suma, “comunidade” é, hoje, o nome dado para o paraíso perdido e que, utopicamente, esperamos resgatar.

Na comunidade, pode-se encontrar reciprocidade, segurança, conselhos bons e pessoas do bem. Não existe o desejo de ridicularizar e de menosprezar o próximo e, raramente, na comunidade se tem a sensação de estar desconectado. As discussões fluem, são amigáveis e cursam para a cordialidade, tornando os momentos juntos uma grande ponte para melhorias da vida em comum (BAUMAN, 2003).

E ainda: não se deseja má sorte aos outros. Caso um membro na comunidade venha a tropeçar, a cair os demais o ajudarão a se reerguer. Sem julgamentos prévios. A comunidade toda irá ouvir suas explicações, os seus arrependimentos e o perdoará de modo que o ressentimento e o mal não durem para sempre. Na comunidade, os momentos de tristeza são compartilhados e, para se ter ajuda e apoio, não são necessários pedidos de fianças ou

retribuições. O fato é: raramente, dirão que não é seu dever ajudar, ou recusarão seu apoio só porque não há um contrato entre eles que as obrigue a fazê-lo, ou porque tenham deixado de ler as entrelinhas. O dever é. pura e simplesmente, ajudar uns aos outros e, assim, se tem o direito de esperar obter a ajuda de que precisam (BAUMAN, 2003).

É neste espaço que os agricultores se encaixam, se apoiam e se solidarizam a fim de se orientarem financeiramente para garantir um futuro próspero a pequenos empreendimentos agrícolas (MELO; FREITAS; CALBINO, 2020).

2.4 Estado da Arte Sobre CSA

De acordo com Ferreira (2002), O “Estado da arte” e o “Estado do conhecimento” têm por objetivo mapear e identificar as produções acadêmicas nas diferentes áreas do conhecimento, entregando ao pesquisador a possibilidade de compreender os objetos de estudo e as construções feitas até o momento sobre o tema (SANTANA, 2017).

Para o presente estudo, foram realizadas pesquisas nos seguintes portais ou bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS), Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Mestrado em Desenvolvimento Humano – MDH – da UNITAU. Foi utilizado o descritor “Comunidade que sustenta a agricultura”. A busca foi realizada em língua portuguesa, sem delimitação do ano para localização dos estudos sobre o tema, visto que o tema é recente, e não foi instituído um critério de exclusão das publicações.

Nas bases de dados da Scielo CAPES – Catálogo de Teses e Dissertações –, foram encontrados 14 (quatorze) e, na BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, estudos que abordavam o tema CSAs, descritos no (Quadro 1). O detalhamento de cada estudo está no quadro 2 em (Apêndice III).

Quadro 1 - Número de artigos e dissertações por descritores

Descritores: Comunidade que Sustenta a Agricultura	Quantidade de Produções
BDTD	13
BVS – Biblioteca virtual em Saúde (OPAS/OMS) BIREME	0
CAPES – Catálogo de Teses e Dissertações	14
Mestrado em Desenvolvimento Humano – MDH da UNITAU	0
LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da saúde	0

Mestrado Desenvolvimento Humano – MDH UNITAU	0
Scielo	2

Silva et al., (2021) descreveram sobre a agricultura familiar no Distrito Federal (DF) e identificaram que ela vem passando por significativas transformações, o que tem impulsionado a criação de novas formas organizativas, entre elas as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), que é um modelo de economia associativa e comunitária. O artigo trouxe como contribuições para a comunidade acadêmica, gestores, agricultores, coagricultores e organizadores tanto do Distrito Federal, como para outros que pretendem formar uma CSA, uma reflexão alternativa para as dificuldades inerentes à produção, à comercialização, ao desenvolvimento e ao fortalecimento da agricultura familiar (SILVA et al., 2021).

No estudo realizado nas CSAs de Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ), semelhantes em si, o objetivo foi analisar as interseções entre os conceitos de sistema alimentar, Sistemas Produto-Serviço sustentáveis e as CSAs. Foi também discutido o potencial de atuação do design no desenvolvimento de modelos de CSA mais eficientes, sustentáveis. Ferramentas em *mídias* sociais, informativos, boletins, entre outras ferramentas, foram apontadas como formas de impactar, positivamente, o sistema alimentar como um todo (NEVES et al., 2019).

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi desenvolvido trabalho intitulado “*Chefs* que Sustentam a Agricultura”. Foi uma pesquisa participativa sobre as construções de uma CSA entre chefs de cozinha e agricultores agroecológicos. Estabeleceu-se uma aliança entre o urbano e o rural e teve como objetivo avaliar se era possível e viável economicamente e ambientalmente. O trabalho revelou novas alternativas no circuito curto em parceria com *chefs* e agricultores agroecológicos, universidades e gestão profissional. Mostra boa expectativa nesta transformação social, ambiental e econômica (XAVIER, 2019).

Em Brasília, no texto de Torres (2017), o trabalho foi investigar como a tecnologia social se re replica em comunidades. O objetivo era entender a arquitetura da rede de atores e como esses funcionavam. Mapearam tarefas e canais de comunicação utilizados e avaliaram como se davam os canais de comunicação abordadas entre as CSAs no exercício das suas atividades. E, por meio desse esforço e entendimento da dinâmica de trabalho, foi possível propor ferramentas tecnológicas a favor das comunidades que Sustentam a Agricultura. Foram também destacados alguns pontos de melhorias, como, por exemplo, na rotatividade de tarefas (TORRES, 2017).

Nesse estudo, o objetivo foi avaliar a contribuição do design para o crescimento das CSAs, pensando em um modelo sustentável aplicado aos Sistemas Alimentares. Nessa busca, o autor mostra que o modelo CSA foi reconhecido como uma alternativa sustentável de

distribuição e de comercialização de alimentos, tanto pela pesquisa em organização social quanto pelas pesquisas em agroecologia e *design* para inovação social (NEVES, 2017).

Ainda pensando na educação, 2 (dois) trabalhos foram publicados: o primeiro trabalho busca o entendimento do campo, nas crenças e na questão da economia solidária, foram promovidos encontros para que abordassem entre agricultores e coagricultores metodologias para pesquisas-plantio. Foram feitas reflexões sobre o dualismo entre cultura e natureza, ontologias modernas e comunitárias bem como reflexão sobre construção dos sistemas econômicos/culturais e suas implicações pedagógicas (DORNELES, 2020).

No segundo trabalho na temática da educação nas CSAs, há um equilíbrio entre aprendizagens de componentes conceituais, procedimentais e atitudinais. Além disso, os afetos são elementos centrais para os processos educativos ali vividos, pois pautam a relação entre sujeitos e o mundo, permitindo que os saberes se construam de forma integrada. As práticas escolares de EAN se beneficiariam muito, redirecionando o enfoque exclusivamente conceitual para um balanço entre tipos de saberes e para a inclusão de elementos que favorecessem a afetividade, a fim de produzirem transformações mais profundas nos hábitos alimentares dos educandos (DIAS; VERRANGIA, 2022).

Em Brasília, outro trabalho focou-se em caracterizar os sistemas produtivos integrados dos agricultores e seus familiares em relação à organização de modelos de comercialização e de certificação da produção orgânica. Sua contribuição foi mostrar que a criação de animais pode contribuir para a produção orgânica, além de complementar a fonte de renda dos agricultores com a venda dos produtos (SALES, 2020).

No interior do Estado, na cidade de São Carlos-SP, busca-se compreender o desenvolvimento da atividade agrícola de um caso específico em contexto de mudanças econômicas estruturais no setor de agricultura para uma economia de cooperação. Busca-se superar os impactos ambientais causados por modos de organização e de produção de grandes corporações ou conglomerados (GARCIA, 2019).

Em Minas Gerais, na Universidade Federal de Lavras, um trabalho contribuiu com a descrição de como o mercado de CSA é construído, identificando de que forma as práticas de mercado contribuem para a formação de enquadramentos nesses mercados e como se dá o cálculo do valor. Foi possível identificar que, em 7 CSAs estudadas, os processos de cálculo de valor se davam em termos de cálculos quantitativos, qualitativos e sociais, baseados na filosofia que rege as comunidades. Dessa forma, o estudo contribui para o avanço teórico no campo de

construção de mercados, demonstrando como se dão os processos de formatação de mercados alternativos numa perspectiva dinâmica (PAIVA, 2019).

Em busca de respostas sobre o que mantém a comunidade que sustenta a agricultura, Melo, Freitas e Calbino (2020) identificaram que a comunidade constituída pelos membros das CSAs analisadas se caracteriza por integrar membros que se envolvem nas atividades do sistema e se relacionam de forma próxima, ao passo que outros membros optaram por um distanciamento das relações. Sendo assim, a comunidade que o sistema CSA constitui abarca não apenas as relações sociais de reciprocidade, de confiança, de pertencimento e de cooperação, assim como as relações instrumentais também são parte da comunidade que sustenta a agricultura.

Em outro Estado brasileiro, Sergipe/SE, se estudou os interesses de agricultores, familiares e consumidores de implementarem a CSA no Estado. Foi observado um importante potencial de promoção da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), por ser um sistema alimentar sustentável, que recebe forte influência da agroecologia, além de garantir o sustento econômico dos agricultores (RIBEIRO, 2021).

Outro ponto de destaque é que a CSA provoca menor impacto na emissão de gás carbônico proveniente do seu transporte. Embora tenham aspectos positivos, na inserção das CSA, no Estado de Sergipe vive-se uma expressiva limitação no que diz respeito à elitização do movimento, sob reflexo da desigualdade social, em que apenas uma parcela da população tem o privilégio de poder pagar por alimentos mais saudáveis, enquanto os demais não têm escolha. É necessário pensar em estratégias de adesão de pessoas em maior vulnerabilidade social e em situação de insegurança alimentar ao movimento (RIBEIRO, 2021).

Foram realizados dois trabalhos que envolveram comparações entre Brasil e Alemanha e outro entre o Brasil e Londres, mais especificamente. O trabalho comparativo entre agricultura solidária SoLaWi (Alemanha) e CSA (Brasil) analisou aspectos sociais, econômicos e ambientais, além das suas práticas e suas relações. O objetivo foi o de construir indicadores qualitativos entre elas. A autora descreve que as CSA atuam fortalecendo a agroecologia, tanto na Alemanha como no Brasil. O apoio e o empoderamento dos agricultores, a militância e a oportunidade de trabalho para membros, a autogestão e a autonomia dos agricultores são indicadores dos aspectos sociais transformadores. Aspectos que são desafiados pelas dificuldades na participação dos membros e na gestão do trabalho voluntário. A busca pela sustentabilidade econômica é representada de forma heterogênea devido aos distintos contextos das comunidades, principalmente no que se refere às políticas públicas voltadas aos circuitos

curtos de comercialização e à economia solidária. Os indicadores dos aspectos ambientais das comunidades são a busca pela biodiversidade, a preservação do solo e da saúde das pessoas e dos ecossistemas, encontrando limitações na conservação do solo e no acesso à terra (AMORIM, 2018).

Buscando entender como estavam se organizando as CSAs em Belo Horizonte/MG e em Londres e a partir daí propor um novo modelo de gestão no Brasil, foi visto que as duas CSAs viabilizam relações diretas entre consumidores e produtores, facilitando os produtos agroecológicos em cadeia curta. Evidenciam também que os londrinos defendem melhor os seus próprios interesses e têm dinheiro para comprar, enquanto os brasileiros têm dificuldades de captação e de venda dos produtos. Propõe saída, tal como os consumidores arrendarem o terreno do produtor, assumirem a administração da empresa e o remunerarem (AGUIAR, 2008).

Contrapondo o modelo predominante agroalimentar hegemônico no Brasil, a busca foi expor as práticas e vivências da CSA (Organicamente), e como poderiam ser multiplicadas as experiências dos circuitos curtos e a descentralização das formas de produzir, de distribuir e de consumir alimentos, construindo assim novas formas de relação com o meio ambiente, com o alimento e com quem o produz (SALES, 2019). Ainda reforçando o modelo das novas relações socioeconômicas hoje estabelecidas com a agricultura, aprofundou-se um pouco mais nas análises sociológicas e é impossível negar a sua importância. Por isso, toda e qualquer prática que vise regenerar nossa relação com o mundo natural será crucial para somar esforços por soluções nesse quesito (TORUNSKY, 2019).

Outros trabalhos abordaram as consequências da pandemia, a Covid-19, na questão alimentar. Lopes, Viana e Alfinito (2020) fizeram uma reflexão sobre redes alimentares alternativas em meio a Covid-19 e descreve que tanto a Rede Alimentar Alternativa (RAA) e a CSA precisaram passar por adaptações, porém nenhum dos dois sistemas teve impacto negativo no desempenho econômico ou nas mudanças no produto final ao consumidor.

Matheus e Feliciano (2021) falam sobre a importância da reforma agrária e da agroecologia para a promoção do direito humano à alimentação, à saúde e à qualidade de vida em sua totalidade, nas cidades, nas comunidades rurais e de povos tradicionais e a necessidade de se construir, para tal, canais de solidariedade, de articulação e de alianças entre os diversos segmentos da classe trabalhadora em escala local, nacional e internacional, a fim de romper com a lógica do capital como fundamento para a organização e para a reprodução da vida, além de promover um sistema alimentar em bases sociais, econômicas e ambientais, responsáveis e democráticas.

Rodrigues da Silva, (2020) mostra o impacto da pandemia no cotidiano enfrentado pelas comunidades ribeirinhas amazônicas. A auto-organização, oportunizada pela criação de redes de colaboração amplas, toma uma dimensão maior, necessária para enfrentar a crise atual na ausência do Estado e na face das desigualdades históricas regionais.

Infere-se que existem poucas pesquisas na literatura sobre coagricultores de CSA à luz da teoria das representações sociais. Por isso, o presente estudo busca compreender as RS de coagricultores acerca dos pilares da CSA: agroecologia, economia solidária e comunidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica é compreendida por um conjunto de procedimentos a serem seguidos no intuito de compreender melhor um determinado fenômeno, respondendo aos objetivos propostos (SILVA E MENEZES, 2005).

De acordo com Silva e Menezes (2005),

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo (Silva e Menezes, 2005, p. 20).

Para Severino (2010), a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos, aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos.

O autor aponta “[...] que a construção do conhecimento, tal qual se realiza pela ciência, envolve três grandes dimensões: uma dimensão epistemológica, uma dimensão metodológica e uma dimensão técnica[...]” (SEVERINO, 2013, p.13).

Toda pesquisa inicia-se com uma investigação fundamentada em teorias que vão auxiliar o pesquisador a compreender melhor o seu objeto de estudo. Para Minayo (2009, p.18), “[...] ela é um discurso sistemático que orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção de dados e a análise dos mesmos[...]”.

Minayo (1994, p.16), entende por metodologia o “[...] caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...]”, isto é, a organização do pensamento na elaboração e no desenvolvimento da pesquisa. Diante dessa perspectiva, “[...] compreende conjuntamente a teoria da abordagem (método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal ou sua sensibilidade) [...]” (MINAYO, 2009, p.14).

Bauer e Gaskel (2015) dizem que:

[...] uma cobertura adequada aos acontecimentos sociais exige diversos métodos e dados, pois um pluralismo metodológico se origina com uma necessidade metodológica. Assim, uma pesquisa de cunho social exige um arcabouço de métodos que são operacionalizados pelas técnicas adequadas (BAUER; GASKEL, 2015, p. 18).

Portanto, o método nada mais é que os caminhos que o pesquisador vai escolher para trilhar na busca por respostas a seus objetivos (geral e específico) para legitimar a construção do conhecimento. Tem como premissa a escolha de um tema central, isto é, um delineamento

da pesquisa, com a definição do problema e do objeto a ser investigado, que é a razão de existir da pesquisa (GIL, 2008).

A busca desse conhecimento científico é diferente do conhecimento dito popular ou denominado senso comum. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.76), “[...] não se distingue o conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou método e os instrumentos do ‘conhecer’ [...]”.

O percurso deste projeto de pesquisa foi feito a partir da contextualização do problema de pesquisa, da definição dos objetivos, da delimitação e da relevância do estudo e da revisão de literatura que abarca a fundamentação teórica adotada e o estado da arte sobre o tema de pesquisa.

3.1 Tipo de Pesquisa

As representações sociais, sendo uma forma de conhecimento coletivamente elaborado e sustentado, devem ser investigadas a partir da pesquisa social que aborde dimensões plurimetodológicas. Assim, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo transversal, de caráter exploratório e de abordagem quali-quantitativa.

A pesquisa qualitativa se ocupa de um nível de realidade que pode ser qualificado, abordando relações e símbolos que não podem ser reduzidos a variáveis numéricas (MINAYO, 2009). A autora defende que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994).

As variáveis com viés quantitativo serão utilizadas de forma a complementar os achados qualitativos e a discussão do objeto. Segundo Lüdke e André (2013), a pesquisa quantitativa vem sendo evidenciada cada vez mais no cenário de pesquisa científica, por oportunizar ao pesquisador a observação direta no ambiente dos indivíduos a serem pesquisados. Dessa forma, ela permite uma análise por diferentes ângulos e, ao final, permite ao pesquisador fazer uma síntese para tornar específicos os tópicos que, a princípio, eram amplos.

Nos estudos quantitativos, os investigadores usam questões e hipóteses de pesquisa para moldar e enfatizar especificamente o objeto de estudo. “[...] São declarações interrogativas ou questões que o investigador tenta responder [...]” (CRESWELL, 2007, p.120).

Muito embora não façamos os testes de hipóteses, trabalharemos com dados quantitativos na pesquisa em questão, considerando que:

“não existe um *“continuum”* entre qualitativo-quantitativo” em que o primeiro termo seria o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo”, e o segundo representaria o espaço do científico porque traduzido “objetivamente” e em dados matemáticos (MINAYO, 1994, p.22).

A pesquisa descritiva tem como alvo a descrição de aspectos de determinada coletividade e a relação entre variáveis desse grupo (GIL, 2008), costumeiramente almejando preencher lacunas no conhecimento (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004), em conjunto, são realizadas por pesquisadores das ciências humanas com interesse na aplicação do conhecimento obtido (GIL, 2008).

A pesquisa exploratória visa ao estreitamento do pesquisador com o seu objeto de interesse, um momento de relevante importância à investigação que se dará na pesquisa. Realizada de maneira coerente, difícil determinar seu encerramento, pois esta fase entremeia a pesquisa até o momento em que se está no campo (MINAYO, 2009), dando início a uma investigação mais ampla (GIL, 2008).

Esta pesquisa foi de campo, de natureza qualitativa e quantitativa, com caráter exploratório, por buscar maior familiaridade com o problema objeto de pesquisa, de forma a explorar ao máximo as informações com objetivo de obter dados fidedignos. Por fim, assume perspectiva descritiva e exploratória, por investigar de forma minuciosa o objeto de estudo.

3.2 Participantes

O universo desta pesquisa foi constituído por coagricultores de CSAs das cidades de Monteiro Lobato, São José dos Campos e Taubaté.

Todos os coagricultores de CSA do Vale do Paraíba Paulista foram convidados a participarem da primeira etapa da pesquisa (preenchimento do questionário). Contudo, para a segunda etapa (realização da entrevista), foi adotado o seguinte critério de inclusão: ser coagricultor da CSA há mais de um ano, porque, dessa forma, acreditamos que os coagricultores estariam mais familiarizados com a dinâmica das CSAs.

Foram utilizadas amostras por conveniência, definidas de acordo com a adesão dos coagricultores que se mostraram interessados em participarem da pesquisa. Na primeira etapa, os coagricultores das CSA da região responderam um questionário (Apêndice I).

Após o preenchimento do questionário, os coagricultores foram convidados a participarem da etapa 2 da pesquisa, que consistiu numa entrevista (Apêndice II), que seguiu com o critério de saturação, que, segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008), é uma ferramenta

frequentemente utilizada em estudos qualitativos com o objetivo de construir ou de definir uma amostra, mediante a suspensão da incorporação de novos participantes em razão de determinada redundância ou da repetição persistente na coleta de dados.

3.3 Instrumentos de Pesquisa

A coleta de dados pode ser realizada de variados modos, sendo valioso que esses métodos sejam adequados ao objeto de interesse (MINAYO, 1998), já que a qualidade de uma pesquisa está diretamente relacionada aos processos avaliativos empregados (GIL, 2008). Todos os instrumentos estão nos apêndices desta dissertação.

O questionário é um instrumento constituído por questões que serão apresentadas à população do estudo de forma a obter-se dados específicos sobre ela e, em sua versão de questões fechadas, possibilita uma maior uniformidade nas respostas, facilitando sua análise (GIL, 2008).

Ainda de acordo com Gil (1991), é possível realizar diversos tipos de entrevista, cabendo ao pesquisador determinar qual deles é mais adequado ao seu estudo. São eles: entrevista informal, focalizada, semiestruturada e estruturada (GIL, 1991). Neste estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada, devido à possibilidade de conduzir a entrevista de forma que se pareça com uma conversa, deixando o sujeito à vontade para expor suas opiniões e pensamentos, garantindo que sejam abordados os assuntos relevantes e sendo coletadas as informações necessárias para realizar a análise de conteúdo posteriormente. Foi elaborado um roteiro de entrevista com dezesseis perguntas abertas, a fim de identificar as RS sobre o objeto estudado bem como as motivações dos coagricultores em participar de CSA's. No caso dos coagricultores que fazem parte de CSA's oriundas de assentamentos do Movimento dos Sem Terras (MST), responderam, além da entrevista anterior, uma outra entrevista semiestruturada com mais seis perguntas abertas.

Minayo, (2009) defende que a entrevista semiestruturada é um procedimento comum na pesquisa de campo, em que o pesquisador busca coletar informações objetivas e subjetivas sobre o objeto pesquisado, por meio da interação social da fala com os atores sociais. Essa interação social constitui uma forma de coleta de dados bastante utilizada nas ciências humanas, por ser pertinente à compreensão sobre crenças, sentimentos e saberes sociais (GIL, 2008). Desse modo, com a utilização da entrevista semiestruturada, espera-se identificar as RS dos

coagricultores acerca da agroecologia, da economia solidária e da comunidade bem como as motivações que os levaram a participar dessa comunidade.

3.4 Procedimentos Para Coleta de Dados

Inicialmente, a pesquisadora submeteu o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética, que tem a finalidade maior de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Após a aprovação da pesquisa pelo CEP-UNITAU a pesquisadora entrou em contato com os agricultores de cada uma das CSA da região do Vale do Paraíba Paulista para solicitar que eles encaminhassem, via *WhatsApp*, aos 148 coagricultores o convite e formulário de pesquisa. Os coagricultores que aceitaram participar da pesquisa leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I), presente o formulário do *Google forms* e clicaram no *link* “Aceito participar voluntariamente da pesquisa”.

Após essa etapa os participantes preencheram o questionário desenvolvido para a pesquisa (Apêndice I).

Na etapa seguinte, foram entrevistados os coagricultores identificados pelo questionário como participantes da CSA há mais de um ano. Cada entrevista foi agendada e realizada seguindo roteiro proposto (Apêndice II). Reforça-se que as medidas preventivas referentes ao Covid-19 serão utilizadas, em conformidade com as Normas Sanitárias propostas pelo Ministério da Saúde.

As informações coletadas, tabuladas e transcritas em meio digital serão armazenadas de forma segura, garantindo o anonimato dos participantes, por um prazo de cinco anos, seguindo as orientações do CEP-UNITAU, sendo posteriormente destruídas.

3.5 Procedimentos Para Análise de Dados

A análise e a interpretação dos dados foram feitas de forma distinta, porém de modo interligado. A análise dos dados teve como objetivo organizá-los, sintetizando os principais achados de acordo com as técnicas e com os procedimentos que auxiliaram na interpretação, de modo a responder os problemas propostos no estudo, alicerçado nos conhecimentos adquiridos durante a fase de revisão da literatura (GIL, 2008). Essa fase, que, no caso das ciências humanas,

pode ter sido iniciada logo na coleta dos dados, irá auxiliar a leitura e a interpretação da informação coletada, confirmar ou rejeitar o estabelecido na revisão da literatura e auxiliar na ampliação e na construção do conhecimento no campo de estudos (MINAYO, 2009). Esse processo, realizado de forma consistente, desde o início da coleta de dados até a conclusão da pesquisa, procura desvendar o significado dos dados coletados, atribuindo-lhes dimensões e relações de acordo com os achados teóricos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004).

Após a coleta, os dados quantitativos, como os do questionário sociodemográfico, foram compilados em planilhas no software Microsoft Excel®, tornando possível a caracterização da população estudada, quanto à faixa etária, ao sexo, ao grau de escolaridade, entre outros dados.

Ao organizar as planilhas, foi possível avaliar os dados brutos e auxiliar na caracterização da população objeto do estudo.

Foram analisados por meio da análise de conteúdo, que é um instrumento amplo, adaptável às mais diversas formas de análise da comunicação, pois tudo que é comunicado pode ser analisado por intermédio dessa ótica. Utiliza procedimentos sistemáticos, sendo importante sua utilização para os objetivos do estudo de representações sociais. Ela é dividida em três fases, a saber: a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

As análises das entrevistas foram pautadas em Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977), com o auxílio do IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Esse software permitiu a análise estatística sobre o corpus de texto e tabelas individuais / caracteres. De acordo com Camargo e Justo (2013), foi desenvolvido na França por Pierre Ratinaud e sua ancoragem estatística é feita pelo software R. No Brasil, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vêm contribuindo para o aprimoramento do dicionário em português, sendo possível realizar análises de textos de acordo com a frequência de palavras, análise de similitude e outros tipos de análises lexicais multivariadas. Os autores afirmam que seu uso pode contribuir para o desenvolvimento de estudos nas áreas das ciências humanas e sociais, nas quais é frequente a análise de dados textuais, como no presente estudo (CAMARGO E JUSTO, 2013). Muito utilizado para pesquisas em representações sociais, oferecendo diversos modos para análise de dados obtidos de entrevistas e textos variados (SOUZA et al., 2018). É um programa gratuito, de fácil utilização e rigor estatístico (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Quanto aos procedimentos iniciais de análise, após a transcrição, os dados foram tratados da seguinte maneira: as entrevistas semiestruturadas foram tratadas pelo software IraMuTeQ. Após a análise de dados das entrevistas, o IraMuTeQ gerou um corpus (conjunto de textos) geral, constituído por 16 textos (já que eram 16 entrevistas), separados por segmentos de textos (ST), compostos por conjunto de linhas. Seu aproveitamento deve atingir no mínimo 70% de representatividade. Dessa análise, emergirão ocorrências (palavras, formas ou vocábulos).

Em seguida, o software IraMuteQ agrupa as narrativas em segmentos de texto que se aproximam entre si e os apresentam em Classes de Palavras, denominadas de Classe 1, Classe 2, Classe 3, e assim sucessivamente. As Classes de Palavras emergidas (CHD)/ Classificação Hierárquica Descendente é uma das análises mais importantes do Software, consiste em agrupar os segmentos dos textos e os vocábulos que estejam relacionados, formando um esquema hierárquico de classes de vocábulos. A partir dessa análise, pode ser inferido o conteúdo do corpus, nomeada a classe e compreendidos os grupos de discursos (CAMARGO, 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão, são apresentados os resultados obtidos com o estudo de campo e suas análises. A princípio, caracterizam-se os participantes a partir de seu perfil sociodemográfico, elaborado a partir dos dados fornecidos por eles no questionário que lhes foi entregue. Em seguida, serão discutidos os dados qualitativos, que compreendem as narrativas dos coagricultores, quando entrevistados, à luz da TRS.

4.1 Perfil sociodemográfico dos participantes/coagricultores

Participaram respondendo os questionários com as questões quantitativas 38 coagricultores, o que corresponde a 25,67% do número total de coagricultores (148) participantes das 5 (cinco) CSA, considerando que algumas questões não foram respondidas por todos os coagricultores.

Dessa forma, os resultados e as discussões foram baseados nos dados fornecidos por este grupo. A tabela 1 mostra a distribuição por gênero dos coagricultores que participaram da pesquisa.

Tabela 1 - Gênero dos coagricultores de CSA. Vale do Paraíba paulista, 2023

Sexo	Participantes	%
Feminino	27	71
Masculino	11	29
Total	38	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Observou-se que 71% (27) dos coagricultores participantes da pesquisa eram mulheres. De acordo com Lelis (2012), as mulheres têm um importante papel de guardiãs dos saberes e bem-estar dos demais membros da família. Segundo a autora, ainda existe a crença de que sem elas não se pode ter e manter a segurança alimentar.

Uma outra questão sobre a maior participação das mulheres na pesquisa pode estar atrelada ao fato de que muitas atividades domésticas, tais como o abastecimento da casa com mantimentos e o preparo dos alimentos, ficam sob os seus cuidados e responsabilidade. Talvez esse fato tenha contribuído para que estivessem mais presentes como respondentes da pesquisa.

Além disso, um outro aspecto pode corroborar para a compreensão deste dado. Segundo Torrencilhas (2022), a predominância de mulheres que chefiam os domicílios urbanos passou de 22,2% para 38,8%, entre 2000 e 2013. Com esse cenário, fica em evidência que a maior prevalência feminina encontrada entre os coagricultores acompanha um perfil nacional de mulheres que são culturalmente responsáveis pela alimentação e pelos cuidados familiares e são responsáveis pelos lares.

Quanto à faixa etária dos participantes, a média de idade foi de 45 anos, sendo a idade mínima 28 anos e a idade máxima 72 anos (Tabela 2).

Tabela 2 - Faixa etária dos coagricultores de CSA. Vale do Paraíba paulista, 2023

Idade	Coagricultores	%
21 a 30 anos	4	10,52
31 a 40 anos	10	26,32
41 a 50 anos	15	39,48
51 a 60 anos	6	15,79
61 + anos	3	7,89
Total	38	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme encontrado no estudo, 25 coagricultores tinham entre 31 e 50 anos. O que mostra que o grupo de coagricultores entrevistados são pessoas em idade economicamente ativa e por isso podem ter alcançado condição financeira que permite apoiar e participar de projetos de economia solidária econômica, como é a CSA.

Neste estudo, 24 (63%) coagricultores são casados ou vivem juntos, o que se correlaciona com essa faixa etária. A convivência maior com companheiro/companheira traz uma vida um pouco mais estabilizada, conforme podemos confirmar na Tabela 3.

Tabela 3 - Estado civil dos coagricultores de CSA. Vale do Paraíba paulista, 2023

Estado civil	Participantes	%
Solteiro	8	21
Casado	16	42
Vivem juntos	8	21
Divorciados	6	16
Total	38	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos constatar, a partir dos resultados, que a maioria dos coagricultores são casados e ou vivem juntos. Não temos uma explicação lógica, mas tudo nos leva a acreditar que a razão está ligada ao fato de “ter família”. “Ter filhos” os fazem querer dar aos filhos um mundo melhor. As CSAs traz consigo a oportunidade de uma boa alimentação, de uma saúde melhor, de uma educação ambiental e de uma convivência social.

Quanto à escolaridade dos participantes, chama a atenção 25 (65,8%) possuírem graduação e pós-graduação, seguidos de 10 (26,3%) com títulos de mestrado e doutorado, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Grau de escolaridade dos coagricultores de CSA. Vale do Paraíba paulista, 2023

Grau de escolaridade	Participantes	%
Ensino Superior Incompleto	3	8,3
Ensino Superior Completo	13	34,2
Pós-graduação Lato senso	12	31,6
Mestrado	6	15,8
Doutorado	4	10,1
Total	38	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados da tabela indicam um perfil de formação bastante diferente da população brasileira. No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos de idade, ou mais, que concluíram, no mínimo, o ensino médio passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019. Em 2016, esse percentual era de 45,0%. Cresceu também o percentual de pessoas com o ensino superior completo, que passou de 16,5% para 17,4%, entre 2018 e 2019. Maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho (IBGE, 2019). A formação encontrada entre os coagricultores é bem superior à média brasileira, mostrando assim que os coagricultores têm um maior grau de instrução e talvez por isso se preocupem mais com questões relacionadas ao autocuidado.

Num estudo realizado em oito CSAs de Brasília/DF, investigando a escolaridade da amostra de 11 coagricultores, todos tinham ensino superior completo, sendo que 64% desses detinham cursos de pós-graduação, o que mostra certa consonância dos dados coletados na presente pesquisa, que encontrou 91,7% dos coagricultores com ensino superior completo, com ou sem pós-graduação, sendo que a média nacional é de 15,7% da população com ensino superior completo (IBGE, 2017; PEDROSA, 2019).

O que tais trabalhos apontam é que há uma certa concordância entre nível de formação e renda, de maneira que podemos entender que esse grupo de pessoas alcançou um nível de consciência alimentar e formação que promove a preocupação com um perfil mais saudável para o consumo de alimentos. Essa consciência tem possibilidade de se concretizar em atos, à medida que esse grupo mostrou, em suas respostas, participar de um grupo com poder aquisitivo. Na tabela 5, apresenta-se a renda familiar mensal dos coagricultores das CSAs do Vale do Paraíba paulista.

Tabela 5 - Renda mensal familiar de coagricultores de CSA. Vale do Paraíba paulista, 2023

Salários mínimo	Participantes	%
De 1 a 3 salários mínimo	5	13
De 4 a 6 salários mínimo	15	41
De 7 a 9 salários mínimo	2	5
De 10 a 12 salários mínimo	6	16
De 13 a 15 salários mínimo	4	11
Mais de 15 salários mínimo	5	14
Total	37	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando os dados do IBGE, 2010, em São Paulo, o rendimento mensal 10 a 20 salários atinge 1.171.466 pessoas. Em São José dos Campos e Taubaté foram beneficiados com um rendimento mensal de 10 a 20 salários mínimos 10.169 e 3.251 pessoas respectivamente.

A renda mensal familiar predominante nesta pesquisa foi de quatro a seis salários mínimos 41% (15), seguido de 10 a 12 salários mínimos 16% (6) e mais de 15 salários mínimos com 14% (5).

Considerando ainda outros dados disponíveis sobre os trabalhadores de São José do Campos e Taubaté, as idades dos trabalhadores ativos e a média de salário mensal que recebiam, pode-se correlacionar que, quanto maior a idade, maiores são os rendimentos, como lemos aqui: 30-34 anos tem uma média mensal de R\$1.705,00 e, na faixa etária entre 50-54 anos, a média de remuneração dispara para R\$2.193,08 (IBGE, 2010).

A renda mensal familiar com faixa salarial entre 4 a 6 salários mínimos encontrada neste estudo teve maior participação (41%), está alinhada à média apresentada pela POF (2019).

No que tange à renda familiar entre os coagricultores desta pesquisa, teve-se variação de ganho entre R\$1.800,00 a R\$20.000,00, com uma média de R\$7.415,84, o que os coloca em posição social de destaque. O fato que mais chama a atenção nesta pesquisa são os rendimentos salariais mais altos (7 a 15 salários), que, juntos, somam 46% dos coagricultores, mostrando que o maior percentual de coagricultores recebe entre R\$11.880,00 a R\$21.120,00.

Esses valores são limitados a uma pequena parcela brasileira, denominadas de classes B, de acordo com o IBGE, ou então, Classe Média Alta e Classe Alta, de acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (IBGE, 2021)

Outras pesquisas em relação aos rendimentos mensais dos coagricultores parecem concordar que o grupo tem um perfil bastante homogêneo (PEDROSA, 2019; TORRECILHA, 2022). Coagricultores, de maneira geral, são um grupo muito seletivo em relação à escolaridade e à renda.

É de se lembrar que, quanto mais baixa é a escolaridade e a renda, proporcionalmente mais se gasta com a alimentação, menos sortida ela é, mais insegurança alimentar se enfrenta e, com os recursos financeiros escassos para investimentos em alimentos saudáveis e orgânicos, cresce o consumo de alimentos ultraprocessados.

A tabela 6 mostra que a maioria dos coagricultores reside com cônjuge e filhos.

Tabela 6 - Com quem residem os coagricultores de CSA. Vale do Paraíba paulista, 2023

Com quem residem os coagricultores	Participantes	%
Com meus pais	4	10,8
Com o(a) esposo(a) e/ou filhos	27	73,0
Com parentes	3	8,1
Sozinho	3	8,1
Total	37	100,0

Fonte: Elaborado pela autora.

A presente pesquisa mostra que a maioria dos participantes são mulheres casadas, vivem com cônjuge e filhos, com idade de 31 a 50 anos, alto nível de escolaridade e rendimentos salariais acima da média brasileira. Tais achados concordam com os dados visto por Torrecilhas (2022), que mostrou, em seu trabalho de revisão de literatura, que, a partir de 19 estudos analisados, 85% entraram ou completaram o Ensino Superior e 70% dos associados à CSA eram mulheres com idade média entre 40 e 50 anos. Quanto aos salários, foi visto que 57,8% dos coagricultores ganhavam mais de 10 salários mínimos.

É importante considerar que o fato de serem mulheres, casadas ou as que chefiam famílias, com maior grau de instrução e poder aquisitivo, possibilita a escolha de investimento numa alimentação orgânica e saudável para sua família (IBGE, 2021; TORRECILHAS, 2022).

A tabela 7 mostra onde os participantes das CSAs do Vale do Paraíba paulista residem.

Tabela 7 - Cidade em que residem os coagricultores de CSAs Vale do Paraíba paulista, 2023

Com quem residem os coagricultores	Coagricultores	%
Jacareí	2	5,26
Monteiro Lobato	4	10,52
São José dos Campos	14	63,16
Taubaté	8	21,06
Total	38	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

A cidade de São José dos Campos abriga a maior parte dos coagricultores que participaram da primeira e da segunda fase da pesquisa 63,16% (24), seguidos por Taubaté, com 21,06% (8). A primeira justificativa para maior adesão dos coagricultores das CSAs destas maiores cidades se apoia no fato da concentração populacional e, portanto, maior possibilidade de pessoas interessadas na participação de projetos como esse. Uma outra possível justificativa para a adesão dos coagricultores nestas cidades talvez seja o fato de estarem mais assiduamente ligados às ferramentas online, tais como WhatsApp. Toda a comunicação inicial e o agendamento das entrevistas foram feitos por meio de mensagens neste aplicativo, seguido pelo questionário, que foi enviado no link do google forms.

Ainda pensando na adesão, outra justificativa pode ser o fato de que a cultura mais cosmopolita é também a que mais acessa informações sobre as diferentes formas de alimentação saudável e as valorizam. Buscam por sistemas alimentares que fujam das rotas de compras de estabelecimentos comerciais, pois já têm um arsenal de informações sobre a questão capitalista e desenvolveram a consciência sobre os riscos que alimentos ultraprocessados trazem.

Segundo análise realizada em alguns produtos ultraprocessados pelo Instituto de Defesa do Consumidor, IDEC (2021), 51,8% dos produtos tinham resíduos de glifosato e glufosinato e 59,3% tinham, pelo menos, um destes agrotóxicos: Carbendazim, Carbendazim (MBC) e Benomil, Cialotrina Lambda, Cipermetrina, Clorpirifós, Clorpirifós-metílico, Bifentrina, Deltametrina, Fenitrothion, Glifosato, Glufosinato, Malationa e Pirimifós-metílico.

São potencialmente causadores de câncer, má formação embrionária, falência do coração, dos rins e do fígado.

Os alimentos analisados são frequentemente consumidos pelos brasileiros, tais como, Biscoitos Cream Craker, Água e Sal, bebidas à base de Soja, Pão de Forma, Bisnaguinhas, Salgadinhos e Cereais matinais. Além desses prejuízos à saúde, os ultraprocessados apresentam substâncias /componentes nutricionais que prejudicam a saúde, tais como gorduras, sal e açúcares em excesso (ELL, 2012; KRICHKE, 2009, IDEC, 2021).

Estima-se que os maiores salários trazem melhor poder de compra, mas, isoladamente, não representam as melhores escolhas alimentares. Podemos notar que um maior nível de instrução gera maior consciência de escolha de como será gasta a renda familiar. As famílias de coagricultores, por estarem em uma posição favorável quanto aos maiores rendimentos e escolarização, acabam tendo a possibilidade de investir em uma melhor alimentação. Renda e formação ainda se somam à questão de que a maioria deste grupo de coagricultores é formada pelas mulheres

A tabela 8 mostra o tempo de participação dos coagricultores na CSA

Tabela 8 – Tempo de participação na CSA (meses ou anos). Vale do Paraíba paulista, 2023

Tempo	Participantes	%
Menos de 3 meses	2	5
3-6 meses	7	19
6-9 meses	2	5
9 meses a 1 ano	5	13
1-2 anos	9	24
Acima de 2 anos	13	34
Total	38	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se que os coagricultores desta pesquisa com mais tempo de participação nas CSAs foram também aqueles que mais identificaram e que responderam à pesquisa. Coagricultores de 1-2 anos, com 9 (24%), e, acima de 2 anos 13 (34%). Pedrosa (2019), estudando CSA em Brasília/DF, mostrou, em relação ao tempo de participação na comunidade, que 9% dos entrevistados participavam há menos de 1 ano da comunidade, 64% há mais de 1 ano, 18% há mais de 2 anos e 9% há mais de 3 anos.

O gráfico 3 mostra a motivação dos coagricultores para se tornarem membros da CSA.

Gráfico 1 – Motivação para participação na CSA. Vale do Paraíba paulista, 2023



As motivações elencadas pelos coagricultores para participarem de uma CSA foram a busca por alimentos mais saudáveis 35 (92,1%), seguida pela possibilidade de favorecer os agricultores locais 33 (86,8%), preocupação com o meio ambiente 32 (84,2%), questões políticas, sociais e ideológicas 29 (76,3%) e qualidade dos alimentos 23 (60,5%).

A busca por alimentos saudáveis, o cuidado com o meio ambiente e o fortalecimento e apoio à agricultura local ainda são as principais motivações para que os indivíduos queiram se tornar um coagricultor de uma CSA. Em trabalho de revisão recente sobre as CSAs, foram encontrados resultados semelhantes. Os fatores mais citados nesses 19 trabalhos usados como referência no trabalho de revisão foram: frutas e vegetais frescos da estação, alimentos sem agrotóxicos, cuidados com a saúde. Seguidos de fortalecimento da economia local, de cuidados com o meio ambiente e de suporte à comunidade (TORRECILHAS, 2022).

No Rio de Janeiro, Sales (2019) realizou sua dissertação de mestrado estudando CSA's locais. Levantou questões sobre quais foram as motivações dos coagricultores ao ingressarem e apoiarem as CSA's. Em termos qualitativos, essas respostas foram muito semelhantes às encontradas nesta pesquisa. Servem como bússola, dando um norte para as análises, se considerarmos, principalmente, que as tendências nos apontam para um consumo diferente e consciente, se comparado às relações (não) estabelecidas a partir do consumo em supermercados, que visa apenas à relação comercial lucrativa.

Mesmo que a primeira e a maior motivação sejam de ordem pessoal, “Opção por alimentos saudáveis, cria-se uma abertura social e política para novas relações entre os diferentes atores sociais com “Possibilidade de favorecer os agricultores locais” (SALES, 2019). Tais resultados coincidem com os encontrados no presente estudo, demonstrando que há uma motivação pessoal e social para se tornarem coagricultores,

Na sequência desta dissertação, apresentam-se a categorização e a análise dos dados qualitativos tratados pelo software IRaMuTeQ, a partir das entrevistas realizadas.

4.2 Representações sociais sobre comunidade, agroecologia e economia solidária

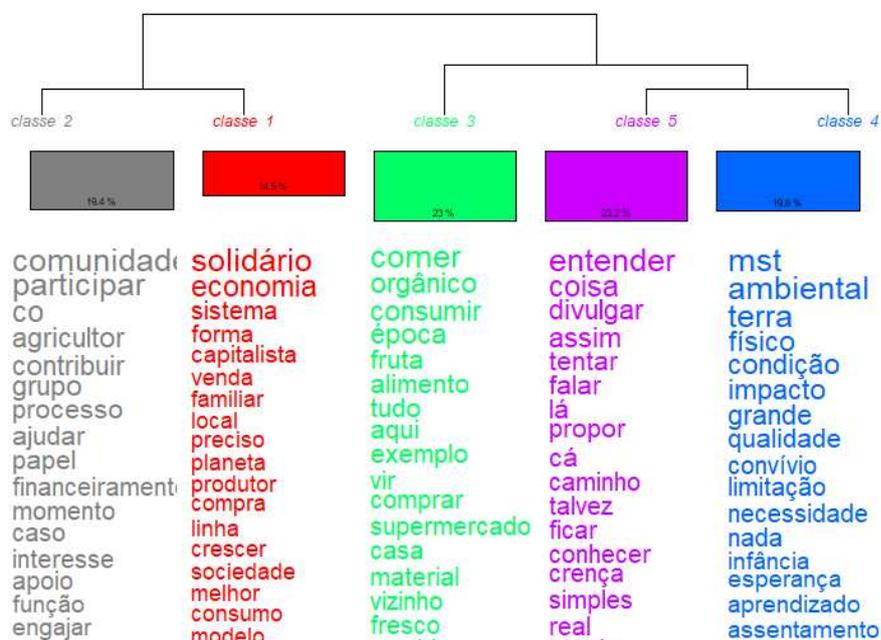
Esta seção de resultados analisa o corpus textual das entrevistas realizadas com 16 coagricultores com mais de um ano como membro da CSA. Este número representa 42,10% dos respondentes na primeira fase.

A análises das entrevistas trouxe um corpus (conjunto de textos) geral, constituído por 16 textos, separados em 677 segmentos de textos (ST), compostos por aproximadamente três linhas, com aproveitamento de 530 ST, perfazendo um percentual de 78,29%. O mínimo para que o material tenha representatividade é 70%. Emergiram 24.273 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos).

A categorização de tantos textos em apenas cinco Classes de Palavras indica que os coagricultores entrevistados apresentaram um discurso coerente e com várias preocupações e elas estão interligadas.

Ao agrupar as narrativas dos 16 coagricultores, o *software* IraMuTeQ organizou essas respostas em cinco classes, que compreenderam as diferenças percebidas pelo grupo de coagricultores entre alimentos orgânicos e a agroecologia com incidência de 23% (Classe 3), o que os coagricultores percebem como comunidade teve incidência de 19,4% (Classe 2). A economia solidária com as palavras “entender, divulgar e caminhos” sugere narrativas sobre caminho da coletividade, que relaciona a atuação dos coagricultores com as questões sociais e ambientais e buscam formas de divulgação das CSAs. Elas representam a incidência de 14,5% e 23,2%, respectivamente (classes 1 e 5), e as questões relacionadas ao cuidado com o meio ambiente e a reforma agrária têm incidência de 19,8% (Classe 4), serão analisadas separadamente, com destaque para as questões do envolvimento dos coagricultores com os movimentos sociais e políticos. Embora estes sejam assuntos que indiquem caminhos da coletividade, entendemos que são lutas de ordem nacional e, assim como as questões ambientais, estão em pautas internacionais indicadas pelos ODS's.

Figura 5 - Dendograma

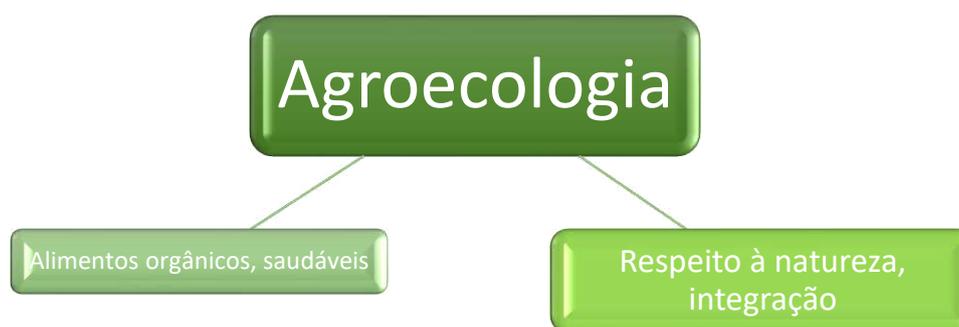


Fonte: IraMuTeQ, 2023.

4.2.1 Agroecologia

Os coagricultores participantes deste estudo trouxeram, em suas considerações, a agroecologia como parte do conhecimento consensual. As informações que receberam sobre o objeto, a agroecologia, estavam dispersas entre as pessoas do grupo, coagricultores e agricultor, bem como nos meios de comunicação (jornais, revistas, internet, televisão). As RS são construções de referências que orientam a discussão e o posicionamento do grupo, E tais referências, embora não definam de forma absoluta o conteúdo do conhecimento, possibilitam condições para a elaboração dele (WACHELKE; CAMARGO, 2007). A figura 6 mostra o mapa conceitual das RS sobre agroecologia.

Figura 6 – Mapa conceitual da classe 3 – Representação social sobre agroecologia



Fonte: elaborada pela autora.

Em um primeiro momento de inserção na CSA, o grupo refere que a agroecologia era representada como alimento orgânico e saudável. A partir do envolvimento com as atividades da comunidade e a proximidade com o agricultor e com o espaço no qual o cultivo do alimento era realizado, os coagricultores passaram a ter maior compreensão sobre questões que envolvem a agroecologia e a sua cadeia produtiva e de consumo.

“Então, tudo começou como busca pelo alimento orgânico. Hoje em dia, vai além do alimento e do convívio. É também aprendizado um dos motivos. No meu processo de envelhecimento, estou buscando coisas que me tirem do meu conforto, tragam coisas que eu não sei.” Coagricultora 3

“Se pensarmos em agroecologia e em economia solidária, elas têm uma grande intersecção, está tudo interligado e é muito maior do que conseguimos enxergar, porque economia solidária é uma forma mais natural que o homem pode se relacionar ao trocar necessidades.” Coagricultor 4

“O que nós chamamos de agroecologia é um resgate de como era antes, já que estamos vivendo um colapso ambiental. A agroecologia é uma forma de cultivar o alimento de uma maneira que respeite e contribua com a recuperação do território das formas de vida da vegetação, da fauna” Coagricultor 1

Para o grupo de coagricultores, as RS sobre a agroecologia estavam relacionadas aos alimentos orgânicos e à sua função de nutrir o organismo com saúde e qualidade, mas também relacionadas ao aprendizado, ao respeito à natureza, à integração e à reciprocidade entre o homem e o meio ambiente. A agroecologia pode ser vista como uma forma de redesenhar os sistemas alimentares, iniciando com estudo e manejo de agroecossistemas rurais ou urbanos até a mesa dos consumidores, com o objetivo de alcançar sustentabilidade com preservação ambiental, viabilidade econômica e justiça social. Ela se desenvolve a partir de um conjunto significativo de evidências científicas e empíricas. Leva-se em consideração a disponibilidade, a acessibilidade, a adequação e a participação e, dessa forma, contribui para a concretização do direito humano em relação à alimentação adequada (ONU, 2010).

Considerando que RS expressam atributos do objeto representado, Conforme Bernardino (2017), nota-se que os coagricultores identificam tanto os atributos concretos (ausência de agrotóxicos) quanto os abstratos (alimentos mais saudáveis). Construíram as RS sobre os possíveis benefícios relacionados aos alimentos orgânicos. São atributos associados à constituição dos alimentos orgânicos e do cuidado com a saúde pessoal e familiar.

“Eu acho que a coisa que mais importa é saber que o alimento que estou comendo não está gerando impactos ambientais através do uso indiscriminado de agrotóxicos. Pra mim, é primordial saber que estamos trabalhando a agricultura regenerativa, com respeito pela natureza”, Coagricultora 14.

“É saber que a minha saúde será preservada e que o meu dinheiro não ficará na farmácia,” Coagricultor 2.

“O alimento orgânico para mim é mais saudável, mais saboroso e mais colorido. Dura mais,” Coagricultor 11.

Os benefícios à saúde estão entre os aspectos representacionais observados. Nesse sentido, a associação da agroecologia com o alimento orgânico isento de agrotóxicos e saudável aponta para um processo de objetivação, no qual o conceito de agroecologia é simplificado. Uma das funções da objetivação é facilitar a comunicação, ainda que isso se faça pela

dissociação de um conceito do quadro científico, ou ideológico, que lhe dá sentido (ROUQUETTE, 1994, apud VALLE et al, 2022).

Algumas narrativas apontam que os coagricultores veem na CSA mais que uma relação comercial de compra e consumo. Passa a existir interação, respeito e vínculos com os agricultores e são ações transformadoras que modificam e moldam as práticas.

“Eu a vejo como uma oportunidade de ter uma vida mais saudável, de estar no campo e explorar a terra. Experiências assim são muito boas não só para mim, como também para o meu esposo e, principalmente, para meu filho, que tem oito anos.” Coagricultora 11.

“E conhecer quem produz, saber dessa história. Saber sobre o alimento que você consome é muito importante para nós. Para as minhas filhas, é transformador. Elas perguntam: ‘de onde vem essa beterraba, pai?’” Coagricultor 1.

“A gente tem o contato com o agricultor, então isso, ao longo do tempo, também vai modificando a gente e as nossas interações não só aqui, mas também em outros lugares. Passamos a respeitar e a entender a pessoa que plantou, o local de onde veio o alimento.” Coagricultora 3.

“Mas, quando você vem aprofundando, você começa a notar que aquele agricultor é parte de um processo e que você também é parte daquilo, então deixa de ser meramente a vontade de consumir coisas melhores.” Coagricultor 4.

Observou-se, nesta pesquisa, que os coagricultores que ingressaram nas CSAs não o fizeram porque conheciam a realidade do espaço agrícola que produz parte dos alimentos que consome, e tampouco tinham noção da realidade dos agricultores. Quando o alimento é adquirido do cultivo agroecológico, essa transação não é apenas financeira, mas “trata-se, acima de tudo, de uma troca que se baseia em valores humanos, em coisas que têm uma origem, têm um nome, uma biografia alimentar” (SCHNEIDER, 2021, p.15). A partir da convivência nas CSAs e da troca de conhecimentos em comunidade, a agroecologia passa a ser compreendida, não apenas relacionada ao alimento orgânico que traz benefícios à saúde, mas de forma mais ampla e complexa, que envolve questões sociais, econômicas, políticas e ambientais (DAROLT, 2012).

4.2.2 Comunidade

A classe dois, gerada pelo IramuteQ, mostrou questões relacionadas às RS sobre comunidade. Inicialmente, a partir das narrativas dos coagricultores, observou-se que a inserção na CSA se deu pelo interesse no consumo de alimentos frescos e saudáveis (orgânicos) e em um segundo momento, já inseridos no contexto da comunidade, passaram a entender e discutir as

questões mais amplas que envolvem a CSA. A figura 7 mostra o mapa conceitual sobre RS de comunidade.

Figura 7 – Mapa conceitual da classe 2 – Representação social sobre Comunidade



Fonte: elaborada pela autora.

As narrativas descritas a seguir ilustram as motivações iniciais que levaram os coagricultores a participarem da CSA.

“Quando iniciei na CSA pensava apenas em conseguir alimentos orgânicos sem muito esforços. Vi que podia ser um bom caminho e embarquei.” Coagricultor 1

“Aí, um amigo me convidou e disse: Vamos conhecer a CSA? Acredito que você vai gostar e parar de gastar dinheiro sem propósito em alimentos orgânicos nos supermercados chiques!” Coagricultor 2

Observa-se que o interesse em participar da CSA foi despertado por conhecidos e amigos que já faziam parte da comunidade e estava relacionado à alimentação saudável. Os coagricultores ultrapassam os seus objetivos e desejos iniciais (alimento orgânicos) e passam a compreender questões relacionais e próprias da agroecologia, como a necessidade de proteção do solo, a valorização do agricultor, o respeito à sazonalidade, a cooperação, a luta pela terra, entre outros. Dessa forma, o membro que é leigo assume um papel fundamental na desconstrução e na reconstrução de paradigmas e modelos que não se baseiam apenas nos medos sociais ou nas ameaças tecnicocientíficas (ELL, 2012; FRANCO, 2021).

A partir do momento em que participam das CSAs e das RS que elaboram ou reelaboram, os coagricultores compreendem e assumem papéis ativos na comunidade.

“Eu também tenho uma *crença* muito grande que a gente não sabe até aonde o nosso bem vai, assim como o mal. Porque tudo está interligado. Quero acreditar que talvez eu inspire alguém, que inspire um outro alguém e que a corrente do bem se estenda e talvez chegue tudo isso às mãos de quem manda (políticos)”. Coagricultor 14.

“A CSA agregou muito na minha vida. Foi uma estratégia que adotei na minha vida para agregar coisas que estou buscando há alguns anos, como, por exemplo, a questão da sustentabilidade e da comunidade”. Coagricultora 15.

“Eu, com certeza, vou passar tudo isso que estou aprendendo e vivendo para a frente! Acho que isso é meio natural porque faz parte do espírito do viver em comunidade. Nós não queremos ser melhores que ninguém. Existe uma relação comercial de compra e venda justa, de apoio mútuo, sempre caminhamos juntos.” Coagricultora 11.

“Então eu acho que esse é o dever de todos nas CSAs. No momento atual, a humanidade tem de se ligar, chega de andarmos sozinhos, vamos todos juntos, né?” Coagricultora 11.

“A comunidade pode ter vários formatos, várias formas de organização, mas ela precisa ter pessoas que se engajem em torno de ideias e eventualmente em torno de objetivos. Estão ali sendo orientadas por uma forma de ver o mundo em conjunto. Eu acho que comunidade é isso, uma reunião de pessoas que trabalham em torno de ideias e objetivos”. Coagricultor 1.

Durante as entrevistas, os coagricultores relataram sobre a importância de todos cooperarem, além das questões financeiras que envolvem os coagricultores e agricultores. Existem muitos trabalhos, que são partilhados entre membros das CSAs, como administrativos, de transportes, de compras, de organização de eventos e de cursos, de plantio e de colheitas.

“Atualmente, trabalho no financeiro e também participo dos mutirões dos trabalhos de plantio e colheita no sítio, sempre que possível”. Coagricultora 1.

“Eu sempre encarei a participação de uma CSA como uma forma de dar vazão a minha necessidade de mudar o mundo, de tornar ele um lugar melhor, mais humano e, quem sabe, tornar as relações humanas mais ecológicas e mais altruístas”. Coagricultora 13.

As RS trazem novo sentido até então estranho no nosso sistema particular de categorias já acomodadas e as confrontam com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriadas. Quando o fazemos, determinadas ideias ou objetos são comparadas ao paradigma já existentes de categorias. Dessa forma, adquirem as características dessa nova categoria e as ajustam (MOSCOVICI, 2012).

Essa relação não pode ser entendida como algo que se dá entre apenas duas partes. Em vez disso, ela deve ser entendida em seu sentido filosófico, o direcionamento intrínseco de um ser em direção a outro(s) (GUARESCH, p. 28, 2020). Os coagricultores participam, apoiam e são solidários a esta coletividade, a fim de contribuírem financeiramente para garantir um futuro próspero a pequenos empreendimentos agrícolas e possibilitarem relações que trazem sentido a cada um.

4.2.3 - Economia solidária e caminhos sustentáveis - Classes 1 e 5

A primeira e a quinta classes analisadas abordam duas questões que estão interligadas: economia solidária e os caminhos sustentáveis para garantia dela.

A figura 8 mostra o mapa conceitual das classes 1 e 5.

Figura 8 – Mapa conceitual das classes 1 e 5 – Representações sociais sobre Economia Solidária



Fonte: elaborada pela autora.

As razões para que os coagricultores participassem da CSA já foram aqui tratadas e estas motivações deixam de ser apenas relacionadas aos aspectos biológicos (saúde), após o contato com as atividades da CSA, e passam a ser pautadas em suas preocupações de fortalecimento do comércio local, garantir remunerações justas aos agricultores, atribuindo responsabilidade aos consumidores sobre o consumo consciente.

“Primeiramente, eu tenho orgulho de fazer parte da CSA, poder contribuir com uma comunidade tão rica dessa cultura do apreço, da gente poder ter apoio em tudo, de termos essa oportunidade de conhecer toda a natureza, de vivenciar o sítio.” Coagricultora 10.

“A participação não é só pela questão do alimento. Você percebe que as coisas vão se misturando, você vai criando vínculos ali e vê que um ajuda o outro no que for preciso, é isso que se chama sustentabilidade solidária”. Coagricultora 12.

“Então, a economia solidária para mim é uma economia que não tem um intermediário. Você não faz sujeira, por exemplo, com o uso indevido de embalagens descartadas no meio ambiente.” Coagricultor 1.

Segundo Salles (2019), a CSA nasce com crença de um propósito solidário, participativo no processo de comercialização, ou seja, o consumidor não se situa como nas relações tradicionais de comércio, que deseja quantidade, qualidade (questionável) a baixos preços. Nesse movimento, o elo consumidor “solidário” admite pagar um sobrepreço em relação à média do mercado, quando se agrega um sentido solidário ao produto e oferece melhores condições comerciais ao agricultor, visando propiciar-lhe um padrão de vida mais adequado (SALLES, 2019).

Wells e Gradwell (2001, p.1) concordam e acrescentam que a CSA é tudo isso, e é também “Uma parceria entre agricultores e coagricultores, trabalhando juntos para criar um sistema de produção alimentar local”, com atitude e com propósito solidário, participativo e com força de coesão entre os envolvidos, proporcionando o desenvolvimento de um mercado alternativo em que os agricultores oferecem a sua produção, semanalmente, aos coagricultores sob a forma de cestas de hortaliças, sendo produtos frescos, da estação e produzidos sem agrotóxicos (CASTELO BRANCO, et al., 2011; CSA BRASIL, 2018).

Mediante a reciprocidade, a confiança e a solidariedade presente na CSA, torna-se possível estabelecer sistemas alimentares alternativos como forma de criar “cadeias mais curtas” entre produtores e consumidores (CONNELY, MARKEY, & ROSELAND, 2011). Esses sistemas são caracterizados por modos de sociabilidade e baseados em redes de comércio social (BRUNORI, 2007).

“Quanto mais coagricultores a gente tiver, melhor ficará a estrutura de solidariedade aos agricultores. Como é que eu vou dizer? nós vamos facilitar o trabalho com os mutirões, vamos dar mais condições financeiras, que é um combustível para que os agricultores possam realizar de maneira efetiva o trabalho deles”. Coagricultora 11.

Os coagricultores consomem alimentos produzidos, respeitando a sazonalidade e local de cultivo, e essa prática colabora para modificar os sistemas alimentares vigentes e de valorizar a produção (horta local). Esse engajamento por meio das redes de apoio está ligado diretamente e esses mercados socialmente construídos, são baseados numa relação de confiança, na imersão social e na valorização dos hábitos tradicionais locais (BRUNORI, 2007).

Ao ingressarem nas CSA's, os coagricultores passam a viver a economia solidária e o canal alimentar curto, ou seja, sem intermediações dos atravessadores, ajudando a reter os lucros com os produtores locais e os favorecendo para que possam ter uma vida digna e

produtiva, concentrando os seus saberes do campo na produção dos alimentos que garantem a nossa mesa farta e sustentam as nossas vidas.

O canal curto também é uma conquista que vai ao encontro dos anseios dos coagricultores de receberem alimentos frescos, o que certamente impacta na questão da redução de custo, promovendo, assim, justiça social e o fortalecimento da economia local.

O comércio justo e sustentável é feito pelas redes alimentares curtas, pois acabam configurando-se, portanto, como redes alternativas ao modo convencional. É opção que contrapõem as alternativas à forma de abastecimento alimentar usual. Traz consigo diferenciadas formas de troca mercantis e garante mercados mais sustentáveis e justos a todos (CASSOL e SCHNEIDER, 2015).

“Esse modelo honra os agricultores que trabalham, assim, a dignidade prevalece de forma mais justa. A agricultura da CSA faz muito mais sentido, pois você consome o alimento que é produzido perto de você.” Coagricultor 14.

Neste estudo, 11(68,75%) dos coagricultores relataram que a sua motivação para aderirem à CSA estava ligada ao fortalecimento da produção local, como podemos ler abaixo.

“A principal razão para mim é contribuir com o social, com a agricultura familiar, economicamente poder ajudar esses agricultores porque eles não têm intermediários (atravessadores), e o dinheiro fica direto para eles”. Coagricultora 12.

“No canal curto, você tem o seu alimento fresquinho, pois são produzidos pertinho de você. Elimina o custo de deslocamento do produto”. Coagricultora 13.

Segundo Jodelet (2001), as RS, que estão relacionadas à função cognitiva que mesclam o pensamento ideológico, cultural e científico, nos ajudam a entender e a identificar o mundo que nos cerca e, uma vez compartilhadas por um mesmo grupo, constroem a visão consensual da realidade e guiam as ações e as práticas desse grupo. Nesse sentido, as RS sobre a economia solidária construídas pelo grupo de coagricultores guiam seus comportamentos e práticas.

“É inadequado comprar no hipermercado porque ele já está estabilizado financeiramente e em nada contribui para o desenvolvimento social e local, já tem um lugar ao sol (mercado). A economia solidária ainda busca essa posição, fortalecendo-a, daremos oportunidade para que outras pessoas cresçam também”. Coagricultora 11.

“Você vai junto com a economia solidária, porque assim uns ajudam os outros, e não é preciso ter um intermediário, você vai direto à pessoa que produz. Eu acho que é assim: a troca direta não tem intermediário e a pessoa compra diretamente com o produtor”. Coagricultor 9.

“Quando você pensa em maneiras de ser cada vez mais natural, de fazer trocas por sobrevivência, de se apoiar em relações humanas, você estará pensando em economia

solidária”. Coagricultor 4.

“Às vezes, ela funciona e você nem nota. Fazemos trocas simbólicas. No dia-a-dia, temos esses tipos de atitude. Nos sentimos bem e não notamos que isso é uma forma de troca solidária”. Coagricultora 12.

“Então, para mim, economia solidária é quando isso flui de maneira mais natural e torna as pessoas cada vez mais humanas e conscientes”. Coagricultor 1.

Foram observados, nas narrativas dos coagricultores, pontos que reforçam os dados publicados nos trabalhos sobre os quais já discorremos aqui, que dizem respeito a essa relação de solidariedade entre os agricultores e coagricultores, como podemos ler no trecho da entrevista abaixo.

“Nós viajamos muito nos finais de semana, porque minha família mora longe. Vejo solidariedade dos demais coagricultores em me ajudarem, buscando e guardando a minha cesta. Eu consigo pegar só na segunda de manhã no domingo à noite”. Coagricultor 14.

“Meu marido faz questão de sempre ajudar mais pessoas. Faz questão de praticar mais a economia solidária, de estarmos realmente entregando dinheiro em algo que vai reverter em outras ações”. Coagricultora 11.

“Ser coagricultor é uma forma de poder dar vazão para os anseios de um homem que deseja um mundo melhor. Uma forma de se encaixar no mundo e fazer dele um lugar melhor, de acordo com o que você realmente quer”. Coagricultor 2.

No estudo de Pedrosa (2019), foi identificado o mesmo desejo de comprometimento com a agricultura familiar, no comércio livre de atravessadores, como forma de garantir um mercado ao pequeno produtor rural. Segundo Cassol e Schneider (2015), mercados locais permitem formas de interação além da troca comercial: possibilitam relações interpessoais, estimulando as trocas de conhecimento, o engajamento ético e político e a valorização das práticas culturais de produção alimentar.

O ponto de entrega das cestas orgânicas é um exemplo. Geralmente, acontecem em praças, avenidas ou pontos da cidade que são mais populares e movimentados, e isto desperta curiosidade por parte dos que ali frequentam. Trata-se de uma boa exposição das CSA's e de oportunidade de divulgação. Para Truninger (2010), à medida que os consumidores se aproximam e passam a se familiarizar com o processo de produção, com os alimentos, com a agroecologia, com a economia solidária e com a comunidade, as suas crenças se modificam, sua opinião muda e as suas atitudes se traduzem em ação, considerando que os valores

adquiridos nessa nova construção como coagricultores, apesar de alguns ficarem apenas no propósito de adquirir alimentos orgânicos.

O consumo por si só é ressignificado, de modo que passa ser percebida a produção dos alimentos e a vida do agricultor que está relacionada a essa ação. Assim, podemos perceber que as CSAs chamam a atenção em todo o mundo e se firmam como um crescente modelo de integração entre coagricultor e agricultor e traz consigo essa forma de comércio dos alimentos dentro do que se espera de uma agricultura sustentável (NARCISA OLIVEIRA, 2018).

Vimos aqui, no Vale do Paraíba paulista, que a falta de participação de alguns coagricultores nas atividades propostas pelas CSA's é também um problema. 18% dos coagricultores afirmam que desejam participar mais, porém hoje estão envolvidos apenas como cotistas. Assim, apesar das pesquisas sobre a CSA no Brasil estarem inseridas em um contexto diferente das de outros países, é evidente que os desafios enfrentados são similares. (MELO, 2020).

Mesmo sendo importante o crescimento e a manutenção dos números de coagricultores, é importante lembrar que parte deles está lá pela busca individual, representada pelo anseio de aquisição e de consumo dos produtos orgânicos". Coagricultor 16.

"Eles não participam, mas nós não podemos fazer uma mudança de paradigmas na sua mentalidade e falar: olha, venha cá, isso daqui não é assim, porque eu ainda dependo do dinheiro que ele deposita todos os meses para manter essa comunidade ativamente funcionando". Coagricultora 12.

"Puxa! Eu insisto porque eu entendo a importância da coletividade, do serviço social envolvido, mas uma parte dos meus colegas coagricultores não se disponibiliza, não muda as suas agendas para poder participar das tarefas cooperativas, como ajudar nos mutirões de plantio, de manutenção das hortas, de colheitas, de montagem das cestas e do transporte delas até o ponto de retirada pelos coagricultores". Coagricultor 4.

Há uma disparidade entre as formas de pensar. Coagricultores mais engajados com o social e também aqueles que, na teoria, entendem o que é a CSA, mas ainda não há práticas para as atividades da coletividade proposta pela CSA. Sua participação está condicionada em atender a sua principal busca, que é consumir alimentos orgânicos, então não se dedicam da mesma forma que outros, que entendem melhor o projeto.

"No começo, tivemos muitas discussões sobre isso: têm de ter engajamento, têm de ter participação! É uma conversa que vai te frustrar a vida inteira, porque é própria do nosso tempo, da nossa vida". Coagricultor 4.

Uma parte dos entrevistados traz essa questão e reconhecem abertamente que não participam de forma ativa. Justificam com a seguinte fala:

“Olha, eu sei que o projeto vai além do que eu participo, mas eu não tenho condições de me comprometer e responder dessa forma”. Coagricultora 2.

Sabemos que cada um está vivendo um momento pessoal e profissional, e que isso é um limitante na hora de assumir algumas atividades extras. Por outro lado, esses coagricultores estão ajudando no projeto de forma financeira, que contribui para sua existência.

“É meio natural que não haja esse engajamento. São poucas as pessoas que vão carregar esse caminhão. Outra limitação é que essas pessoas precisam trabalhar, não é uma coisa feita de forma profissional remunerada, é feita de forma coletiva e colaborativa, não por um profissional administrativo”. Coagricultor 4.

Segundo Forbeloni (2012), quando as pessoas aderem a um empreendimento solidário, estão buscando melhorias econômicas ou outros benefícios. Entretanto, permanecem no empreendimento, porque recriam outro significado para a produção e o consumo. Para a autora, essa nova forma de agir é construída pelas RS que o grupo adapta e recria sobre si e sobre o mundo que o cerca. E é nessa perspectiva que é possível compreender a permanência dos coagricultores na CSA, mesmo quando ele não participa ativamente das atividades da comunidade,

4.2.4 – CSA e o MST

Nesta seção, discutiremos questões oriundas de parte das entrevistas realizadas com coagricultores que participam de CSA existentes em terras de assentamento do MST. A figura 9 mostra o mapa conceitual sobre CSA e o MST.

Figura 9 – Mapa conceitual da classe 4 – CSA e o MST



Fonte: elaborada pela autora.

Durante as entrevistas, muitos coagricultores disseram que, antes de entrar para a CSA, desconheciam quais eram os objetivos do MST, e os viam como “baderneiros”, “folgados”, “arruaceiros”, “aproveitadores” e pensavam e julgavam que eram invasores de propriedades alheias. Com essa ideia formada, os repeliam e os taxavam, seguindo o mesmo tipo de comportamento massivo e midiático sem conhecerem suas reivindicações e necessidades.

“Olha, antes de estar na CSA, eu já tive preconceito, pensando que os integrantes do MST eram pessoas que só abusavam. Queriam um local para ter um ambiente e depois fazer o que quisesse com ele, vender, dividir e não utilizar para o cultivo”. Coagricultora 3.

“Meu marido é médico. Faz muito tempo que se dedica aos estudos sobre as questões sociais. Uma das nossas motivações para conhecer a CSA foi pelo fato de sermos vegetarianos e nos preocuparmos com a nossa saúde e, por isso, buscamos alimentos orgânicos. Ao conhecer a CSA em que estamos como coagricultores, vimos a união de muitos fatores que fez todo sentido para o nosso propósito de vida. Economia solidária, agroecologia, plantação realizada em terra conquistada pela reforma agrária, uma comunidade forte nos propósitos que, aos nossos olhos, encanta”. Coagricultora 15.

“Eu falo com muita alegria e convicção sobre a CSA para os meus amigos. Eles ficam interessados. Quando os convido para irem no sítio e os informo que se trata de um local conquistado pelos agricultores através da reforma agrária, já dizem: Ah, isso é de esquerda! Seguem dizendo que os Sem-Terra são uns “folgados” e não gostaria de envolvimento. Isso me entristece. Não conhecem, não sabem nada sobre as lutas legítimas do povo e preferem dizer que são “esquerdistas” e destilar desprezo no ar”. Coagricultora 15.

O preconceito social está relacionado a atitudes e a sentimentos negativos em relação a um determinado grupo, de forma aversiva e excludente, baseado em suas características mais significativas e na sua pertença (CAZALS-FERRÉ, ROSSI, 2007 apud KOLZER, 2016). "No pensamento social, a conclusão tem prioridade sobre a premissa, e nas relações sociais (...) o

veredicto tem prioridade sobre o julgamento. Antes de ver e ouvir a pessoa, nós já a julgamos, nós já a classificamos e criamos uma imagem dela" (MOSCOVICI, 2004, p. 58).

As atitudes preconceituosas podem ser formadas por aspectos relacionados aos valores e pertença de um grupo. Esse posicionamento pode ser resultante de reapropriação de conteúdos vindos de saberes anteriores, ou gerados a partir de novos contextos (MOSCOVICI, 2004). A imagem referente ao MST tem ideologia contra a reforma agrária, pauta da bancada ruralista que não atua na defesa dos interesses do proletariado e, sim, estão cumprindo os interesses da força das empresas multinacionais, que produzem os agrotóxicos, e das indústrias de alimentos ultraprocessados.

Ao participarem da CSA, os coagricultores passam a reelaborar suas atitudes que apresentavam sobre o MST e as questões relacionadas a ele.

“Por exemplo, eu estou muito incomodada de morar num país que tem 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar, sem saber se vão comer, ter casa e comida”. Coagricultora 15.

“Assentamento é um pensamento natural, casa muito grande para pouca gente não é natural. Então, a reforma é justa e natural em um país com muita terra, mas não romantizo o MST”. Coagricultora 15.

“É compreensível que não haja interesse público, exatamente porque é contra o sistema, de certa forma. Para ganharmos maior escala, é preciso tocar os interesses políticos sobre a agroecologia”. Coagricultor 4.

“Nas eleições, busquei candidatos com planos escritos sobre o compromisso ambiental, porque a gente só tem esse planeta. Não acho que possamos, sozinhos, vencer, penso que somos uma frente. Pequenos gestos que fazemos já é muito!” Coagricultora 15.

À medida que os coagricultores participam da CSA, recebem informações dispersadas no grupo, realizam atividades em sítios de assentamentos do MST e compreendem as lutas do movimento, e a atitude negativa e preconceituosa sobre o grupo dá lugar a atitudes positivas, que permitem que eles ressignifiquem crenças, opiniões e valores. Segundo Moscovici (2012, p. 46), “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e de comunicar o que nós já sabemos”, ao passo que sua elaboração traduz as representações que estão entre nós (JODELET, 2005). Por meio delas, é possível estabelecer as interações sociais, a produção de comportamentos, a reação aos estímulos exteriores para, finalmente, construir e reconstruir gradativamente as RS do mundo, que estão ao redor (MOSCOVICI, 2012).

Uma das preocupações dos coagricultores eram os alimentos contaminados por agrotóxicos.

“Eu acho que a questão principal é não utilizarmos agrotóxicos e nem outros produtos químicos que possam prejudicar o meio ambiente”. Coagricultor 6.

“Com isso, a longo prazo, a grande escala destrói todo o planeta e todo o ecossistema, porque isso se torna um produto, simplesmente, que deve ser produzido a qualquer custo e em grande escala e aí entra a agroindústria com seus pesticidas”. Coagricultor 4.

Pesquisadores como Torunsky (2019) e Machado e Machado Filho (2017) dialogam e apontam que o enfraquecimento do solo é, em boa parte, consequência da ação do agronegócio, da agricultura animal e vegetal presente no sistema econômico vigente.

No Brasil, assim como na Índia e no Senegal, o maior problema são os apoios recebidos pelos seus governantes, favorecendo a forma desproporcional dos cultivos comerciais (commodities) em relação a uma agricultura centrada na exportação ao tempo, em que a produção local, a diversidade e a cultura alimentar foram preteridas ou negligenciadas (CHAPPEL, 2018).

As políticas nacionais e o financiamento do desenvolvimento são amplamente desfavoráveis aos sistemas alimentares baseados na agricultura familiar, e ainda mais desfavoráveis em relação ao apoio adicional necessário em ambientes que exigem trabalho mais árduo, como as regiões semiáridas, onde os casos estudados estão localizados (SALLES, 2019).

O Brasil não é um novato no setor de agroexportações, porém deu um salto entre 1990 a 2000, marcado principalmente pela diversificação das exportações agrícolas e pela participação no mercado internacional de empresas controladas pelo capital brasileiro. A produção agrícola está voltada não só para a alimentação humana. Expandiram para criação e produção de matérias-primas e a expansão dos cultivos não-alimentares, que são utilizadas na ração animal, no agrocombustível e para a indústria têxtil etc. (SALLES, 2019).

Essa abertura proporciona mais oportunidades de crescimento para as empresas do agronegócio, por outro, trazem impactos sociais e políticos importantes, colocando desafios para uma estratégia de desenvolvimento do Brasil, no que diz respeito às políticas públicas com vistas à segurança alimentar e nutricional, no combate à fome e à pobreza (SALES, 2020).

É importante considerar que o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil, após anos da luta camponesa, aconteceu especialmente nos dois primeiros mandatos do governo Lula (2003 a 2006 e 2007-2010), com a reativação do Conselho Nacional de

Segurança Alimentar (Consea) e com a elaboração ou reformulação de leis, políticas e programas a fim de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população na perspectiva da Soberania Alimentar. Contudo, após o golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma, as políticas sociais foram sendo desmontadas, culminando com a extinção do Consea, em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, que, ao longo de 2019 a 2022, reduziu drasticamente os investimentos em políticas sociais e em agricultura familiar (VASCONCELOS ET AL, 2019; EVES ET AL 2021). Neste momento, 2023, o presidente Lula retorna ao governo com o reestabelecimento do Consea e com a promessa de reconstrução das políticas sociais e de investimentos na agricultura familiar e na agroecologia a fim de garantir o Direito Humano à Alimentação Saudável da população brasileira (CHIORO; COSTA, 2023; RECINE, 2023).

Questões relacionadas à consciência ambiental e agroecológica também foram narradas pelos coagricultores.

“Nós podemos produzir sem prejudicar a natureza. Esta constatação me fez enxergar além e me fez entrar em contato com a CSA no começo de 2020, e começamos a estruturar o movimento e, ainda hoje, faz muito sentido com a minha forma de pensar. Quero ir adiante!” Coagricultora 5.

“Da monocultura, a gente vai para uma outra forma, em que se tem consórcios, em que somos uma cultura regional e respeitosa com a natureza”. Coagricultora 16.

O tema agroecologia está ligado diretamente à reforma agrária. No MST, este tema é pauta constante. No seu Programa de Reforma Agrária, o MST, ao discutir o que intitulou de “um novo modelo tecnológico”, indiretamente, aborda e começa a traçar, formalmente, sua concepção de agroecologia.

O atual modelo tecnológico na agricultura visa apenas ao lucro das empresas produtoras de insumos. E é completamente predatório aos nossos recursos naturais: solo, água, clima, fauna e flora. E sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, como por comprometer os recursos naturais para as gerações futuras. Deve-se desenvolver pesquisas e técnicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho, das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e preservação dos recursos naturais (MST, 1998).

Os assentamentos têm uma formação e uma concepção de fraternidade, assim como as comunidades. Organizam-se para reivindicar e alcançar além de um pedaço de terra. Buscam condições melhores, tais como saúde, educação, emprego, sementes, mudas de plantas, água, ferramentas e maquinários para o plantio e colheita, além de estrutura física para alfabetização das crianças em zonas rurais (RIBEIRO, 2007).

As CSAs, no contexto dos assentamentos, permitem aos coagricultores conhecerem e vivenciarem as lutas diárias de quem vivem na terra e experienciam os processos de formação e de educação promovidos pelo MST. De forma simples, desconstruem um pensamento oriundo das gerações anteriores, colocam esse pensamento em xeque. Como resultado, apresenta-se uma nova forma de se pensar, que é, ao mesmo tempo, enriquecedora e transformadora dos nossos esquemas cognitivos anteriores e devemos ressignificá-la e adaptá-la aos novos esquemas cognitivos, e isso parece ser o que mantém o nosso mundo estável e seguro (OLIVEIRA, 2004).

As Representações sociais se definem como uma "modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos" (MOSCOVICI, 2004, p. 26). Elas são constituídas tanto por conhecimentos cotidianos, como pelas reapropriações de significados historicamente já formados e consolidados.

A criação e a transformação da informação levam a uma modificação de nossos valores, que, conseqüentemente, irão influenciar as diretrizes dos relacionamentos humanos, na forma como o ser humano se percebe no mundo e com o outro (LEITE, 2021).

[...] a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas [...] a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, e as imagens sobre a 'realidade' (MOSCOVICI, 2011, p. 55).

Jodelet (2001), por sua vez, aborda que há representações que chegam prontas para as pessoas, enquanto outras são construídas por meio das interações estabelecidas com o meio, ou seja, pode-se notar que as RS não são estáticas, ao contrário, estão em constante movimento. Percebe-se que as RS estão amplamente inculcadas no dia-a-dia dos indivíduos, em todos os espaços que eles habitam, exercendo influência direta a todo momento, como pontua Moscovici (1978) e, no contexto das CSA's, essa situação não seria diferente,

Dessa forma, podemos assumir que os coagricultores apresentavam RS relacionadas ao objeto de estudo, à agroecologia, à economia solidária e à comunidade e que tais representações influenciaram seus comportamentos e práticas, mas também foram influenciados por práticas e experiências próprias da CSA e, assim, ressignificaram pensamentos e ações cotidianos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foi possível compreender as RS de coagricultores que fazem parte de CSA do Vale do Paraíba paulista a respeito de seus pilares: agroecologia, economia solidária e comunidade bem como as motivações que os levaram a serem membros dessa comunidade. Para isso, inicialmente, foi caracterizado o perfil sociodemográfico dos coagricultores para situar o leitor sobre quem era o grupo pesquisado.

O grupo apresentava alto nível de instrução e renda mensal bem superior à média brasileira. A motivação para participarem de uma CSA estava relacionada ao fato de buscarem por alimentos mais saudáveis e orgânicos. O grau de instrução e condição financeira dos coagricultores permitiram que eles fizessem escolhas de investimentos em um projeto como a CSA.

Nas análises das entrevistas realizadas, foi possível identificar as RS por meio das crenças, atitudes, opiniões e valores dos coagricultores sobre comunidade, agroecologia e economia solidária. As RS sobre agroecologia estavam relacionadas aos aspectos biológicos – alimentos orgânicos e saudáveis –, embora as narrativas apontem para uma maior compreensão da complexidade da agroecologia com participação e permanência na CSA. Essa compreensão foi possível graças às vivências, trocas de saberes e informações que acontecem entre coagricultores e agricultores e permitiu aos coagricultores a resignificação de crenças e um novo posicionamento sobre questões relacionadas à agroecologia. A partir do momento em que passam a entender as CSAs, os coagricultores compreendem e assumem papéis ativos na comunidade.

Nota-se que os coagricultores identificam tanto atributos concretos (ausência de agrotóxico) quanto os abstratos (alimentos mais saudáveis).

Quanto aos aspectos representacionais da saúde observados, mostram a associação da agroecologia com os alimentos orgânicos isentos de agrotóxicos serem mais saudáveis, simplificando o conceito, sendo esta uma das funções da objetivação.

Foram vistos, nesta pesquisa, que muitos coagricultores que ingressaram nas CSAs não o fizeram, necessariamente, porque conheciam a realidade dos espaços agrícolas que produziam os seus alimentos e nem tinham noção da realidade dos agricultores.

Desta forma, o leigo assume papel fundamental na desconstrução e na construção de paradigmas e modelos que não se baseiam apenas nos medos sociais ou nas ameaças tecnocientíficas.

A vivência na comunidade permite entender o coletivo e suas respectivas questões sociais envolvidas.

A economia solidaria foi representada pelo grupo como uma forma de solidariedade entre aqueles que consomem e quem produz o alimento, um sistema alternativo de consumo e com novas formas de relações. Tais RS contribuíram para guiar comportamentos e práticas que contribuem com a sustentabilidade e divulgação da CSA.

As RS sobre comunidade foram elaboradas a partir da participação e da contribuição dos coagricultores nas atividades da CSA, embora parte deles não esteja engajada nas atividades compartilhadas pelo grupo que os caracteriza como uma comunidade. RS, que estão relacionadas à função cognitiva que mesclam o pensamento ideológico, cultural e científico e nos ajudam a entender e a identificar o mundo que nos cerca. Uma vez compartilhadas pelo mesmo grupo, constroem a visão consensual da realidade e guiam a ações práticas deste grupo. Nesse sentido, as RS sobre economia solidária construídas pelo grupo de coagricultores guiam seus comportamentos e práticas.

Considerando que duas das CSAs aqui estudadas foram empreendidas em assentamentos do MST, algumas questões sobre a compreensão desse movimento por parte dos coagricultores ligados a ele foram levantadas e permitiram observar que atitudes preconceituosas direcionadas ao MST eram comuns entre coagricultores ao se integram à CSA. A participação e a permanência dos coagricultores nas atividades da CSA foram importantes para a compreensão das possíveis relações entre agricultores e coagricultores, entre consumidores e produtores de alimentos, e possibilitaram não apenas a redução de atitudes preconceituosas relacionadas ao campo e aos movimentos sociais ligados a ele como permitiram a reconstrução de RS a partir da interação como o meio.

Embora as possibilidades de mudança nos processos democráticos de decisão política sejam difíceis, ela é um caminho trilhado pelos coagricultores no seu cotidiano, quando escolhem seus políticos e defendem a justiça social.

Com estas considerações finais, não houve intenção de apresentar conclusões, tampouco dar por completo o estudo das representações sociais de objetos relacionados à comunidade que sustenta a agricultura, uma vez que há inúmeras possibilidades de pesquisa e de leituras sobre essa temática. O objetivo da pesquisa era identificar o perfil sociodemográfico do grupo, dar voz ao coagricultor e compreender os aspectos simbólicos que o fizeram se integrar a uma CSA

bem como as crenças, os valores e as atitudes que ele construiu ou reconstruiu sobre os pilares da CSA, a partir da participação nas atividades propostas pela comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, **Anais**, 1997, p. 29.
- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais: In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. AB, v. 2, p. 27-37, 2000.
- ADAM, K. L. Community-Supported Agriculture - ATTRA. National Sustainable Agriculture Information Service. National Center for Appropriate Technology (NCAT). **United States Department of Agriculture**, p. 1-16, 2006.
- AGUIAR, V. L. **Empresas sociais de agricultura urbana: um estudo nas comunidades que sustentam a agricultura em Belo Horizonte e Londres**. 2018. 386 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- ALLEN, P.; GUTHMAN, J.; MORRIS, A. W. **Meeting farm and food security needs through community-supported agriculture and farmers’ markets in California**. Center for Agroecology & Sustainable Food Systems, University of California, EUA, 2006.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura**. 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da Região Nordeste, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-oconceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS; 2001.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012a.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE; 1989.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA. 2012b.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Thompson, 2004.
- AMBIENTE BRASIL. **Como fazer agroecologia?** 2021. Revista Eletrônica. Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/agroecologia/como_fazer_agroecologia.html. Acesso em: 26 jan. 2022.
- AMORIM, J. O. L. **Comunidade que sustenta a agricultura (CSA) em São Paulo e agricultura solidária (solawi) na Alemanha: construindo indicadores sociais, econômicos e**

ambientais. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos. Araras, 2018.

ANDREATTA, S.; RHYNE, M.; DERY, N. Lessons learned from advocating csas for low-income and food insecure households. **Southern Rural Sociology**, United States, v. 23, n. 1, p. 116-148, 2008.

ARRUDA, F. G. Região Metropolitana do Vale do Paraíba do Sul Paulista e Litoral Norte: melhorias ou continuação e uma mesma política pública? **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v. 7, n. 1, p. 1277-1289, 2013.

ARRUDA, M. Sócio-economia solidária. In: CATTANI, Antonio. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, mar. 2006.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura familiar na Região Centrosul do Estado do Paraná, Brasília: **Rev. Econ. Sociol. Rural** v. 43, n. 1, 2005.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Vale do Paraíba e Litoral Norte**. 2015. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/. Acesso em: 15 maio 2022.

AZEVEDO E.; PELICIONI. M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. v. 31, n. 4, p. 290-5, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad.: RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BAUMAN, Z. 1925 - B341c **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BENTHIEN, P. F. **ONGs e Agroecologia no Brasil**. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Revista Brasileira de Agroecologia. Associação Brasileira de Agroecologia, 2007.

BERNARDINO, R. V. **Uma análise sociológica sobre o consumo de alimentos orgânicos a partir das representações sociais dos consumidores das feiras de orgânica do bairro Barro Vermelho em Vitória-ES**. 2015. 232f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO, **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. 2013.

Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/11/planapo-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-planapo.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

BROWN, C.; MILLER, S. The impacts of local markets: a review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA). **American Journal of Agricultural Economics**, v. 90, n. 5, p. 1298-1302, 2008.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 142-160, abr./set. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964677007>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRUNORI, G. Comida local e redes alimentares alternativas: uma perspectiva de comunicação. **Antropologia da alimentação** [Online], mar. 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aof/430>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998. Disponível em: <https://goo.gl/APDqTc>. Acesso em: 15 maio 2022.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v. 6, p. 63-74, 2011.

CARVAJAL, J. J. M. La agroecología: un marco de referencia para entender sus procesos en la investigación y la praxis. **Luna Azul**, v. 1, n. 32, p. 128-34, 2011.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, n. 95, p. 143-177, 2015.

CASTELO BRANCO, M.; LIZ, R. S.; ALCÂNTARA, F. A.; MARTINS, H. A. G.; HANSON, J. C. Agricultura apoiada pela comunidade: poderia a experiência dos agricultores

americanos ser útil para os agricultores urbanos brasileiros? **Horticultura Brasileira**, n. 29, p. 43-49, 2011.

CHÃ, A. M. J. **Agronegócio e indústria cultural: estratégia das empresas para a construção da hegemonia**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (Unesp), São Paulo, 2016.

CHAPPEL, M. J.; BERNHART (org.). *Agroecology as a Pathway towards Sustainable Food Systems*. Aachen, October 2018. Disponível em: https://www.misereor.org/fileadmin/user_upload_misereororg/publication/en/foodsecurity/synthesis-report-agroecology.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

CHIORO, A.; COSTA, A. M. A reconstrução do SUS e a luta por direitos e democracia. *Saúde Em Debate*, 47(136), 05–10. 2023.

CONNELLY, S.; MARKEY, S.; RESELAND, M. Bridging sustainability and the social economy: Achieving community transformation through local food initiatives. **Critical Social Policy**, v. 31, n. 2, 2011.

CONNER, D. S. **Community supported agriculture pricing and promotion strategies: lessons from two Ithaca, NY area farms**. Ithaca, NY: Cornell University, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1813/65875>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Produção compartilhada de alimentos orgânicos se expande em Brasília**, 2017.

COOLEY, J. P.; LASS, D. A. Consumer benefits from community supported agriculture membership. **Review of Agricultural Economics, Norwich**, v. 20, n. 1, p. 227-237, 1998.

COSTA, E. V. da. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, A. de. (org.). **A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958. v. IV: Os subúrbios paulistanos. p. 109-152. 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. São Paulo: ArtMed Bookman, 2007.

CSA BRASIL. **Comunidade que sustenta a agricultura – Brasil**. 2018. Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/category/publicacoes>. Acesso em: 29 dez. 2021.

CSA BRASIL. **Comunidade que sustenta a agricultura: da cultura do preço para a cultura do apreço**. 2021. Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CSA BRASIL. 2015. Disponível em: <http://csabrasil.org>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CSA BRASIL. Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

DALGAARD, T. Hutchings, N. J., and Porter, J. R., Agroecology, scaling and interdisciplinarity. **Agricultural Ecosystems & Environment**, v. 100, p. 39–51, 2003.

DALMORO, M.; MEDEIROS, L.; PAULI, J.; AMARANTE, M. V. As lógicas dos produtores invisíveis: significados culturais na produção agrícola familiar. **REAd. Rev. eletrôn. adm.** (Porto Alegre), v. 23, n. 3, p. 92-115, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.155.58137>. Acesso em: 03 set. 2021.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2012.

DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P.; FONTENEAU, B. Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale. In: DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P.; FONTENEAU, B. **Economie sociale au Nord et au Sud.** Bruxelles: Deboeck, p. 11-24, 1999.

DIAS, M. A. B.; VERRANGIA, D. Processos educativos na prática de produção de alimentos: alternativas para a educação alimentar. **Rev. SPQMH**, v. 6, n. 1, p. 4-14, jan./abr. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29181/2594-6463-2022-v6-n1-p4-14>. Acesso em: 19 mar. 2022.

DORNELES, A. B. **Cultivando a pedagogia dos encontros: experiências educativas da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Brasília-DF.** 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ECKERT, D. A. **Mercantilização em contra movimento: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais.** 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ELL, E.; SILVA, D.O.; NAZARENO, E.R.; BRADENBURG, A. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. **Rev Saúde Pública**, v.46, n. 2, p. 218-225, 2012.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

EMPLASA. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN> Acesso em: 15 maio 2022.

ENDRES, A. B.; ARMSTRONG, R. H. Diverging values: community supported agriculture, volunteers, and the hegemonic legal system. **Food Studies, An Interdisciplinary Journal, United States**, v. 2, n. 2, p. 43-55, nov. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253237029_Diverging_Values_Community_Supported_Agriculture_Volunteers_and_the_Hegemonic_Legal_System. Acesso em: 23 out. 2018.

EVES, JOSÉ ANAEL ; MACHADO, M. L. ; OLIVEIRA, L. D. A. ; MORENO, Y. M. F. ; MEDEIROS, M. A. T. ; VASCONCELOS, F. A. G. . Unemployment, poverty, and hunger in brazil in covid-19 pandemic times. *Revista de Nutricao-Brazilian Journal of Nutrition*, v. 34, p. e200170, 2021.

FBES. **Relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2008.

FELDENS, L. **O homem, a agricultura e a história**. Lajeado: Univates, 2018.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”, **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FORBELONI, J. V. A representação social da economia solidária. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar / Matinhos**, v. 5, n. 2, p. 1-136, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/34168/21285>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FRANCIS, C. A. *et al.* Innovative education in Agroecology: experiential learning for a sustainable agriculture. **Critical Reviews in Plant Science**, v. 30, n. 1/2, p. 1-12, 29 Apr. 2011.

FRANCO, A. L.; NOVAES, G. V.; KORASAKI, V. Perfil do consumidor de produtos orgânicos: um estudo com a comunidade que sustenta a agricultura, CSA – Frutal. *In: Congresso Nacional de Meio Ambiente, 18*. Poços de Caldas, set. 2021.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811-834, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030008>. Acesso em: 1 set. 2021.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho. Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, 2020. Disponível em: <https://DOI: 10.1590/3510304/2020>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GARCIA, E. M. **O desenvolvimento do sistema de atividade agrícola no contexto da economia de funcionalidade e da cooperação**. O caso da CSA São Carlos - SP. 2019. 117. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GOMES, N. E. S. S.; RAFAEL, B. R. O discurso hegemônico do agronegócio na mídia: uma análise gramsciana. *In: V Seminário de Comunicação e Territorialidade: Comunicação, Democracia e Direitos Humanos*. 25-26 nov. 2020. Vitória, ES: Centro de Artes UFES - 2020.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUARRESCHI, P. **Olhares do alto**. Evangraf, 2020.

GUÉLIN, A. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1998.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. MST. Alimentação saudável: um direito de todos, 2015.

GUZMÁN, E. S. Incorporando la soberanía alimentaria al proceso de construcción de la agroecología. **Soberanía alimentaria, biodiversidad y culturas**, n. 3, p. 9-14, 2010.

HAMER SCHMIDT, I.; SILVA, J. B. V.; LIZARELLI, P. H. **Agroecologia, o novo enfoque da extensão rural**. Curitiba: Série Produtor n. 107, p. 84, Emater Paraná, 2005.

HENDERSON, E.; VAN EN, R. **Sharing the harvest: a citizen's guide to community supported agriculture**. 2. ed. Vermont: Chelsea Green Publishing Co., 2007.

HENRIQUE, M.; SANTOS, M.; CARNIELLO, M.; RICCI, F. O Vale do Paraíba Paulista: formação e composição econômica. In: **XIV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – 2011**. Universidade do Vale do Paraíba, 2011.

HITCHMAN, Judith. **Agricultura sustentada pela comunidade: um modelo que prospera na China**. 2015.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2022a.

IBGE. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33026-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-para-2021>. Acesso em: 18 mar. 2023.

IBGE. **Monteiro Lobato: pecuária**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monteiro-lobato/pesquisa/18/16459>. Acesso em: 07 maio 2023.

IBGE. **São Paulo: Pesquisa cidades do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/23/22787?localidade1=354990&localidade2=355410>. Acesso em: 17 mar. 2023.

IBGE. **São Paulo: Pesquisa de orçamentos familiares. 2017-2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/46/0>. Acesso em: 17 mar. 2023.

IBGE. **São José dos Campos: Pesquisa de orçamentos familiares. 2017-2018**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/pesquisa/18/0> . Acesso em: 07 maio 2023.

IBGE. **Taubaté, 2015**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=355410&search=saopaulo%7Ctaubate%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 15 maio 2022b.

IBGE. **Taubaté: pecuária**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/pesquisa/18/16459>. Acesso em: 07 maio 2023.

IBGE. **Cidades e Estados**: São José dos Campos. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>. Acesso em: 07 set. 2023.

IDEC. **Tem veneno nesse pacote**: o perigo duplo dos ultraprocessados. 2021. Disponível em: https://idec.org.br/system/files/ferramentas/idec_cartilha_tem-veneno-nesse-pacote.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida**. Curitiba: PUCPress, 2017.

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que sustenta a agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 517-538, 2018.

KOELZER, L. P.; CASTRO, A.; BOUSFIELD, A. B. S.; CAMARGO, B. V. O "olhar preconceituoso": Representações sociais sobre fotografias nas redes sociais. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/29169/20640>. Acesso em: 17 jul. 2023.

KRISCHKE, P. J.; TOMIELLO, N. O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório. **Cad. Pesq. Interd. Ciên. Hum.**, v. 10, n. 9, 2009.

LAMINE, C. 'Changer de système': une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. **Terrains et Travaux**, v. 20, n. 1, p. 139-156, 2012.

LAVILLE, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 7-47, mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/381>. Acesso em: 19 abr. 2020.

LAVILLE, J. L. (Dir.). **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LECHAT, N. M. P. **Economia solidária**. 2001 - base.socioeco.org

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LELIS, C. T.; TEIXEIRA, C. M. D.; SILVA, N. M. A inserção feminina no mercado de trabalho e suas implicações para os hábitos alimentares da mulher e de sua família. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 523-532, out./dez. 2012.

LEITE, A. P. S. **Representações sociais do ensino da arte por professoras da Educação Infantil**. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2021. Disponível em: <https://mestradohdh.unitau.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2021/Ana-Paula-dos-Santos-Leite.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. Agronegócio. In: CALDART, Roseli et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LOPES, I. B., VIANA, M. M.; ALFINITO, S. Redes alimentares alternativas em meio à Covid-19: reflexões sob o aspecto da resiliência. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3750–3758, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3265>. Acesso em: 18 mar. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACHADO, L. P.; MACHADO FILHO, L. P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**, São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, A. L. B. **Agricultura apoiada pela comunidade ou comunidade apoiada pela agricultura? A relação campo-cidade pela ética da solidariedade**. 2017. 413f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E.P.; SEGATA, J. (org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora Fiocruz, 2021,

MATHEUS, F. A.; FELICIANO, C. A. Reforma agrária, agroecologia e os desafios para a construção de novas formas de relação sociedade natureza durante e pós-pandemia. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 1, p. 44-67, 2021. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/469/371>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Unesp, 2010.

McFADDEN, S. **Community farms in the 21st century: poised for another wave of growth?** Kutztown, PA: Rodale Institute, 2004. Disponível em: <https://drlorand.files.wordpress.com/2014/11/part-i-community-farms-in-the-21st-century-poised-for-another-wave-of-growth-copy.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UFRGS/UNESP, 2016.

MELO, A. M.; CALBINO, D.; FREITAS, A. Contribuições metodológicas para a extensão a partir da implementação do modelo Community-Supported Agriculture no município de Sete Lagoas-MG. **Revista Ciência em Extensão**, v. 14, n. 4, 2018.

MELO, A. M. **Comunidade que sustenta a agricultura (CSA): o que sustenta a comunidade?** 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade de Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

MELO, A. M.; FREITAS, A. F.; CALBINO, D. Comunidade que sustenta a agricultura (CSA): panorama das pesquisas brasileiras. COLÓQUIO – **Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat**, Taquara/RS, v. 17, n. 2, abr./jun. 2020.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUA NETO, O. G. R.; MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes. 2012.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. [S.l.]: Presses Universitaires de France, 2004.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image, son public**. Paris: PUF, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NARCISA-OLIVEIRA, J. *et al.* Agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis: uma análise preliminar e contextualizadora. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, dez. 2018.

NAVES, T. M. **A formação da comunidade que sustenta a agricultura (CSA) no município de Rondonópolis**. 2020. 50 f. Monografia (Bacharel em Engenharia Agrícola e Ambiental) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Agrárias e Tecnologias, 2020.

- NEVES, T. L. **Desing para o sistema alimentar:** um estudo comparativo de sistemas produto-serviço para produção, distribuição e comercialização de alimentos. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desing) - Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Belo Horizonte, 2017.
- NEVES, T. L. *et al.* Sistema alimentar: um estudo comparativo de Sistemas Produto-Serviço para produção, distribuição e comercialização de alimentos. URBE. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180207>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- NAVOLAR, T. S.; RIGON, A. S.; PHILLIPPE, J. M. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **Rev Bras Promoc Saude**. v. 23, n. 1, p. 69-79, 2010.
- NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XIX, n. 3, p.1-20, jul./set. 2016.
- NYSSSENS, M. Economie populaire au sud, économie sociale au nord. In : OCDE. **Réconcilier l'économique et le social**. Vers une économie plurielle. Paris, p. 95-120, 1996.
- NYSSSENS, M. **Entrevista concedida a Noëlle Lechat**. IRES, Université Catholique de Louvain. Louvain-la-Neuve, Bélgica. 7 jun. 2001.
- OBSERVATORIO DAS DESIGUALDADES; UENF. **Máquina do tempo:** O Brasil de volta ao Mapa da Fome. Boletim, n. 14, fev., 2022.
- OLIVEIRA, F. A. de.; PEREIRA, R. D.; CALBINO, D. Comunidade que Sustenta a Agricultura: a CSA de Belo Horizonte à luz de suas possibilidades e desafios. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 371-393, jun. 2019.
- OLIVEIRA, M. B. S. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 19, n. 55, jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200014>. Acesso em: 08 mar. 2023.
- ONU. **Consejo de Derechos Humanos**. “La agroecología y el derecho a la alimentación”, informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación, Sr. Olivier De Schutter. p.24, 2010. Disponível em: <http://www.srfood.org/es/informes-oficiales>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- OPAS. **Sistemas alimentares e nutrição:** a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição. Brasília, DF: OPAS, 2017.
- PAIVA, C. M. N. **Do preço ao apreço:** um estudo sobre a construção do mercado de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) no Brasil. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.
- PEDROSA, A. P. P. **Redes agroalimentares alternativas e suas implicações para a política social:** as motivações dos consumidores das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Brasil. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2019.

PROENÇA, R. P. C. *et al.* Scenario and perspectives of Brazilian food system in face of Covid-19 pandemic. **SciELO Preprints**, 2021.

[RANIERI, G. R.](#); [ZANIRATO, S. H.](#) Comidas da horta e do mato: plantas alimentícias em quintais urbanos no Vale do Paraíba. **Estud. av.** [online]. 2021, v. 35, n. 101, p. 269-286. Epub Apr. 19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.017>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

RECIN, E.G.I.G. O Consea voltou! Ou como resistir em tempos desafiadores. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 39, n. 6. 2023.

RIBEIRO, R. C. L. **Comunidade que sustenta a agricultura**: percepções sobre a implementação de programa de corresponsabilidade na produção de alimento agronegócios. 2021. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Nutrição) - Fundação Universidade de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

RIBEIRO, S. L. S. **Tramas e tramas: identidades em marcha**. 2007. 392 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2007.tde-01112007-143040. Acesso em: 21 jul. 2023.

RODRIGUES, A. M.; VALLE, P.; CHAMON, E. M. Q. O. SANTANA, L. M. Representações sociais dos profissionais da Educação Infantil sobre a alimentação escolar. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 19, n. 60, p. 154-178, 2022. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/10385/47968368>. Acesso em: 16 jul. 2023.

RODRIGUES, S. J. *et al.* Impactos da Covid-19 nas cadeias produtivas e não cotidianas de comunidades tradicionais na Amazônia Central. **Amazon World**, v. 11, n. 2, p. 75-92, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/ma.v11n2.88436>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito atual da teoria. In: SPINK, M.J.P. (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva a psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.19-45.

SALES, R. T. **Comunidade que sustenta a agricultura**: uma análise da construção de alternativas para a descentralização do modelo agroalimentar hegemônico, a partir da experiência do CSA organicamente (RJ). 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019.

SALES, P. C. M. **Sistemas integrados de produção e comercialização de alimentos orgânicos: estudos de caso do assentamento Nova Compuã**. 2020. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, C. F. *et al.* A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTOS, G. T. D.; BARROS, J. M. Teoria da Representações Sociais: uma abordagem sociopsicológica. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTANA, Leonor M. **Representações sociais da escolha profissional pelos alunos do ensino médio do campo/cidade**. 2017. 131f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2017.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L.A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780/11607>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SCHERRER, M. A. S. **As representações sociais de trabalhadores de indústrias multinacionais quanto a qualidade de vida/Trabalho**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2020.

SCHNEIDER, S. Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Sempredo, 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufpb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. (Coleção Pesquisas 1) Campinas, SP: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

SILVA, J. M.; PANTOJA, M. J.; VIEIRA, S. R. F. Redes interorganizacionais nas comunidades que sustentam a agricultura no Distrito Federal. **Interações**, Campo Grande, v. 22, n. 3, p. 925-939, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i3.3055>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUSA JUNIOR, E. S. **Comunidades que sustentam a agricultura no Distrito Federal: histórico, caracterização e impactos**. 2020. 140f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

SOUZA, M. A. R.; WALL, M. L.; THULER, A. C. M. C. *et al.* O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 52, e03353, 2018. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SWINBURN, B. A. *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the lancet commission report. **Lancet**, v. 393, p.791-846, 2019.

TORRECILHAS JUNIOR, A. **Motivações para participar de comunidades que sustentam a agricultura (CSA): uma revisão bibliográfica**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/216285>. Acesso em: 15 mar. 2023.

TORRES, C. L. **Comunidade que sustenta a agricultura: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TORUNSKY, F. **Justificativas em torno das comunidades que sustentam a agricultura: um estudo de caso da CSA São Carlos**. 2019. p. 137. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2019.

TRUNINGER, M. **O campo vem à cidade: agricultura biológica, mercado e consumo sustentável**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

UPHOFF, N.; ALTIELRI, M. A. Alternatives to Conventional Modern Agriculture for Meeting World Food Needs in the Next Century (Ithaca: Cornell International Institute for Food, Agriculture and Development, 1999); M. A. Altieri, “Applying Agroecology to Enhance Productivity of Peasant Farming Systems in Latin America,” **Environment, Development and Sustainability**, n. 1, p. 197-217, 1999.

URGENCI. **Be Part of CSA! Supporting Booklet for Training on Community Supported Agriculture**, 2016b. Disponível em: http://urgenci.net/wp-content/uploads/2016/11/BPCSABooklet_2016_eng.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.

URGENCI. **The international network for community supported agriculture**. Aubagne: Urgenci, 2016a.

VALLE, P. **Representações sociais de profissionais da educação infantil sobre alimentação escolar**. 2018. 118f. Dissertação. (Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.

VASCONCELOS, FRANCISCO DE ASSIS GUEDES DE; MACHADO, MICK LENNON ; MEDEIROS, MARIA ANGÉLICA TAVARES DE ; NEVES, JOSÉ ANAEL ; RECINE, ELISABETTA ; PASQUIM, ELAINE MARTINS . Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Revista de nutrição*, v. 32, p. e180161, 2019.

VILLAS BOAS, L. P. S. Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. **Psic. da Ed.**, São Paulo, n. 19, p. 143-166, 2. Sem. 2004.

WACHELKE, J. F. R; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, p. 379-390, 2007.

WANDERLEY, M. N. de B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT 17 – Processos sociais agrários, Caxambu, 1996.

WARMLING, D.; MORETTI-PIRES, R. O. Meanings of agroecology in the production, distribution and consumption of agroecological food in Florianópolis, Santa Catarina State, Brazil. Botucatu. **Interface**, v. 21, n. 62, p. 687-98, 2017.

WELLS, B; GRADWELL, S. Gender and resource management: Community supported agricultura as caring-practice. **Agriculture and Human Values**, n. 18, p. 107-119, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1007686617087>. Acesso em: 17 jul. 2023

WEZEL, A. *et al.* **Agroecology as a science, a movement or a practice**. A review. *Agronomy for Sustainable Development* (published on line), 2009.

WILKINSON, J. **Community supported agriculture**. *OCD Technote*, 20, p. 1-2, 2001.

XAVIER, F. T. **Chefs que sustentam a agricultura**: pesquisa participativa sobre a construção de uma CSA entre *chefs* de cozinha e agricultores agroecológicos. 2019. 117f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentáveis) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Florestas, Seropédica, 2019.

YAMAMOTO, A. **Por que continuamos juntos?** Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

APÊNDICE**APÊNDICE I – FORMULÁRIO ENVIADO ONLINE AOS COAGRICULTORES****BLOCO 1 – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

1. Nome Completo: _____

2. Sexo

Feminino Masculino

3. Idade: _____

4. Escolaridade

<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo
<input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Médio completo
<input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior completo
<input type="checkbox"/> Pós Graduação Lato Senso	<input type="checkbox"/> Mestrado
<input type="checkbox"/> Doutorado	

5. Renda média mensal familiar

Até 1 salário mínimo.
 De 1 a 3 salários mínimos

- De 4 a 6 salários mínimos
- De 7 a 9 salários mínimos
- De 10 a 12 salários mínimos
- De 13 a 15 salários mínimos
- Mais de 15 salários mínimos

6. Reside com quem? (exemplo: sozinho, ou com esposa e 2 filhos, ou com pais, amigos etc.)

- Com meus pais
- Com o(a) esposo(a) e/ou com filho(s)
- Com parentes
- Sozinho

7. Cidade onde reside? _____

(Resposta curta)

8. Estado Civil: Solteiro Casado vive junto Divorciado Viúvo.

BLOCO 2 – PARTICIPAÇÃO NAS CSAs

9. Participa há quanto tempo na CSA (em meses ou anos):

- Menos de 3 meses
- 3 - 6 meses
- 6 - 9 meses
- 9 meses - 1 ano
- 1 – 2 anos
- Acima

10. Qual foi o canal de comunicação que lhe informou sobre a CSA na região?

- Boca a boca
- Internet
- Rádio
- Agricultores
- Amigos
- Mídias sociais
- Projetos universitários

11. De que forma você está envolvido com a CSA?

- Consumidor de alimentos orgânicos
- Frequento as atividades propostas
- Consumo os alimentos e auxilio na organização das atividades do CSA
- Apenas consumo os alimentos, mas gostaria de atuar de forma mais ativa
- Penso em estratégias para atrair novos coagricultores
- A CSA não tem realizado atividades e encontros
- Outro:

12. Qual foi a sua motivação para participação na CSA? (Pode marcar mais de uma opção).

- Opção por alimentos saudáveis
- Restrições alimentares
- Preocupação com Ambiente
- Questões Políticas/Sociais/Ideológicas
- Possibilidade de favorecer os agricultores locais
- Qualidade dos produtos
- Preço atrativo
- Outro: _____

14. Você tem alguma insatisfação e/ou acredita que a CSA poderia melhorar de alguma forma? Assinale os aspectos que na sua opinião poderiam melhorar:

- Comunicação
- Sazonalidade
- Pouca diversificação
- Preço
- Questões logística (hora e local para coleta dos alimentos)
- Não estou insatisfeito(a)
- Outro: _____

16. Antes do CSA, onde você costumava comprar alimentos que hoje recebe na cesta?

- Supermercado
- Pequenos mercados próximos ao meu bairro
- Feiras/Mercados Municipais
- Agricultores
- Outro: _____

17. Como conheceu a CSA onde está inserido?

- Internet
- Jornal
- Rádio
- Televisão
- Projetos Universitários
- Agricultores
- Amigos
- Movimentos sociais
- Conselho Municipal

18. Porque se tornou um coagricultor?

- Acredita na alimentação saudável e orgânica
- Vem de origem familiar de agricultores
- Motivações políticas e sociais
- outro: _____

19. Está articulado a iniciativas/movimentos que discutem sobre alimentação?

- Sim
- Não

20. A CSA promoveu alguma mudança na sua alimentação e na de sua família?

Sim Não

Caso a resposta seja afirmativa, especifique as iniciativas/movimentos a que você esteja vinculada (o)._____

21. Você conhece todos os produtos que recebe em sua cesta de produtos?

Sim Não

22. Você participa do plantio e da colheita?

Sim Não

23. Acredita que CSA pode ser sustentável a longo prazo?

Sim Não

24. A CSA participa de espaços de debate sobre alimentação?

- Ligada a projetos de extensão universitário
- Ligada a conselho municipal
- Ligada aos movimentos sociais
- Não está ligada a nenhum espaço de debate.
- Outro

23. A CSA participa de espaços de debate sobre luta pela terra/luta pela água?

- Ligada a projetos de extensão universitário
- Ligada a conselho municipal
- Ligada aos movimentos sociais
- Não está ligada a nenhum espaço de debate.
- Outro

APÊNDICE II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. O que é a CSA para você?
2. O que é uma comunidade para você que faz parte da comunidade que sustenta agricultura?
3. O que você entende por agroecologia?
4. O que entende por economia solidária?
5. O que é um coagricultor para você? Qual o seu papel na CSA?
6. O que representa conhecer o agricultor que cultiva o alimento que sua família consome?
7. Qual a sua visão sobre alimentos orgânicos?
8. Você conhece o trabalho de um agricultor na prática?
9. Quais são as suas motivações e crenças para estar apoiando a CSA?
10. Na sua opinião, qual é a relevância social, econômica, ambiental de iniciativas como as da CSA?
11. Acredita ser a CSA uma alternativa ao atual sistema agroalimentar? Por quê?
12. Na sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens existentes em canais curtos de comercialização como acontece na CSA?
13. Você tem vontade de propor algo que acredite ser bom para a CSA?
14. Você sabe como aproveitar ou processar (cozinhar) cada alimento que recebe na sua cesta?
15. Quais são as maiores dificuldades vivenciadas dentro da comunidade e o que propõe como sugestão de mudanças?
16. O que você diz sobre a CSA para os seus filhos ou familiares e amigos?

**QUESTÕES (APENAS) PARA COAGRICULTORES DE CSAs
DE ASSENTAMENTO MST**

1. Como você conheceu a CSA e por que decidiu participar? Me conte sua história com a CSA?
2. Você, antes de ser um coagricultor na CSA, pensava de que forma sobre a questão do MST?
3. Hoje, como você pensa o Movimento Sem Terra (MST)? Na sua opinião, as terras conquistadas pelos agricultores oriundos desses assentamentos são bem aproveitadas em prol das famílias agricultoras e da comunidade?
4. Por que você apoia o agricultor do assentamento?
5. Como você conheceu a CSA e por que decidiu participar dela? Me conte sua história com a CSA?
6. A CSA de que participa faz ações que envolvam a comunidade? Se sim, quais ações desenvolvidas?

APÊNDICE III – ESTADO DA ARTE – COMUNIDADE QUE SUSTENTA AGRICULTURA – QUADRO 2

Quadro 2 - Comunidade que Sustenta a Agricultura

REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>XAVIER, Francine Teixeira</p> <p>CHEFS QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA - Pesquisa participativa sobre a construção de uma CSA entre chefs de cozinha e agricultores agroecológicos.</p> <p>18/10/2019 Dissertação de Mestrado Profissional em PRÁTICA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO</p> <p>Seropédica Biblioteca Depositária: Biblioteca Central</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma aliança entre o urbano e o rural, horizontalizar a relação entre atores sociais de diferentes campos do sistema agroalimentar, por meio de uma CSA entre <i>chefs</i> de cozinha e agricultores familiares agroecológicos. Pretende-se avaliar se o projeto é viável e quais são seus impactos sociais, ambientais e econômicos. 	<p>O trabalho revela novas alternativas de circuito curto em parceria com <i>chefs</i> e agricultores agroecológicos, universidades e gestão profissional. Mostra boa expectativa de transformação social, ambiental e econômica.</p>	<p>Tese e Dissertações CAPES</p>
<p>TORRES, Camila Lombardi.</p> <p>COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília</p> <p>12/12/2017</p> <p>Dissertação de Mestrado em DESIGN</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília</p> <p>Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE DE BRASÍLIAa</p>	<ul style="list-style-type: none"> Investigar padrões característicos de Comunidades que Sustentam a Agricultura em Brasília. Identificar como a tecnologia social se reaplica em comunidades; Arquitetura da rede de atores: mapear tarefas e canais de comunicação utilizados; Investigar como se dão as relações interpessoais nas CSAs abordadas durante o exercício de suas atividades; Comparar os casos, discutindo semelhanças e diferenças que promovem os princípios da tecnologia social “Comunidade que Sustenta a Agricultura”; laborar síntese visual dos modelos para registro, análise e divulgação entre os atores e organizações afins. 	<p>O trabalho buscou entender como as ferramentas tecnológicas e a favor da adequação à tecnologia social poderia auxiliar nas comunidades que sustentam a agricultura. Avaliou-se os princípios da localidade, solidariedade, relação produtor-consumidor. Mostra que em alguns princípios estão caminhando bem e em outros precisam de intervenções como rotatividade de tarefas entre outras.</p>	<p>Tese e Dissertações CAPES / BDTD</p>
<p>REFERÊNCIA</p> <p>NEVES, Thomaz Lanna</p> <p>DESIGN PARA O SISTEMA ALIMENTAR: um estudo comparativo de sistemas, produto e serviço para</p>	<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Discutir a contribuição do design para o crescimento e proliferação das CSAs, como modelos de PSS sustentáveis aplicados ao sistema alimentar. 	<p>SÍNTESE</p> <p>O modelo das CSAs, entretanto, foi reconhecido como uma alternativa sustentável de distribuição e</p>	<p>BASE</p> <p>Teses e dissertações CAPES</p>

<p>distribuição e comercialização de alimentos.</p> <p>19/10/2017</p> <p>Dissertação Mestrado em DESIGN</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte</p> <p>Biblioteca Depositária: JOSÉ CARLOS CAMPOS CHRISTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer relações entre os conceitos de "sistemas alimentares" e "Sistema de Produto - serviço sustentável" e "CSA". • Analisar e validar ferramentas de design para PSS 	<p>comercialização de alimentos, tanto pela pesquisa em design para PSS quanto pelas pesquisas em agroecologia e design para inovação social.</p>	
<p>DORNELES, Ana Braga</p> <p>CULTIVANDO A PEDAGOGIA DOS ENCONTROS: experiências educativas da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em Brasília-DF.</p> <p>' 18/12/2020 188 f.</p> <p>Mestrado em EDUCAÇÃO</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília</p> <p>Biblioteca Depositária: BCEUnB</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) surgem no mundo como movimento que busca reaproximar agricultoras(os) e coagricultoras(os) a partir de uma economia solidária. Certa de que o movimento aponta caminhos não somente rumo a alternativas à dimensão econômica ou ambiental 	<p>Os encontros com agricultoras(os) e coagricultoras(os) emergiram como metodologia, abrindo caminhos para esta pesquisa-plantio. Para tanto, as categorias teóricas acionadas neste trabalho foram “Culturezza”, “Comunidade” e “(Re)pensando economias”, construídas desde perspectivas decoloniais, em que se buscou reflexionar sobre o dualismo entre cultura e natureza, ontologias modernas e comunitárias, bem como refletir sobre a construção dos sistemas econômicos/culturais e suas implicações pedagógicas.</p>	<p>Teses e dissertações CAPES</p>
<p>REFERÊNCIA</p> <p>SALES, Pedro Canuto Macedo</p> <p>SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS: Estudo de caso do assentamento Nova Campuã.</p> <p>28/02/2020 105 f.</p> <p>Mestrado em AGRONEGÓCIOS</p>	<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar os sistemas produtivos integrados dos agricultores familiares do assentamento Nova Camapuã-DF; • analisar sua contribuição visando a organização de modelos de comercialização e certificação da produção orgânica. 	<p>SÍNTESE</p> <p>Os resultados apontaram que a criação de animais pode contribuir para produção de maneira orgânica e certificação por meio da formação de OCS, e da mesma forma para a criação de CSA, através do reaproveitamento de resíduos dos animais.</p>	<p>BASE</p> <p>BTDT/Teses e dissertações CAPES</p>

<p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília</p> <p>Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA</p>		<p>São alternativas para a geração de renda aos estabelecimentos. Os produtos de origem animal são altamente procurados pelos consumidores e são geradores de ganhos no aspecto das relações sociais. Foi também constatado a importância de uma maior aproximação dos produtores junto a instituições de apoio à agricultura orgânica com vistas a aprimorar no aprendizado, com vistas a diversificar e aprimorar a produção. Percebeu-se ainda que a organização de CSA e OCS pode contribuir para a melhoria das condições dos produtores no que se refere a capacidade de investimento, escoamento de seus produtos e melhorias das condições de vida.</p>	
<p>GARCIA, Eduardo Michalichen.</p> <p>O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE ATIVIDADE AGRÍCOLA NO CONTEXTO DA ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO. O caso da CSA São Carlos - SP</p> <p>30/08/2019 117 f.</p> <p>Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos</p> <p>Biblioteca Depositária: <i>undefined</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> compreender o desenvolvimento da atividade agrícola de um caso específico em contexto de mudanças econômicas estruturais no setor de agricultura para uma economia da funcionalidade e da cooperação. 	<p>O propósito desse estudo foi contribuir com as reflexões e práticas que buscam superar os impactos ambientais causados por modos de organização e produção de grandes corporações e conglomerados.</p>	<p>Teses e dissertações CAPES</p>
<p>REFERÊNCIA</p> <p>AIVA, Caroline Mendonça Nogueira</p>	<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> propõe a descrever como o mercado de CSA é construído, 	<p>SÍNTESE</p> <p>Neste estudo sobre construção de</p>	<p>BASE</p> <p>Teses e dissertações</p>

<p>DO PREÇO AO APREÇO: um estudo sobre a construção do mercado de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) no Brasil</p> <p>31/10/2019 240 f.</p> <p>Doutorado em ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Lavras</p> <p>Biblioteca Depositária: http://repositorio.ufla.br/handle/1/38375</p>	<p>identificando de que forma, as práticas de mercado contribuem para a formação de enquadramentos nestes mercados, e como em conjunto, práticas e enquadramentos contribuem para os processos de cálculo de valor.</p>	<p>mercado de CSAs no Brasil foram analisados 28 atores de 7 CSAs Brasil e a análise permitiu identificar transbordamentos que acontecem no cotidiano das comunidades. Foi possível identificar que nas CSAs estudadas, os processos de cálculo de valor se baseiam em cálculos quantitativos, qualitativos e sociais baseado na filosofia que rege as comunidades. Contribui para o avanço teórico no campo de Construção de Mercados, demonstrando como se dão os processos de formação de mercados alternativos numa perspectiva dinâmica.</p>	<p>CAPES / Periódico CAPES</p>
<p>MELO, Angelina Moreira</p> <p>COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA): o que sustenta a comunidade?</p> <p>14/02/2020 156 f.</p> <p>Mestrado em EXTENSÃO RURAL</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa</p> <p>Biblioteca Depositária: UFV</p>	<ul style="list-style-type: none"> • escopo analítico para o âmbito da comunidade, tendo em vista que na literatura internacional essa é uma das lacunas nas pesquisas sobre a CSA e no contexto nacional a pesquisa caracteriza-se como inédita. • analisar o processo organizativo que sustenta a CSA e verificar se ele resulta na constituição de uma comunidade para as pessoas que integram essa experiência. 	<p>Neste estudo foi possível identificar que a comunidade constituída pelos membros das CSAs analisadas se caracteriza por integrar membros que se envolvem nas atividades do sistema e se relacionam de forma próxima, ao passo que outros membros optaram por um distanciamento das relações. Sendo assim, a comunidade que o sistema CSA constitui abarca não apenas as relações sociais de reciprocidade, confiança, pertencimento e cooperação, as relações instrumentais também são parte da</p>	<p>Periódico CAPES / TESES E DISSERTAÇÕES CAPES</p>

		comunidade que sustenta a agricultura.	
REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>RIBEIRO, Rita de Cássia Lisboa</p> <p>COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA: percepções sobre a implementação de programa de corresponsabilidade na produção de alimentos agroecológicos</p> <p>18/02/2021 111 f.</p> <p>Mestrado em CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO</p> <p>Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão</p> <p>Biblioteca Depositária: BICEN</p>	<ul style="list-style-type: none"> O objetivo deste estudo é avaliar o interesse de agricultores familiares e consumidores em implementar a CSA no estado de Sergipe. 	<p>Foi observado um importante potencial de promoção da SSAN, por ser um sistema alimentar sustentável que recebe forte influência da agroecologia, além de garantir o sustendo econômico dos agricultores. a produção e o consumo local de alimentos fomentado pela CSA provocam menor impacto na emissão de gás carbônico proveniente do seu transporte. Apesar desses aspectos positivos, historicamente a CSA viveu uma expressiva limitação no que diz respeito à elitização do movimento, sob reflexo da desigualdade social, onde uma parcela da população tem o privilégio de poder pagar por alimentos mais saudáveis, enquanto os demais não têm escolha, fazendo-se necessário pensar em estratégias de adesão de pessoas em maior vulnerabilidade social e em situação de insegurança alimentar ao movimento.</p>	<p>Teses e Dissertações CAPES</p>
<p>AMORIM, Joana Ortega de Lima</p> <p>COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA) EM SÃO PAULO E AGRICULTURA SOLIDÁRIA (SoLaWi) NA ALEMANHA: Construindo indicadores sociais, econômicos e ambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> analisar os aspectos sociais, econômicos e ambientais que constituem as práticas e relações das SoLaWi e das CSA; construir indicadores qualitativos para cada aspecto; e 	<p>As CSA atuam fortalecendo a agroecologia na Alemanha e Brasil. O apoio e empoderamento dos agricultores, a militância e</p>	<p>Teses e dissertações CAPES / BDTD</p>

<p>30/05/2018 136 f.</p> <p>Mestrado em AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, Araras</p> <p>Biblioteca Depositária: Repositório Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> realizar uma comparação qualitativa entre as SoLaWi e CSA descrevendo as estratégias e dificuldades, tecendo contribuições acerca dos principais desafios. 	<p>oportunidade de trabalho para membros, a autogestão e autonomia dos agricultores são indicadores dos aspectos sociais transformadores e este aspecto é desafiado pela dificuldade na participação dos membros e gestão do trabalho voluntário. A busca pela sustentabilidade econômica é representada de forma heterogênea devido aos distintos contextos das comunidades, principalmente no que se refere às políticas públicas voltadas aos circuitos curtos de comercialização e a economia solidária. Os indicadores dos aspectos ambientais das comunidades são a busca pela biodiversidade, preservação do solo e saúde das pessoas e dos ecossistemas, encontrando limitações na conservação do solo e acesso à terra.</p>	
--	--	--	--

REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>SALES, Rozana Tavares.</p> <p>COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA: uma análise da construção de alternativas para a descentralização do modelo agroalimentar a partir da experiência do CSA organicamente (RJ)</p> <p>19/09/2019 222 f.</p> <p>Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL, AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho dissertativo analisa o processo de construção de alternativas ao modelo agroalimentar hegemônico, a partir da experiência do CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) organicamente, situado na cidade do Rio de Janeiro. 	<p>As análises, bibliográfica e de campo, permitiram observar a relevância da multiplicação de experiências de circuitos curtos e a descentralização das formas de produzir, distribuir e consumir alimentos, cujas experiências, ainda que localizadas e com características</p>	<p>Teses e dissertações CAPES</p>

<p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Campos dos Goytacazes</p> <p>Biblioteca Depositária: BUCG</p>		<p>específicas, contribuem para a construção de novas formas de relação com o ambiente, com o alimento e com quem o produz.</p>	
<p>TORUNSKY, Flávia</p> <p>JUSTIFICATIVAS EM TORNO DAS COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA: um estudo de caso da CSA São Carlos/SP</p> <p>26/02/2019 138 f.</p> <p>Mestrado em ECOLOGIA APLICADA</p> <p>Instituição de Ensino: USP (ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ), Piracicaba</p> <p>Biblioteca Depositária: usp/esalq</p>	<ul style="list-style-type: none"> somar-se às discussões em torno das novas relações socioeconômicas hoje estabelecidas com a agricultura, abordando as Comunidades que Sustentam a Agricultura de forma mais aprofundada a partir da análise sociológica da teoria das justificações. 	<p>O estudo aponta que apesar dos desafios que as Comunidades que Sustentam a Agricultura enfrentam, é possível dizer que sua importância na construção de modelos alternativos de produção e comercialização agrícola é inegável. Diante de um contexto civilizatório crítico, em que impactos negativos das atividades humanas no âmbito ambiental alcançam escalas preocupantes, toda e qualquer prática que vise regenerar nossa relação com o mundo natural será crucial para somar nos esforços por soluções neste quesito.</p>	<p>Teses e dissertações CAPES / BDTD</p>
<p>REFERÊNCIA</p>	<p>OBJETIVOS</p>	<p>SÍNTESE</p>	<p>BASE</p>
<p>SIQUEIRA, Erica Santana</p> <p>AGROECOLOGIA URBANA E CIDADES SUSTENTÁVEIS: contribuições para o debate público em Campos dos Goytacazes/RJ</p> <p>21/12/2021 undefined f.</p> <p>Mestrado Profissional em AGRICULTURA ORGÂNICA</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Seropédica</p> <p>Biblioteca Depositária: <i>undefined</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> conhecer e disponibilizar ao debate público informações relevantes para implementação de unidade de agroecologia urbana como instrumento para gestão sustentável da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. 	<p>Foram executados projetos de pesquisa, iniciação científica e extensão universitária, apoiados por programa municipal de agricultura, foram desenvolvidas práticas de produção de alimentos, de compostagem e práticas educacionais e de divulgação, além de ações diretas no combate à fome no município após o início da pandemia da Covid-19.</p>	<p>Teses e dissertações CAPES</p>

<p>OLIVEIRA, Wdileia Mendes de.</p> <p>ENTRE AS NOVAS ORDENS ALIMENTARES E OS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: um estudo sobre a atuação da Assusbac e Cooperuaçu na região imediata de Januária/MG</p> <p>22/09/2020 undefined f.</p> <p>Mestrado em SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO</p> <p>Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Montes Claros</p> <p>Biblioteca Depositária: <i>undefined</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> descrever o histórico e a trajetória da Associação dos Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos- ASSUSBAC e a Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu - COOPERUAÇU, 	<p>Os resultados da pesquisa apontam que a criação de alternativas sustentáveis de comercialização e ações propositivas de inserção dos produtos agroextrativistas nos circuitos curtos locais e regionais tem impactado e ampliado as transações comerciais na região. A implementação do projeto da comunidade que sustenta a agricultura (CSA) Peruaçu também contribuiu de forma significativa na diversificação da renda dos agroextrativistas, na autonomia dos agricultores familiares e na sua segurança alimentar e nutricional, mas não tem garantido a sua autossuficiência.</p>	<p>Periódicos CAPES / BDTD</p>
--	--	---	--

REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>Oliveira, Fernanda Antunes de. Comunidade Que Sustenta a Agricultura: Entendendo As CSAS De Belo Horizonte E Analisando Suas Possibilidades E Desafios. 2018.</p>	<p>O intuito da pesquisa foi o de compreender as práticas da CSA Minas e Nossa Horta analisando suas possibilidades e desafios.</p>	<p>Neste estudo foi evidenciado que, além dos princípios do grupo serem os mesmos, eles também compartilham do principal desafio de que se dá na aproximação entre coprodutor e agricultor a fim de afastar os sujeitos do pensamento tradicional do consumidor na medida em que se conscientizam sobre o peso das suas ações e responsabilidades enquanto membros de uma comunidade. Neste sentido, fazer com que os coprodutores contribuam para além</p>	<p>Periódicos CAPES / BDTD</p>

		do pagamento das cestas tem a ver com a superação de crenças e pensamentos enraizados, como o individualismo e a visão naturalizada da heterogestão.	
<p>SOUSA JUNIOR, Edimar dos Santos de.</p> <p>COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL: histórico, caracterização e impactos.</p> <p>2020. 139 f., il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em AGRONEGÓCIOS)</p> <p>Universidade de Brasília, Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • apresentar o histórico e a caracterização das Comunidades que Sustentam a Agricultura no Distrito Federal, com foco na percepção de seus atores, os agricultores e co-agricultores, sobre CSA, seus impactos econômicos, sociais e ambientais. 	<p>Para agricultores – segurança, planejamento, estabilidade e independência financeira da atividade; adoção de métodos de cultivo orgânicos; aumento na qualidade e diversidade de produtos; melhoria na qualidade de vida; reconhecimento e valorização do trabalho rural; capacitação e adoção de práticas preservacionistas. Para os coagricultores – pertencimento e aumento da consciência social e ambiental; aumento da atenção à saúde; conhecimento de novos produtos agrícolas e novos usos; redução do desperdício; empatia e racionalidade. A motivação para fazer parte de uma CSA não é econômica e está calçada no consumo de produtos orgânicos, melhorias na saúde, participação nas práticas culturais e o estímulo à produção e consumo locais. Para a sociedade, esse novo arranjo de produção e distribuição de alimentos se apresenta como positivo em diversos aspectos,</p>	BDTD

		principalmente, pelo aumento da consciência ambiental, valorização da atividade rural e consumo consciente.	
--	--	---	--

REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>SANTANA, Gustavo Serra.</p> <p>IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS DO USO DA ÁGUA NAS CSA DO DF</p> <p>2018. 159 f., il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em AGRONEGÓCIOS)</p> <p>Universidade de Brasília, Brasília.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Avaliou a sustentabilidade dos sistemas de produção orgânicos que contam com Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) no Distrito Federal (DF). 	<p>Os resultados mostraram, de forma geral, que a implantação das CSA tem trazido resultados positivos para os produtores rurais, com excelentes índices de qualidade da água, bem como uma conscientização elevada em relação ao assunto, além de promissoras condições socioculturais e econômicas.</p>	BDTD
<p>AGUIAR, Vander Luiz</p> <p>EMPRESAS SOCIAIS DE AGRICULTURA URBANA: Um estudo nas comunidades que sustentam a agricultura em Belo Horizonte e Londres.</p> <p>2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> compreender como estavam se organizando as CSAs nas cidades de Belo Horizonte e de Londres, propor um novo modelo de gestão para a CSA belorizontina. 	<p>Os resultados foram que as duas CSAs viabilizam a relação direta entre consumidores e produtores facilitando produtos agroecológicos. A CSA Londrina se organiza melhor que a brasileira e que elas defendem seus interesses próprios. Na perspectiva social a brasileira tem dificuldades de captar consumidores enquanto em Londres a população conhece os diferenciais de um produto livre de químicas e tem dinheiro para comprá-lo. Na dimensão econômica a CSA brasileira é inviável, portanto se propõe que os consumidores</p>	BDTD

		arrendem o terreno do produtor, assumam a administração da empresa e o remunerem.	
REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>SOUSA, É. A.</p> <p>ATRIBUTOS DE QUALIDADE VALORIZADOS PELOS CONSUMIDORES DE PRODUTOS AGROALIMENTARES EM CADEIAS CURTAS DE PROXIMIDADES ESPACIAL</p> <p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> Identificou e analisou os atributos de qualidade valorizados por consumidores que adquirem produtos em cadeias curtas de proximidade espacial, sendo o estudo direcionado a dois canais de comercialização específico, Lojas de Produtos Locais e Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA). 	<p>A pesquisa validou a escala, com algumas restrições, e identificou, por meio da estatística descritiva, o conjunto de atributos de qualidade valorizados pelos consumidores tais como amizade, respeito, desenvolvimento econômico local, informações de qualidade do produto, preservação da paisagem, tradições e costumes.</p>	BDTD
<p>COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais,</p> <p>Estudos Sociedade e Agricultura v. 26, n. 3, out. 2018 a jan. 2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> preencher uma lacuna na produção nacional de conhecimentos sobre a CSA, revelando sua importância para o desenvolvimento agrícola sustentável, como uma nova perspectiva para a organização produtiva da cadeia de alimentos, especialmente os orgânicos. 	<p>Estudo composto por revisão bibliográfica e documental fazendo o "Estado da Arte" sobre o tema no Brasil. Os resultados obtidos mostram que, além das vantagens econômicas e financeiras tangíveis, a organização comunitária de produtores e consumidores, por intermédio das CSAs, reveste-se de importantes dimensões culturais e políticas, contribuindo para a promoção, defesa e desenvolvimento do local, bem como estimulando posturas críticas e participativas das comunidades organizadas.</p>	Periódicos CAPES
<p>LOPES, I. B.; VIANA, M. M.; ALFINITO, S.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Crises relacionadas à Covid-19 trouxe mudanças no contexto 	<p>Nos dois casos, precisaram passar por</p>	Periódicos CAPES

<p>Redes alimentares alternativas em meio à Covid-19: reflexões sob o aspecto da resiliência.</p> <p>Gestão E Sociedade, v. 14, n. 39, p. 3750–3758, 2020. https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3265</p>	<p>alimentar e as Redes alimentares Alternativas (RAA) se mostraram fortes. Foi avaliado dois casos de RAA sendo uma (CSA) e outra (CC) de alimentos sustentáveis de Brasília/DF.</p>	<p>adaptações, porém nenhum dos sistemas sofreu impacto negativo no desempenho econômico ou mudança no produto distribuído para os consumidores.</p>	
REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto 2021-01-01, Vol.24 (1), p.44.</p> <p>Agrarian reform, agroecology and the challenges for building new forms of societynature relationship during and post-pandemic/Reforma agrária, agroecologia e os desafios para a construção de novas formas de relação sociedade natureza durante e pós pandemia.</p> <p>2021-01-01, Vol.24 (1), p.44.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • debater as interações do campo-cidade correlacionados ao surgimento e disseminação da Covid-19 e ao Sistema alimentar baseado no agronegócio e em contraposição ao papel e desafios da reforma agrária, dos assentamentos e da agroecologia diante da crise sanitária e socioeconômica decorrentes. 	<p>Busca-se o diálogo no sentido de construir uma fundamentação teórico-conceitual sobre a importância da reforma agrária e da agroecologia para a promoção do direito humano a alimentação, a saúde e a qualidade de vida em sua totalidade, nas cidades, nas comunidades rurais e de povos tradicionais e a necessidade de se construir para tal, canais de solidariedade, articulação e alianças entre os diversos segmentos da classe trabalhadora em escala local, nacional e internacional a fim de romper com lógica do capital como fundamento para a organização e reprodução da vida e promover um sistema alimentar em bases social, econômica e ambiental, responsáveis e democráticas.</p>	<p>Periódicos CAPES</p>
<p>DIAS, Abrão Ballak; VERRANGIA, D.</p> <p>PROCESSOS EDUCATIVOS NA PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: alternativas para a educação alimentar.</p> <p>MOTRICIDADES:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • identificar processos educativos decorrentes da prática social de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), em São Carlos-SP. 	<p>Nas CSA há um equilíbrio entre aprendizagens de componentes conceituais, procedimentais e atitudinais. Além disso, os afetos são elementos centrais para os processos</p>	<p>Periódicos CAPES</p>

<p>Revista Da Sociedade De Pesquisa Qualitativa Em Motricidade Humana, v. 6, n. 1, p.4–14, 2022.</p> <p>https://doi.org/10.29181/2594-6463-2022-v6-n1-p4-14</p>		<p>educativos ali vividos, pois pautam a relação entre sujeitos e o mundo, permitindo que os saberes se construam de forma integrada. As práticas escolares de EAN se beneficiariam muito redirecionando o enfoque exclusivamente conceitual para um balanço entre tipos de saberes e para a inclusão de elementos que favorecessem a afetividade, a fim de produzirem transformações mais profundas nos hábitos alimentares dos educandos.</p>	
--	--	---	--

REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>RODRIGUES DA SILVA, J.; GOMES DOS SANTOS, J. P.; FREITAS VIANA, F. M, RODRIGUES LARROSA O., J.; STEWARD, A. M.</p> <p>IMPACTOS DA COVID-19 NAS CADEIAS PRODUTIVAS E NÃO COTIDIANAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA CENTRAL.</p> <p>Amazon World, v. 11, n. 2, p. 75-92, 2020</p> <p>https://doi.org/10.15446/ma.v11n2.88436</p>	<ul style="list-style-type: none"> investigar os impactos da pandemia no cotidiano de moradores interior do Estado do Amazonas (RDSA) Reserva do Desenvolvimento Sustentável Amanã, na Região do Médio Solimões, identificando as dificuldades enfrentadas, mudanças nos hábitos alimentares e impactos nas cadeias produtivas. 	<p>Os resultados refletiram o atributo de flexibilidade tipicamente associada às comunidades ribeirinhas amazônicas. A auto-organização, oportunizada pela criação de redes de colaboração amplas, toma uma dimensão maior, necessária para enfrentar a crise atual na ausência do Estado e na face das desigualdades históricas regionais</p>	<p>Periódicos CAPES</p>
<p>SERRA SANTANA, Gustavo; MACECO SALES, Pedro Canuto; GUIMARÃES SOARES, João Paulo; RESENDE JUNQUEIRA, Ana Maria; PANTOJA, Maria Julia.</p> <p>COMMUNITIES THAT SUPPORT AGRICULTURE: avaliação dos impactos em sistemas orgânicos de cultivo.</p> <p>Retratos de Assentamentos, v. 23, n. 2. p. 131, 01 jul. 2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o impacto da tecnologia na produção nos sistemas de produção orgânica em áreas que integram as Comunidades que sustentam a agricultura (CSA), no Distrito Federal. 	<p>A implantação do CSA tem proporcionado resultados positivos nos parâmetros de desempenho ambiental. Melhora na qualidade da água, condições socioculturais e econômicas. O estudo contribui ainda apontado que se deve</p>	<p>Periódicos CAPES</p>

		trabalhar melhor com a melhora do solo e a administração das propriedades.	
<p>SERRAVALLE, Caio Yamazaki; ABREU, Lucimar Santiago de.</p> <p>REDE SOCIOTÉCNICA DO NÚCLEO DE AGROECOLOGIA APETE CAAPUA DE SOROCABA: percepções e Avaliações das Ações Desenvolvidas no Contexto das Políticas Públicas.</p> <p>Retratos de Assentamentos, v. 20, n. 2, p.57, 01. jul. 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • caracterizar o universo social da rede sociotécnica do Núcleo Apete Caapuã da UFSCar (SP); • avaliar, por meio das percepções do grupo as políticas públicas de incentivo a agroecologia, em especial dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA). 	<p>Concluíram que apenas os editais de NEAs não são suficientes para a manutenção do Núcleo, sendo importante a articulação entre as políticas como o PET, PRONERA, Editais CNPq e, outros órgãos para a sustentabilidade da rede. Os principais desafios apontados são a falta de tempo suficiente dos projetos para a transição agroecológica das unidades de produção familiar, além da pouca disponibilidade de recursos para a contratação de profissionais formados em ATER.</p>	Periódicos CAPES

REFERÊNCIA	OBJETIVOS	SÍNTESE	BASE
<p>SILVA, Joelma Melo da PANJOTA, Maria Júlia; VIEIRA, Sérgio Ricardo Franco</p> <p>REDES INTERORGANIZACIONAIS NAS COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL.</p> <p>Interações, Campo Grande, V. 22, n. 3, p. 925-939, dez, 2021.</p> <p>Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i3.3055>.</p> <p>https://doi.org/10.20435/inter.v22i3.3055.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • identificar como as redes Inter organizacionais de compartilhamento e de comprometimento podem influenciar na manutenção e no desenvolvimento do modelo produtivo das CSAs no Distrito Federal. 	<p>O artigo trouxe como contribuições para a comunidade acadêmica, gestores, agricultores, coagricultores e organizadores tanto do Distrito Federal, como para outros que pretendem que pretendem formar uma CSA como alternativa para as dificuldades inerentes à produção, comercialização, desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar (SILVA, 2021).</p>	SciELO
<p>NEVES, T. L., ALVARENGA, C.B.C.S., ENGLER, R. C., AGUILAR, M. T. P.; SALES, R. B. C.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • analisar as interseções entre os conceitos de sistema alimentar, Sistemas Produto-Serviço sustentáveis e as CSAs. 	<p>Ferramentas em mídias sociais, informativos, boletins entre outras</p>	SciELO

<p>SISTEMA ALIMENTAR: um estudo comparativo de sistemas Produto-Serviço para produção, distribuição e comercialização de alimentos.</p> <p>URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.11, e20180207.</p> <p>DOI https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180207</p>	<ul style="list-style-type: none"> discutir o potencial de atuação do design no desenvolvimento de modelos de CSA mais eficientes, sustentáveis. 	<p>ferramentas foram apontadas como formas de impactar, positivamente, o sistema alimentar como um todo</p>	
--	---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora

Anexo II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: “Representações sociais de coagricultores da comunidade que sustenta a agricultura do Vale do Paraíba Paulista acerca da agroecologia, da economia solidária e da comunidade”

Responsável: Adriana Mônica Pinto de Oliveira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Alexandra Magna Rodrigues

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Informações sobre a pesquisa:

Título do Projeto “Representações sociais de coagricultores acerca da agroecologia, da economia solidária e da comunidade”

Objetivo da pesquisa: Compreender as representações e práticas sociais de coagricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura do Vale do Paraíba Paulista acerca da agroecologia, da economia solidária e da comunidade.

Coleta de dados: A pesquisa terá como instrumentos de coleta de dados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, que serão aplicados inicialmente junto aos coagricultores das CSAs das cidades de Monteiro Lobato, São José dos Campos e Taubaté/SP.

Destino dos dados coletados: A pesquisadora será responsável pelos dados originais coletados por meio do questionário sociodemográfico e entrevistas, permanecendo de posse da mesma por um período não inferior a 5 (cinco) anos, quando então os mesmos serão destruídos. Os dados originais serão guardados, tomando-se todo o cuidado necessário para garantir o anonimato dos participantes. As informações coletadas no decorrer da pesquisa bem como os conhecimentos gerados a partir dos mesmos não serão utilizados em prejuízo das pessoas ou da instituição em que a pesquisa será realizada. Os dados coletados por meio de questionários e entrevistas serão utilizados para a dissertação a ser apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (SP) bem como para divulgar os dados por meio de publicações em periódicos e/ou apresentações em eventos científicos.

Riscos, prevenção e benefícios para o participante da pesquisa: O possível risco que a pesquisa poderá causar aos voluntários é que os mesmos poderão se sentir desconfortáveis,

inseguros ou não desejarem fornecer alguma informação pessoal solicitada pelo pesquisador, por meio de aplicação de questionário para caracterização sociodemográfica e entrevista. Com vistas a prevenir os possíveis riscos gerados pela presente pesquisa, aos participantes ficam garantidos os direitos de anonimato; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que ache por bem assim proceder; bem como solicitar para que os dados por ele fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. O benefício esperado com o desenvolvimento da pesquisa será o fato de oferecer aos participantes e à comunidade acadêmica maiores informações e conhecimentos acerca das representações sociais. Cabe aqui ressaltar também que, pelo aspecto interdisciplinar que se pretende abordar no presente estudo, os conhecimentos gerados por meio da pesquisa poderão despertar o interesse de profissionais, instituições, pesquisadores e fundamentar estudos em outras áreas do conhecimento no que diz respeito ao presente objeto de pesquisa. Contudo, os principais benefícios do presente estudo poderão se apresentar somente ao final do mesmo, quando das conclusões do mesmo.

Esclarecimento de dúvidas: A investigadora é mestranda da Turma 2021 do Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (SP), Adriana Mônica Pinto de Oliveira, residente no seguinte endereço: Rua Paulo Guaycuru San Martin, 49, Reserva dos Lagos, Pindamonhangaba/SP, podendo também ser contatada pelo telefone (12) 98175-3000. A pesquisa será desenvolvida sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Alexandra Magna Rodrigues, a qual pode ser contatada pelo telefone (12) 99610-7649. A supervisão da presente pesquisa será feita pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, situado na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Centro, Taubaté – SP, no telefone: (12) 3625-4217.

A presente pesquisa não acarretará quaisquer tipos de ônus e/ou despesas aos participantes, os dados serão coletados de maneira remota e presencial, onde os participantes que comporão a amostra atuam, em horário condizente com as disponibilidades dos mesmos. Da mesma forma, fica aqui esclarecido que a participação no presente estudo é em caráter voluntário, não havendo nenhum tipo de pagamento pela sua participação no mesmo, ficando excluídas as indenizações legalmente estabelecidas pelos danos decorrentes de indenizações por danos causados pelo pesquisador. As informações serão analisadas e transcritas pela pesquisadora, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante. O anonimato será assegurado em todo processo da pesquisa, bem como no momento das divulgações dos dados por meio de publicação em periódicos e/ou apresentação em eventos científicos. O depoente terá o direito

de retirar o consentimento a qualquer tempo. A sua participação dará a possibilidade de ampliar o conhecimento sobre representações sociais dos coagricultores das CSAs do Vale do Paraíba/SP.

NOME DO PESQUISADOR: Adriana Mônica Pinto de Oliveira

TELEFONE: (12) 98175-3000, para contatos telefônicos ou mensagens

E-MAIL: adrianamonica.nutri@gmail.com

Adriana Mônica Pinto de Oliveira
Pesquisadora Responsável